

MARÉS VIVAS

GALGAR OS LIMITES DO QUOTIDIANO

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DO
BAIRRO PISCATÓRIO
DA
PRAIA DE ESMORIZ



de
nas
tio,
do
do

za
ue
os,
do
s"

cia
de

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de algumas entidades/personalidades, às quais queremos desde já agradecer:

- António Maria Ferreira da Silva (Dr.);
- António Oliveira Cacheira (Sr.);
- Câmara Municipal de Ovar;
- Centro da Área Educativa de Aveiro;
- Centro de Assistência Social de Esmoriz;
- Centro de Saúde de Ovar;
- Conferência de S. Vicente de Paulo de Esmoriz;
- Comissariado Regional do Norte de Luta Contra a Pobreza;
- Comunidade Piscatória da Praia de Esmoriz;
- Cooperativa para A Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar;
- Delegação Escolar de Ovar;
- Escola do 2º Ciclo do Ensino Básico da Praia de Esmoriz;
- Esmoriz Ginásio Clube;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro;
- Instituto Português da Juventude de Aveiro;
- Junta de Freguesia de Esmoriz;
- Maria Luísa Farelle Neves Cerqueira Moreirinhas (Mestre);
- Núcleo Distrital do Projecto de Vida de Aveiro;
- Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Aveiro;

E a todos que conosco colaboraram de forma directa ou indirecta e não referenciados anteriormente.

Ovar, 1997

Titulo Galgar os Limites do Quotidiano

Edição Câmara Municipal de Ovar
Centro de Assistência Social de Esmoriz
Comissariado Regional do Norte de Luta Contra a Pobreza
Projecto de Luta Contra a Pobreza:
Desenvolvimento Integrado do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz

Equipa Técnica Helga Marisa Pereira Alves (Animadora Juvenil)
Jacinta Maria Valente Felício (Psicóloga)
Maria Benedita Portugal (Mestre em Sociologia)
Maria Florbela Craastro Oliveira (Socióloga)
Maria Florbela Somagaio Gandra (Mestre em Sociologia)
Maria Inês Vitoriano Rodrigues (Serviço Social)
Paula Alexandra Gomes Vieira (Serviço Social)
Paula Filomena Pais Monteiro (Ciências da Educação)
Teresa Faria Pires (Serviço Social)

Concepção Gráfica SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

Data Dezembro 2000

Depósito Legal 159494/00

ISBN 972-95347-1-3

*“A terra pertence sempre a alguém, mas o mar
não é de ninguém.
O Mar é de todos ... O mar é de Deus.*

Alvina In Cole. Sally. 1994

Introdução

O presente relatório pretende dar conhecimento dos resultados obtidos pelo estudo de caracterização sócio-económica do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz, realizado pela equipa do Projecto de Luta Contra a Pobreza de Esmoriz, em 1997.

Iniciou-se este trabalho com a conceptualização dos fenómenos de pobreza e de exclusão social no contexto actual, tendo sido atribuída especial atenção aos mecanismos reprodutores desta situação, nomeadamente na área da saúde, educação, emprego e formação profissional, assim como na área da habitação e realojamento social. O primeiro capítulo diz, justamente, respeito a estas considerações teóricas.

No capítulo seguinte definiu-se a metodologia inerente ao desenvolvimento de um processo de investigação-acção, sendo, consequentemente, apresentado o principal instrumento de suporte utilizado para a recolha dos dados empíricos e respectivo tratamento da informação.

A sistematização dos dados obtidos, foi ainda antecedida por um enquadramento histórico do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz, centrado no seu povoamento e na pesca.

Finalmente, no capítulo III, são delineados os objectivos e as vantagens dos projectos de luta contra a pobreza, no sentido de se definirem coordenadas para a implementação de um projecto de desenvolvimento local.

Capítulo I

1 – Os fenómenos de pobreza e de exclusão social no contexto actual

Em 1986, Portugal aderiu formalmente à então designada Comunidade Económica Europeia que, como é sabido, tem como finalidade máxima a homogeneização dos diferentes Estados-membros, em termos económicos e em termos sociais, no que concerne à estipulação de um nível de vida padronizado considerado minimamente aceitável. Efectivamente, o processo de unificação europeu procura precisamente combater as assimetrias regionais e promover a qualidade de vida para todos os cidadãos europeus. É neste contexto que o Programa de Combate à Pobreza III assume forte expressividade.

Neste sentido, as acções tendentes à (de)limitação do fenómeno de pobreza e de exclusão social constituem uma das grandes preocupações deste fim de século. Para Fernandes, A. (1991), “as sociedades têm conhecido, através do tempo, modalidades diversas de diferenciação social. A total igualização das condições de existência, ora objectivo de alguns regimes políticos, ora ideal de certas construções doutrinárias, pertence à mera utopia e projecta-se ou num passado original ou num futuro idílico.”

A completa igualização das oportunidades económicas e sociais de vida tem constituído, em todas as épocas, uma construção histórica inacabada. Actualmente, as sociedades ditas desenvolvidas debatem-se com questões inerentes a várias modalidades de pobreza e de exclusão social, as quais encontram-se presentes, ora de forma manifesta ora de forma latente, em todos os países do mundo.

O que se vem verificando realmente é a proliferação de situações de pobreza assim como a extensão do fenómeno de exclusão social. Trata-se de uma contradição em termos de desenvolvimento social e humano, já que as novas formas de pobreza correspondem a outras modalidades de ausência de integração social, tão silenciosas que se tornam difíceis de detectar.

Nesta ordem de ideias, parece-nos de recordar o pensamento de Arendt, H. (citada por A., Fernandes, 1991), segundo o qual "o carácter trágico e desumanizante da pobreza e a sua ignomínia consistem em colocar os homens sob ordens absolutas do seu corpo, isto é, sob a autoridade absoluta da necessidade", o que significa que a pobreza é um fenómeno incompatível com a liberdade e a própria dignidade humanas.

Por outro lado, não podemos esquecer que a pobreza é um fenómeno pluridimensional com influência sobre várias dimensões da vida do indivíduo, o que nos leva a considerar a necessidade de uma intervenção multidisciplinar.

Todavia, importa, em primeiro lugar, sistematizar as várias e múltiplas condições para as situações de pobreza. A este respeito, parece-nos exemplar a síntese de Fernandes, A. (1991), "os pobres em Portugal encontram-se numa situação de desemprego ou de precariedade face ao trabalho, em ocupações marginais e ocasionais, em actividades penosas e fracamente remuneradas; são normalmente analfabetos ou possuem baixos níveis de instrução (...); vivem tendencialmente em áreas degradadas e periféricas dos centros urbanos, em situação de marginalidade e de exclusão social, com habitações subalugadas e superpovoadas, privadas de salubridade e de conforto mínimo; são constituídos por famílias numerosas, frequentemente monoparentais, em estado endémico de fome, ou de subalimentação ou com maus hábitos alimentares, a que se associam a falta de saúde e a ausência dos mais elementares cuidados de higiene; e, embora com relações sociais, em contactos familiares e de vizinhança, com diversos núcleos de solidariedade à mistura com intensos conflitos e brigas, têm fraca ou nula participação social e política."

Assim sendo, são várias as categorias sociais em que a pobreza e a exclusão social se têm manifestado: idosos e pensionistas, subjugados aos limites do sistema de segurança social; agricultores de baixos rendimentos; assalariados de baixos níveis de remuneração; trabalhadores precários e da economia informal; desempregados; jovens com baixas qualificações escolares e profissionais à procura do primeiro emprego; por vezes, jovens recém-licenciados, "qualificados", à procura de emprego e certos grupos específicos de populações, tais como os pescadores, cuja actividade é essencialmente caracterizada pela precariedade e sazonalidade laborais. As condições de habitação e o seu modo de vida específico, caracterizado pelo trabalho sazonal, encontram-se, assim, fortemente relacionados com uma situação de vulnerabilidade face à pobreza, quer absoluta quer relativa.

Numa perspectiva sociológica, poderemos abordar os fenómenos em questão em termos de modos de vida. Desta forma, as características inerentes à pobreza poderão conduzir a formas de vida específicas que se traduzem, essencialmente, em: modalidades de restrição de consumo económico e cultural; tentativa de poupança; convi-

vencialidade inter-pares e resignação própria, como se de um destino se tratasse. A conjugação de vários estilos de vida tendem a reproduzirem-se socialmente.

Numa perspectiva económica, a pobreza pode ser entendida como uma situação de carência de recursos disponíveis. Deste modo, podemos distinguir entre pobreza absoluta - ausência de capacidade para satisfazer as necessidades primárias da vida - e pobreza relativa, a qual se prende com a exclusão dos estilos de vida comuns na cultura dominante de uma sociedade, referindo-se pois à inclusão/exclusão dos padrões de vida próprios de uma determinada sociedade.

Na perspectiva histórica, as populações piscatórias vêm desempenhando um papel sócio-económico importante do ponto de vista da preservação de uma actividade tradicional, hoje em vias de extinção e socialmente desfavorecida. Independentemente da perspectiva analítica em causa, parece-nos consensual o facto destas populações evidenciarem a necessidade de serem submetidas a determinados tipos de protecção social.

O presente Projecto de Luta Contra a Pobreza insere-se, precisamente, neste âmbito de intervenção, mediante uma contextualização adequada e um diagnóstico da situação em causa visando estabelecer um plano de intervenção local na perspectiva do desenvolvimento endógeno. Trata-se efectivamente de tentar colocar na mão da população-alvo o destino do seu próprio desenvolvimento, não se colocando em causa, no entanto, as virtudes de um Estado-Providência. Só assim, com efeito, o desenvolvimento poderá processar-se a "partir de baixo", envolvendo a população local no traçado e na intervenção do próprio Projecto de Desenvolvimento Local.

Segundo Santos, B. (1990) Portugal é um país de desenvolvimento intermédio «situado» entre África e a Europa. A persistência de economias e de mercados pouco diversificados, a fragilidade e insuficiência dos sectores tais como o agro-florestal, a indústria e os serviços, centralizados sobretudo nas sedes de municípios, orientados para dar resposta às necessidades de cariz básico da população, são apenas exemplos que ilustram determinados estrangulamentos ao desenvolvimento do nosso país.

Face a esta situação, e no contexto de unificação sócio-económica europeia, torna-se premente elaborar e colocar em prática uma estratégia de intervenção adequada. Esta passa pelo desenvolvimento local endógeno, onde se reconhece a importância da especificidade de cada região e/ou de cada população, pela valorização dos actores locais, das suas actuações e expectativas, pela estimulação da educação e da formação profissional, valorizando-se a empresa e o espírito de empreendimento, delineando-se o desenvolvimento como processo múltiplo vindo de "baixo", e não como resultado de políticas centralizadas e uniformes.

É face a este contexto de intervenção-acção que ganha significado o presente Projecto de Intervenção de Luta Contra a Pobreza.

1.1 – Mecanismos (re) produtores de situação de pobreza e exclusão social

1.1.1 – Saúde: condições de vida

A saúde identifica-se com o “pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, intelectuais e morais do Homem” (OMS, 1975), permitindo, assim, aos membros de uma comunidade terem consciência da sua fragilidade e da capacidade de lhe fazer face e assumirem a responsabilidade de transformação do seu meio.

Orientando o comportamento, a cultura determina a saúde ao elaborar e definir um modo particular de se ser humano e são, de gozar, de sofrer e de morrer. A falta de saúde não depende apenas de um estado patológico. Enquanto bem adquirido, a saúde começa por estar relacionada com uma herança genética. Ao longo das diversas etapas de desenvolvimento físico e psíquico do indivíduo, novas “quantidades” e “qualidades” vão-se acumulando, mantendo ou depreciando. Para este processo concorrem factores como a alimentação; a habitação e saneamento básico; o meio ambiente; estilos e hábitos de vida, entre outros factores, condicionando um baixo nível de saúde, encarado normalmente como sinónimo de atraso económico, cultural, político e social, já que o desenvolvimento colectivo depende em grande parte dos sistemas de cuidados de saúde que se encontram à disposição das populações.

Em Portugal, embora exista um Serviço Nacional de Saúde – universal e tendencialmente gratuito – e se tenha assistido a melhorias significativas nos indicadores físicos de mortalidade, esperança de vida à nascença e no primeiro aniversário, prevalência de incapacidades por doença ou limitação de funções na comunidade, não se resolveram de forma satisfatória os problemas de acessibilidade e de qualidade na oferta de serviços, não se levou suficientemente longe a melhoria do funcionamento dos serviços hospitalares e de prestação de cuidados médicos gerais e sobretudo de algumas especialidades.

Temos, por um lado, um serviço público de saúde que não funciona satisfatoriamente e, por outro, serviços privados com custos exorbitantes e inacessíveis, que operam como “«desnatadeira» dos próprios serviços públicos, na medida em que só se ocupam das tarefas lucrativas, beneficiando dos investimentos públicos em investigação e formação e comercializando serviços que prestam ao (...) Estado, em condições de monopólio de facto ou oligopólio” (Silva, M. 1984: 34).

Por outro lado, importa ter em consideração que a população portuguesa, embora medianamente sensibilizada para os problemas de saúde, quando estes assumem expressão individual e/ou familiar (pensa-se nos sacrifícios de índole pessoal e financeiro que os indivíduos estão dispostos a fazer para tratar a doença) já não revela um

grau de consciencialização elevada quanto à dimensão colectiva da saúde (recorde-se a insensibilidade revelada quanto à poluição do ambiente, à situação das zonas de habitação degradada ou à pobreza exposta).

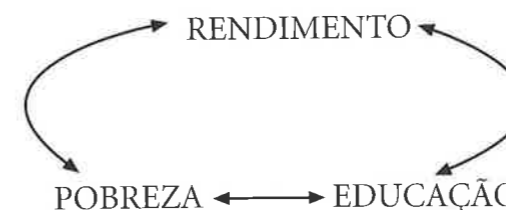
De facto, de acordo com as relações entre a saúde e economia moderna são muito estreitas e desenvolvem-se em termos de causa-efeito, ou seja, um baixo nível de saúde transporta consigo, não só a presença da doença, mas também a degradação da vida daqueles a quem atinge, na medida em que significa uma incapacidade para o exercício eficaz de actividades requeridas no trabalho, na escola, na sociedade em geral, podendo assim desencadear um processo de marginalização e levar à pobreza.

Neste contexto, as desigualdades manifestam-se na esperança de vida mais curta, nos maiores índices de mortalidade infantil, na maior susceptibilidade de contrair doenças, no menor consumo de serviços médicos, quer no que toca à disponibilidade financeira para aquisição de medicamentos, quer no que se refere ao recurso aos cuidados médicos.

1.1.2 - A educação e o ciclo da pobreza

A precariedade de rendimentos condiciona a aquisição de bens materiais mas também a dos não materiais (como por exemplo, os respeitantes à educação, à leitura de livros, as idas ao teatro e ao cinema, entre outros). Por sua vez, os que menos têm acesso a este tipo de bens culturais, são os que menos têm acesso a rendimentos elevados que lhes permitam aumentar o seu capital social e educacional. Desta forma, encontramos-nos perante um círculo que contribui para a perpetuação dos mecanismos de pobreza e a sua transmissão entre gerações.

Por isso mesmo, associam-se geralmente à pobreza, baixos níveis de escolaridade, saídas precoces do sistema de ensino, elevadas taxas de reprovações ou retenções, originando-se um maior contingente de analfabetos e de pessoas com baixa escolaridade.



O analfabetismo em Portugal é um problema antigo que aparece geralmente associado aos grupos desfavorecidos e está ainda longe de ser resolvido. “Vestindo novas peles”, actualmente revela-se também num analfabetismo funcional, pois hoje ser anal-

fabeto não corresponde apenas a não saber ler e escrever, mas também a não conseguir acompanhar o desenvolvimento tecnológico, não ser capaz de preencher documentos, e ao alheamento face à informação veiculada pelos meios de comunicação social.

Como refere Carreira, H.(1996) em 1878 tínhamos 82,4% de analfabetos e só 14,3% sabia ler e escrever; “ em 1920 já só tínhamos 70,8% de analfabetos; em 1930 este número descia para 67,8%; em 1940 59,3%; em 1950 48,7% e em 1960 a taxa de analfabetismo situava-se “apenas” nos 40,3%”(Barreto, A., 1996:436). Enquanto a vizinha Espanha e a Itália (que juntamente com Portugal se situam nos países mais atrasados da Europa Ocidental), conseguiram baixar o analfabetismo para cerca de 50% no início do século, nós só o conseguimos passados 50 anos.

A constatação de taxas tão elevadas de analfabetismo suscitou opiniões divergentes e, se por um lado, uns viam no analfabetismo uma “virtude a cultivar”, por outro lado, defendia-se a mobilização de esforços para a sua erradicação. Os primeiros postulavam que o povo “era mais dócil, modesto, paciente e resignado” (Carreira, H. 1996:436) se permanecesse ignorante. Marcelo Caetano chegou mesmo a referir que “pensar bem requeria um prolongado exercício mental e uma preparação estranhos às classes inferiores; por conseguinte, ao nascer nelas, uma criança só muito dificilmente conseguiria ascender na escala social” (Mónica, M.^a 1980:513). Há aqui uma clara negação aos grupos mais desfavorecidos da possibilidade de mobilidade social ascendente. A inadequação das políticas aliava-se à pobreza generalizada da população como razão para a existência de taxas altas de analfabetismo e por sua vez à pobreza associava-se a “presumida inutilidade de saber ler escrever e contar” (Mónica, M.^a 1978:113).

O Estado Novo distinguia, desta forma, a «instrução» da «educação», a primeira corresponderia ao treino do intelecto e a segunda à formação do carácter, adoptando a função educativa da escola. De acordo com Carreira, H.(1996) “o regime de Salazar procurou estender a escola a todos. Porém, uma escola reduzida no tempo de ensino e nos currículos e ampliada na acção doutrinadora, católica e política.”

Nos meados do século XX deparava-se-nos uma situação bem mais desfavorável do que a vivida nos países da Europa do Norte em meados do século XIX, verificando-se um atraso de mais de um século do nosso país em relação à Europa dita mais evoluída.

A partir de 1926, a população estudantil cresce consideravelmente mas é nas décadas de 60 e 70 que o aumento é mais significativo. Apesar de se notar um crescendo na frequência escolar, “esta expansão não se tem realizado sem assimetrias regionais e sociais” (Correia, H. 1996:461).

A literatura que versa esta temática aponta para “baixas taxas de frequência do 3º ciclo, do secundário e do superior na Região Norte, relativamente à Região de Lisboa e Vale do Tejo” (Azevedo, J. 1994:20).

No que concerne às assimetrias de carácter social podemos dizer que “o rendimento económico das famílias condiciona, em grande medida, o prosseguimento do estudo por parte dos alunos. É das famílias de mais baixos recursos que sai a esmagadora maioria dos alunos que abandonam a escola ao fim do 6º ano de escolaridade(...) a percentagem de alunos provenientes de famílias de mais baixos recursos económicos (...) [vai] decrescendo à medida que a escolaridade avança, o que faz pressupor uma selecção em certa medida por razões económicas”(São Pedro, M.^a 1994:26).

A reforçar a existência de assimetrias sociais, Barreto, A.(1988) refere que a repetência ¹ atinge “sobretudo e muito especialmente os filhos de famílias trabalhadoras e de poucos recursos económicos” e vai mais longe ao tratar o sistema de ensino português como uma “impiedosa máquina de selecção e de eliminação dos filhos dos trabalhadores, dos que vivem no interior e nas periferias suburbanas”.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo ² “é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva *igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares*”. De facto, o sistema educativo rege-se segundo a ideologia igualitarista, mas se quanto à efectivação das oportunidades de acesso ao ensino não parecem haver quaisquer dúvidas que o Estado cumpre o seu dever, o mesmo não acontece no que diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades de sucesso escolar. Mesmo no ambiente de mudança que se vive actualmente na educação, verifica-se a prevalência do currículo único. Apesar de estarmos todos de acordo quanto aos benefícios da generalização da educação e a via de acesso a ela constituir o primeiro passo para a sua democratização, não devemos esquecer que os ritmos e os tempos de aprendizagem não são comuns a todos os estudantes. Deste modo, o professor deve tomar consciência de que só através de outras condições de aprendizagem, o aluno conseguirá ultrapassar as dificuldades sentidas.

Há ainda outras condições que agravam as desigualdades de sucesso dos desfavorecidos. De acordo com Maslow, as necessidades dos indivíduos organizam-se segundo uma hierarquia, que se rege pelo princípio de que a satisfação de necessidades de índole social e psicológica (ex. :segurança; estima; educação; realização) é sempre antecedida da satisfação das necessidades básicas (ex.: necessidades fisiológicas; alimentação; sono; frio). Partindo deste princípio, percebe-se o quanto é difícil ensinar crianças de «estômago vazio» e esperar que elas estejam atentas e aprendam.

¹ Actualmente designada retenção, de acordo com o novo sistema de avaliação dos alunos (sobre este assunto vide Avaliar é Aprender. Novo Sistema de Avaliação. Cadernos de Avaliação (5). Instituto de Inovação Educacional. Departamento de Avaliação Pedagógica 1992).

² Lei de Bases do Sistema Educativo nº46/86, artigo 2º, alínea 2.

Outro aspecto que pode interferir no sucesso escolar das crianças desfavorecidas refere-se às expectativas criadas pelos professores. O meio sócio-cultural do professor tem sido apontado como condicionador das expectativas e representações que tem do aluno ideal. Desta forma, o professor apreciará os alunos que se aproximam mais do seu mundo, subestimando, por outro lado, os que não «partilham» das suas atitudes e valores. Este juízo negativo dos professores poderá ser interiorizado pelo aluno, conduzindo-o a adoptar um comportamento que corresponda às expectativas daqueles. Este ajustamento poderá ter consequências irreversíveis ao nível da motivação dos alunos, nomeadamente dos que não conseguem aproximar-se das “representações ideais”.

O nítido desfasamento das políticas sociais (apoios económicos aos alunos verdadeiramente carenciados) relativamente às educativas, parece também não contribuir satisfatoriamente para a igualdade de sucesso de todas as crianças na escola.

Das carências sentidas pelas crianças desfavorecidas, as quais impedem, directa ou indirectamente, o seu sucesso escolar, salientamos a alimentação, o vestuário, os transportes, a habitação, as actividades extracurriculares e o acompanhamento do trabalho escolar por parte dos pais. O baixo nível sócio-económico e educativo das famílias dificulta o acesso das crianças a outras vivências para além do espaço familiar e do meio local. Há um conjunto de pré-saberes que serão valorizados no percurso escolar do aluno, aos quais as crianças desfavorecidas não têm acesso, o que aumenta a sua desvantagem. Um défice de recursos culturais no ambiente familiar e social provoca um atraso no desenvolvimento intelectual da criança, sobretudo no aspecto cognitivo e verbal. O ambiente familiar não dá à criança a base cultural e linguística necessária para ter êxito na aprendizagem.

Existe, portanto, uma relação estreita entre o nível cultural, o meio social e o desenvolvimento escolar das crianças. Por exemplo, a presença de livros em casa, a leitura periódica, a assiduidade a espaços culturais, como já referenciamos, são indicadores de uma base cultural alta que influi num bom desempenho escolar. A ausência quase total destes recursos nas famílias chamadas “desfavorecidas” poderá ser responsável por grande parte do insucesso escolar. De acordo com Gilly, N. (1969), um ambiente educativo débil é um factor que implica uma má adaptação à escola, uma vez que supõe a existência de diferenças bastante grandes entre o sistema de valores que regem a vida de casa e o sistema de valores que regem a vida escolar.

Refira-se, finalmente, que em Portugal a rede de equipamentos da pré-escola anda pelos 40%, ao passo que na maioria dos outros países da Europa atinge os 90% (Goulão, F., 1994:25). Neste contexto, compreende-se porque a maioria das crianças desfavorecidas não tiveram ou não têm a oportunidade de frequentar o ensino pré-primário. Uma das implicações deste facto é que elas chegam à escola sem terem

adquirido hábitos de aprendizagem, numa situação de desvantagem em relação às crianças que o frequentaram e tiveram a possibilidade de desenvolver aptidões sensoriais, psicomotoras e intelectuais. Com efeito a pré-escola, além de constituir um lugar de desenvolvimento e socialização reveste-se de extrema importância no papel de complemento educativo e da vida familiar.

Neste sentido, vale a pena salientar a posição assumida pela OCDE (1988) sobre estas questões: «os resultados escolares são (...) inflectidos, em grande parte pela origem e meio social dos alunos e estão, por sua vez, intimamente ligados ao seu futuro, económico e social, aos empregos, aos rendimentos e (...) às suas ulteriores oportunidades de vida».

A tomada de consciência desta reflexão deve suscitar nos agentes de desenvolvimento a procura de soluções para as dificuldades que ainda persistem.

1.1.3 - Emprego e formação profissional: realidades

A pobreza também se manifesta ao nível do emprego e das condições que lhe estão inerentes revelando-se, quer da exclusão do mercado de trabalho (desemprego), quer nas suas formas de participação, traduzidas em condições precárias, tais como: o emprego precário, o emprego em actividades que se inserem na economia paralela, o subemprego, os vínculos laborais frágeis, os empregos mal remunerados e as baixas habilitações escolares, bem como reduzidas qualificações profissionais.

Na realidade, não se pode reduzir a questão do emprego à existência ou não de desemprego. Interessa verificar quais os problemas existentes ao nível das várias modalidades de emprego.

Os meios desfavorecidos caracterizam-se por um elevado emprego precário, pela existência de factores de elasticidade da procura de emprego na população inactiva, pelo alto índice de desemprego, pelo emprego na economia paralela e por baixos níveis de habilitações escolares e de qualificação profissional.

O emprego precário caracteriza-se pela fragilidade dos vínculos laborais ou mesmo pela sua ausência. A maioria dos trabalhadores oriundos de meios desfavorecidos encontram-se nesta situação, distribuindo-se por empregos com contrato a termo certo, prestação de serviços, trabalho à tarefa, trabalho sazonal e biscates.

Por outro lado, alguns daqueles que se considera fazerem parte da população inactiva (domésticas, adultos e jovens sem ocupação, deficientes), podem estar dispostos a iniciar actividade se as condições de emprego melhorarem, havendo uma melhor adaptação às suas necessidades e/ou se conseguirem libertar-se de algumas tarefas que desenvolvem, nomeadamente os trabalhos domésticos e o cuidar dos filhos durante

todo o dia. Assim, como refere Moura, J. (1986) “aqueles grupos inactivos constituem um factor de elasticidade da procura de emprego [definindo-se esta como] uma variação de uma grandeza económica provocada pela variação unitária de uma grandeza conexas”.

A situação de desemprego, por sua vez, tem implícita várias classificações, sendo as que se seguem as mais consensuais:

- Desemprego Friccional: verifica-se pelas dificuldades de mobilidade geográfica na procura ou por desajustamentos entre as qualificações disponíveis e as pedidas, atribuindo-se-lhe frequentemente o estatuto de desemprego «voluntário»;
- Desemprego Conjuntural: trata-se de uma forma de desemprego que se deve a movimentos de curto prazo da actividade económica sendo, por isso, reversível;
- Desemprego Estrutural: resulta de um desajustamento entre a procura e a oferta de emprego ao nível de actividades, sectores, qualificações e regiões. A situação gerada manifesta-se numa recessão persistente e como refere Samuelson (1970) “não pode ser corrigido por um aumento da procura global”.

São, igualmente, comuns as definições de desemprego em sentido lato e em sentido restrito. A diferença essencial é que o desemprego em sentido lato inclui todas as pessoas que estão desempregadas e disponíveis para trabalhar, estejam ou não à procura de emprego. Considera-se que a inclusão de indivíduos que nada fazem para encontrar novo emprego corresponde, eventualmente, àqueles que estão mais ou menos desencorajados e aos que pensam não ter qualquer possibilidade de encontrar um emprego.

Para alguns autores, quando se verifica apenas a primeira condição da definição de desempregado (o não ter emprego) o desemprego pode ser considerado voluntário não assumindo uma dimensão tão grave como involuntário, no qual se combinam as três componentes da definição ou as duas primeiras.

Embora se tenha presente a subjectividade introduzida pela dimensão dos «desencorajados» na avaliação quantitativa do desemprego, não se pode deixar de considerar um índice de extrema importância na avaliação qualitativa do mesmo. O que está em causa são os custos pessoais, familiares e sociais inerentes a períodos de desemprego involuntário. Este acontecimento é, frequentemente, vivido como traumatizante e gerador de *stress* com implicações psicológicas e de saúde física, por vezes bastante graves. Como alguns estudos³ demonstram, o desemprego involuntário aparece em 3º lugar numa escala de mal-estar após acontecimentos traumáticos, como por exemplo, a morte do cônjuge.

³ Vide Samuelson, P. A. (1970)

As repercussões desta vivência traduzem-se muitas vezes em baixo auto-conceito e auto-estima que promovem a conformidade e dificultam a mobilização das pessoas para a procura de emprego e, de uma forma geral, para a condução da sua própria vida.

Finalmente, é importante salientar uma outra perspectiva na análise deste fenómeno, relacionada com actividades que envolvem indivíduos integrados na população activa e na inactiva e que podemos designar por *economia paralela*, a qual abrange essencialmente duas vertentes:

- a economia subterrânea, que agrupa todas as actividades clandestinas ou ilegais;
- a economia informal, representada pelas actividades tradicionais (caseiras, agrícolas, de apoio, quer nas unidades familiares quer no comércio ou nos serviços) e também por actividades, em plena expansão, de serviços individuais ou colectivos, sociais, culturais, económicos. Estes vão desde os esquemas não lucrativos de entajada à terceira idade, passando pelo desenvolvimento de pequenos trabalhos domésticos de reparação e outros, aos novos serviços a particulares ou às empresas (conselhos, escritórios de gestão, dactilografia à noite, etc.)” (Moura, J. 1986:137,138).

Com efeito, a economia paralela expande-se com a recessão económica “mascarando” o volume de desemprego, uma vez que absorve um certo número de pessoas que procuravam emprego, quer a tempo inteiro quer a tempo parcial. No entanto, o volume de pessoas envolvidas neste tipo de actividades constitui igualmente um problema de emprego porque, frequentemente, as condições de trabalho são más e sem controlo.

Formação Profissional

Qualquer processo de desenvolvimento deve ter como preocupação a concepção e implementação de planos de acção “a partir de baixo, da inventariação dos recursos disponíveis e da descoberta da forma mais adequada com vista à sua combinação, transformação e colocação em termos rentáveis no mercado” (Peneda, S. 1991: s.p.).

Com esta nova forma de perceber o problema do desenvolvimento de determinada população, a ênfase coloca-se a nível local e regional: “quem sabe quais são as principais necessidades de formação, a que níveis e em que perfis profissionais, são os próprios agentes locais (...). Não é só a iniciativa da sociedade civil que está aqui em jogo. Ela é, de certo modo, temperada com aquilo que são a salvaguarda dos interesses nacionais importantes, como sejam, uma cobertura regional da oferta” (Azevedo, J., 1992: s.p.).

O grande desafio é, portanto, o desenvolvimento de sistemas de formação adequados às comunidades a que se destinam.

Frequentemente, o indivíduo é considerado como destinatário de programas elaborados por outros, com os quais pouco ou nada se identifica. Tal estratégia condiciona o empenhamento das pessoas na concretização desses programas. O indivíduo começa agora a ser encarado como agente do desenvolvimento, tal como refere Peneda, S. (1991), “o desenvolvimento só será real e, por isso, verdadeiramente sustentado se corresponder aos padrões culturais dos seus destinatários”.

A procura de uma maior convergência das acções dos poderes públicos e dos agentes económicos e sociais, a crescente mobilização da energia existente no tecido social para a concretização de objectivos de desenvolvimento, a maior flexibilidade de actuação face às diferenças e necessidades de cada comunidade, são «sintomas» desta nova forma de encarar o processo de desenvolvimento.

No quadro comunitário haverá cada vez menos lugar para um modelo de desenvolvimento baseado em baixos níveis salariais e em mão-de-obra pouco qualificada. Pelo contrário, assume particular relevância a formação científica e tecnológica, sendo a valorização dos recursos humanos a vertente fundamental. Só por esta via se pode esperar aumentos de produtividade significativos dado o ambiente propiciador a uma maior participação na delimitação e concretização dos objectivos de cada empresa ou de cada sistema de formação.

Não existe dúvida sobre a relevância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento; no entanto, há que considerar a importância assumida pela polivalência, adaptabilidade, autonomia e mobilidade profissionais, como factores decisivos que configuram a sociedade futura e sobre os quais muito haverá a fazer. Como refere Félix, A. (1991) “no passado a regra era a conservação. Agora trata-se da capacidade de adaptação a novas e alucinantes situações de mudança”.

A «elasticidade formação-emprego» irá aumentar nos dois sentidos: a mesma formação poderá ser um requisito essencial para diferentes profissões ou empregos, ao mesmo tempo que a mesma profissão irá exigir diferentes e diversificadas acções de qualificação e aperfeiçoamento.

As inovações tecnológicas transformam rapidamente os profissionais de «qualificados» em «não qualificados» e vice-versa, em períodos de tempo cada vez mais curtos. À flexibilidade no emprego sucede hoje o conceito de flexibilidade na carreira; (...) a competência deixou de ser estável (...) hoje é vista como um edifício em construção... (Felix, A., 1991:s.p.).

O saber profissional resultante da conjugação do saber académico com a experiência / saber-fazer e a sabedoria do saber-estar e do saber situar-se, é cada vez menos estanque. Desta forma, a formação profissional deve procurar promover o desenvolvi-

mento global dos indivíduos: não somente a sua formação técnica e científica, mas também, a sua formação interpessoal, cultural, social e cívica. A aposta vai no sentido do desenvolvimento de capacidades criativas e comportamentais que permitam aos indivíduos colocar os seus conhecimentos e experiência ao serviço de novas situações, estimulando as suas capacidades de raciocínio e de acção, assim como a sua capacidade de liderança, de decisão e de relacionamento com os outros. Por outro lado, a formação profissional assume cada vez mais um carácter contínuo, processual e permanente. O sistema formativo deve “assumir uma pedagogia formativa de projecto” (Félix, A. 1991: s.p.).

Os desafios acima referidos, especificamente a competitividade e modernização necessárias ao desenvolvimento e eficácia do tecido sócio-productivo, só podem ser ultrapassados com sucesso se focalizarmos o processo de desenvolvimento a nível local e regional e se acentuarmos a necessidade extrema de adoptar uma orientação comunitária em matéria de formação profissional.

Se procedermos desta forma, ao dar resposta às necessidades que determinada comunidade sente como prementes, a probabilidade do projecto em desenvolvimento ter sucesso será maior, pois desta forma os participantes sentir-se-ão «donos do seu próprio destino», e terão condições de se mobilizar mais facilmente na luta contra condições que lhe sejam adversas.

Uma orientação comunitária implica o envolvimento de membros da comunidade, mas também de agentes do exterior que possam proceder ao levantamento das necessidades da população, à delimitação dos objectivos, à implementação do projecto e também à sua avaliação e reestruturação em cada momento.

É a participação dos membros da comunidade e a motivação, adesão, responsabilização e esforço desenvolvidos pela população que originará o sucesso do projecto. Não se pode negar a cada comunidade o direito de competência de trabalhar nas suas próprias soluções, pois tal gera resistências, encoraja a passividade e desenvolve sentimentos de incompetência e de alienação, perpetuadores das condições em que vivem.

1.1.4 – Habitação social e realojamento social: Questões imateriais

Habitação Social

A habitação, enquanto bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, é um direito reconhecido pelo Estado. Diz o n.º1 do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa que “ todos têm direito à habitação”. Por sua

vez, o n.º2 deste mesmo artigo refere que incumbe ao Estado assegurar esse direito através da execução de uma política de habitação, do incentivo e apoio às iniciativas locais e das populações e da estimulação da construção privada.

Contudo, esta igualdade de direitos é contrariada na prática por uma desigualdade de acesso a bens e serviços, nomeadamente à habitação.

A evolução sócio-demográfica, a precariedade económica das famílias e o conflito constante existente entre instituições e agentes envolvidos na produção da habitação, consumo e apropriação, reflectiu-se na falta de habitação e na especulação imobiliária, conduzindo muitas pessoas a partilhar a mesma habitação – insalubre e superlotada – ou ao facto de os membros de uma mesma família serem obrigados a viver separados. Para estas, o meio mais frequente de acesso à propriedade do alojamento é a auto-construção, já que não possuem qualquer capacidade de poupança ou esta é muito escassa. A hipótese de comprar uma casa através das modalidades convencionais praticamente não se coloca, ou quando de facto usufruem do “privilégio” de disporem um alojamento, vivem subjugadas ao pagamento mensal de rendas e/ou de prestações de compra elevadas, sofrendo graves privações de outros bens essenciais.

Face a isto, normalmente formam espaços urbanos marginais onde se encontram submetidos a duras condições de existência que afectam gravemente a vivência individual e colectiva. A mortalidade infantil, o insucesso escolar, o absentismo e o baixo rendimento de trabalho são fenómenos, que embora radiquem na irracional organização da sociedade, encontram-se ligados às más condições de habitabilidade.

Ainda que o Estado conte com um tipo específico de intervenção para fazer face a este tipo de situação - a habitação social - nem sempre esta satisfaz quantitativamente ou qualitativamente as necessidades reais da população. Com efeito, a centralização e a regulação estatal, predominante neste país semi-periférico, evidencia-se particularmente no domínio habitacional ao nível da relação entre a Administração Pública Central e Local, onde as autarquias locais se encontram limitadas por um lado, nas suas competências (meios disponibilizados/descentralizados para a concretização dos objectivos locais) e por outro lado, nas verbas financeiras (definidas e atribuídas ao nível central, não correspondendo na sua maioria às necessidades geo-sociais reais).

Por essa razão, o planeamento económico e territorial regulado pelo poder central, pode bloquear algumas iniciativas das autarquias, que possivelmente permitiriam o desenvolvimento urbano e regional.

A consagração da habitação como direito social teve lugar no período da emergência do Estado Providência na Europa (cerca de 1945), período este em que a sociedade portuguesa se caracterizava por um imobilismo geral, que fazia com que as carências fossem mais de natureza qualitativa do que quantitativa: más condições de habitabilidade, fogos de padrões reduzidos, falta de infra-estruturas e de equipamen-

tos e uma acentuada degradação dos edifícios por inexistência de uma política de conservação.

A estrutura corporativa marcava a política de habitação do governo Salazarista. “A promoção destes bairros visava, sobretudo, uma função política e uma função simbólica: normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu potencialismo social. (...) Os bairros sociais existentes resultavam de uma grande fragmentação de programas e regimes, com designações: «casa para famílias pobres», «casas para pescadores», «casas para funcionários públicos», etc.” (Ferreira, A. 1987:61).

Preconizava-se assim, a intervenção acrescida do Estado, através da construção directa de fogos, no decorrer da vigência do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967); com 24% da construção total; implementação de medidas que visavam orientar a iniciativa privada para a satisfação das carências habitacionais das classes mais desfavorecidas; possibilidade de expropriar terrenos para a execução dos programas habitacionais e das respectivas obras de urbanização.

Com a ascensão de Marcelo Caetano, embora se tenha registado um aumento significativo de fogos construídos entre 1971-1974, no entanto tal aumento não se realizou em proporção com a imoderada especulação fundiária e imobiliária e a expansão da construção clandestina, caracterizada por “(...) construções precárias, em bairros de lata ou improvisados em tijolo e cimento, sem equipamentos nem serviços; construções frequentemente realizadas de noite [e aos fins de semana]; habitadas após a colocação da primeira placa para evitar a demolição e predomínio do regime de aluguer (terreno, casa)” (Ferreira, A. 1987:224).

Assistiu-se, por conseguinte, a uma expansão acelerada dos loteamentos ilegais, devido à intensificação das pressões urbanísticas e das necessidades habitacionais que não encontravam resposta no mercado legal. Uma certa liberalização política-administrativa, traduziu-se numa maior permissividade/cumplicidade das autoridades policiais e municipais.

Na política habitacional do 25 de Abril, podem, por sua vez, distinguir-se três períodos:

1974-1976 – Reforço da intervenção do Estado relativamente ao fomento directo da produção habitacional e aos domínios da política urbanística e de solos, especificamente no que diz respeito a:

- Alterações ao arrendamento urbano, visando condicionar os aumentos das rendas e impor a obrigatoriedade do arrendamento de fogos devolutos e a legalização das ocupações;
- Criação do programa S.A.A.L. (Serviço de Apoio Ambulatório Local) destinado a apoiar a organização e a iniciativa das populações residentes nos bairros de lata e ilhas, na construção de casas adequadas;

- Reimplantação do cooperativismo habitacional através da criação das cooperativas de habitação económica (C.H.E.'S);
- Apoio técnico e financeiro às autarquias, através de um programa de promoção de pequenos empreendimentos de habitações de custos controlados e o aumento das participações para a construção de habitações dirigidas aos estratos sociais insolventes;
- Criação de contratos de desenvolvimento para a habitação (C.D.H.), pretendendo-se edificar cerca de 15000 fogos/ano de renda limitada e impulsionar a reconversão estrutural da promoção imobiliária privada;
- Institucionalização do programa de recuperação de imóveis degradados (P.R.I.D.) dirigido à concessão de financiamentos bonificados, visando a conservação e beneficiação de habitações;
- A expansão da construção clandestina que afecta e inviabiliza a ordenação dos espaços, construção de infra-estruturas, de equipamentos e a instalação de serviços traduzindo-se em problemas complexos para as autarquias, pela impossibilidade de criar planos de recuperação urbanística bem como, suportar os custos das infra-estruturas, equipamentos, etc.

1976-1979 - Corresponde a um período de neutralização das directrizes seguidas nos anos anteriores e uma liberalização da política habitacional e urbanística.

Com a institucionalização do Ministério da Habitação e Urbanismo e Construção, desenvolve-se um sistema de crédito à aquisição de casa própria, com juros bonificados e amplos prazos de amortização. "Ao fim e ao cabo, visava-se substituir a promoção de custos controlados, de iniciativa pública, pela promoção de preços livres, do sector privado" (Ferreira, A. 1987:71).

Como consequência, extinguiram-se os serviços do Fundo Fomento Habitação que maior dinamismo haviam revelado, especificamente o S.A.A.L. e assiste-se ao congelamento dos C.D.H.. Paralelamente, reduziram-se progressivamente os empréstimos às câmaras, dificultando-se também a progressão do programa das cooperativas, com retenção de um número considerável de processos de expropriação de terrenos, até finais de 1977.

De salientar, ainda, o aparecimento do programa de casas pré-fabricadas (C.A.R.) que revelar-se-ia desastroso, " pois os seus custos ultrapassaram os valores da construção convencional, produzindo-se alojamentos precários, muitos deles hoje obsoletos e inabitáveis. Entretanto, muitos dos empreendimentos ficaram inacabados (Ferreira, 1987:72).

1980-1985 - Visualização total do sector da habitação, cessando o apoio aos programas públicos e apoiados. Assiste-se novamente a um reforço do crédito à aquisição de casa própria, introduzindo-se o sistema de amortização progressivo, com prestações iniciais reduzidas, facilitando o acesso a camadas mais amplas da população.

Através do Decreto de Lei nº148/81 revoga-se o sistema de arrendamento obrigatório e descongelaram-se novos contratos de prédios antigos, deixando aos proprietários a opção entre os regimes de renda livre e condicionada.

Finalmente, assiste-se à extinção da promoção pública habitacional e neutralização da capacidade de intervenção institucional do Estado.

Com a extinção do Fundo Fomento Habitação, em 1982, cria-se o Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (F.A.I.H.) dirigido ao financiamento da habitação social com fundo e critérios de rentabilidade comercial. Mais tarde, surge o Instituto Nacional de Habitação (I.N.H.), assumindo atribuições no domínio do financiamento dos estudos e da elaboração normativa para a problemática habitacional. Contudo, este organismo tem-se limitado à concessão de crédito às cooperativas e autarquias. Finalmente, é criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (I.G.A.P.H.E.), com responsabilidades no âmbito da administração corrente e do enquadramento normativo do parque habitacional.

Actualmente, os programas governamentais apostam essencialmente na promoção de fogos para arrendamento social, para venda a custos controlados, e outros efectuados com base nos acordos de colaboração entre o I.N.H. e as Autarquias Locais, onde são disponibilizados recursos financeiros necessários para a construção de habitações, para o realojamento de famílias carenciadas, de que é exemplo o Programa de Erradicação de Barracas.

Do exposto, conclui-se que o número reduzido de bairros sociais construídos por relação a outros países da Europa, e tendo em conta as necessidades habitacionais do nosso país, deve-se essencialmente às limitações económicas e normativas impostas à Administração Local.

Embora os bairros sociais edificados até à década de 80, tenham sido na sua maioria produzidos pela Administração Central, cabendo às autarquias responsabilidades no âmbito da distribuição das casas e administração dos espaços exteriores (jardins, saneamento, etc.), actualmente esta situação tem vindo a alterar-se com a política de alienação adoptada, estando as instituições estatais a negociar a transferência das suas responsabilidades para os municípios (processo de municipalização). Esse processo, com efeito, vem reforçar o papel das autarquias e a sua importância no sector habitacional.

Realojamento Social

Embora a habitação social apareça como uma resposta possível para os grupos mais desfavorecidos, conduz a situações de estigmatização social e a comportamentos desviantes, quer pela localização dos próprios bairros sociais (normalmente em zonas periféricas relativamente aos centros da vida social e económica) quer pelo tipo de arquitectura (marcada pelo carácter descontínuo e por vezes inacabado das construções, afastadas das vias de comunicação e de espaços mono-funcionais) e pelos materiais de construção utilizados, regra geral tidos em conta pelos baixos custos, o que acaba por se revelar ao nível da sua deficiente qualidade.

Relacionado com esta noção de estigmatização dos bairros, surge o conceito de hierarquização social, que diz respeito ao facto dos grupos sociais se encontrarem distribuídos no espaço em função do lugar que ocupam nessa mesma hierarquia. Assim, enquanto os bairros sociais continuarem a ser planeados numa lógica de rentabilidade económica, os indivíduos com dificuldades económicas são os prováveis destinatários daqueles espaços, sendo-lhes associado um estatuto social desvalorizado de “inferior” ou de “assistido”.

Por outro lado, não se pode esquecer que a população que foi objecto de realojamento, nas últimas décadas, evidencia características diferentes, assistindo-se a um aumento dos fenómenos de exclusão social relativo à dificuldade crescente de inserção no mercado de trabalho, dos fenómenos de emigração, provocando uma crescente heterogeneidade cultural nos bairros, pese embora a manutenção de uma grande homogeneidade social. Para além disso, neste tipo de bairros, aumentaram de forma exponencial os fenómenos de tráfico e consumo de estupefacientes. Como resultado, assiste-se a uma concentração de diversos modos de vida e expectativas que podem dificultar as relações sociais e o estabelecimento de uma identidade comum, facilitadora de desenvolvimento de sentimentos de pertença.

Estudos feitos em Portugal (1994), manifestam bem como nas situações de realojamento, ao gosto pela casa (normal para quem vem de barracas) se contrapõe o desgosto pelo bairro, que muitas vezes é criticado por alguma “insegurança”, “má vizinhança” e demasiada intimidade nas interações locais que perturbam o bem estar de cada família. Assim, são estes aspectos os mais criticados, e não os respeitantes às más condições de conservação dos fogos e edifícios e às deficientes condições de apresentação do espaço público ou carência de equipamentos.

Em situações de realojamento, o “princípio da realidade impõe-se ao princípio do desejo” (Pinto, 1994:37), ou seja, há uma associação notória entre a conquista de uma casa condigna e a melhoria geral das condições habitacionais. Neste contexto, a casa surge como a realização de um sonho, constantemente alimentado, face ao qual a população tem consciência das possibilidades ínfimas de realização.

Contudo, a mudança de casa não anula a imagem negativa e estigmatizante que advém da anterior situação habitacional, criando-se processos de “desidentidade” face ao novo espaço residencial e respectivas regras de funcionamento, registando-se um maior isolamento individual e familiar, havendo assim uma centralização das actividades e temporalidades da vida quotidiana em torno da casa e pela diminuição dos espaços apropriáveis exteriores do bairro.

Acresce a isto, o facto de no processo de realojamento não se manter, para a maioria da população realojada, os vizinhos que coabitavam no espaço residencial anterior, desmantelando-se as redes de vizinhança e de apoio social.

Perante esta situação, “ não parece útil continuar a pensar nos programas de realojamento como se todo o problema fosse financeiro e urbanístico. O (...) realojamento é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, (...) pois as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”(Guerra, 1994:11).

De facto, a atribuição de uma casa não é condição suficiente para permitir por si só a integração social dos indivíduos. Para que isto se concretize, os indivíduos deverão ter acesso a outros recursos socialmente valorizados como níveis de instrução, formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Daí que um processo de realojamento deva iniciar-se muito antes do bairro começar a ser construído, pressupondo uma auscultação prévia à população, no sentido de determinar o seu grau de enraizamento local, hábitos, modos de vida, aspirações e representações, projectando-se assim as acções em necessidades concretas e claramente identificadas para a maioria da população e para a qual há alguns recursos disponíveis.

“Trata-se de pensar o espaço e os modos de vida da população em simultâneo e integradamente, inserindo no habitat em construção, espaços de formação (por exemplo, levar as pessoas a envolverem-se em obras no âmbito da construção civil que a própria edificação do parque habitacional irá exigir), de trabalho (pequenas empresas de comércio e/ou oficinas), e de convívio (equipamentos de desporto e de lazer)” (Guerra, 1994:12-13), obrigando, desde o primeiro momento, a implicação da população em algumas destas tarefas.

Pretende-se assim motivar os indivíduos para sentirem o espaço-bairro como seu e gostarem de viver nele, entendendo-se, deste modo, a participação como promotora de um processo de organização dos indivíduos no seu espaço geo-social, visando o desenvolvimento social local. Por outro lado, esta responsabilização dos moradores pode fomentar a sua capacidade crítica e reivindicativa face aos problemas habitacionais e sociais com que se deparem, levando-os a fazer uso activo do seu direito de cidadania.

Capítulo II

2 – Bairro piscatório da praia de Esmoriz : Modos de vida e práticas sócio-culturais

2.1 – *Processo de investigação-acção: Aproximação à realidade empírica*

2.1.1 – Considerações Metodológicas

A intervenção numa realidade social implica a utilização de um conjunto de métodos que norteiam a acção, bem como uma multiplicidade de técnicas, habilidades e atitudes que comandam a mesma.

Considerou-se que a orientação metodológica global a adoptar para a concretização da intervenção seria um tipo específico de investigação social de base empírica designada como investigação-acção.

Este método, tal como o define Thiollent M. (1988) “caracteriza-se por uma estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo e no qual investigadores e a população-alvo estão envolvidos de forma cooperativa ou participativa: a ideia de investigação-acção encontra um contexto favorável quando os investigadores não querem limitar as suas investigações aos aspectos académicos e burocráticos da maioria das investigações convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a «dizer» e a «fazer» (...) os investigadores pretendem desempenhar um papel activo na própria realidade dos observados”. A participação das pessoas implicadas, de técnicos e de todos os agentes locais é, por isso, absolutamente necessária procurando uma “pedagogia da responsabilidade colectiva”. Pretende-se não só produzir conhecimento sob a realidade em causa mas, também, levar a população a tomar consciência dos seus próprios problemas e a envolver-se na procura e concreti-

zação de soluções. Esta participação deve ser assegurada ao longo de todo o processo promovendo a consciencialização do que é ser cidadão, dos direitos e deveres que lhe assistem e do seu papel activo na gestão e execução dos mesmos, ou seja, a aprendizagem do exercício do direito de cidadania.

O método da investigação-acção concilia dois grandes objectivos: um de índole mais prático, (procurando uma melhor definição/caracterização do problema e, consequentemente, o levantamento, a proposta e acompanhamento do desenvolvimento de acções que auxiliem na transformação da situação), outro de carácter mais teórico (possibilitando o conhecimento e acesso a informações que seriam difíceis de obter com outro procedimento, tais como: condições, estilos e modos de vida; aspirações; representações; interesses; capacidades de acção e mobilização,...).

Associam-se, desta forma, objectivos de formação e de transformação, processos de investigação e de intervenção.

Sintetizando, e de acordo com o autor citado anteriormente, na investigação-acção salientam-se as seguintes características:

- “ampla e explícita interacção entre investigadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- desta interacção resulta a ordem de prioridades dos problemas a serem investigados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de acção concreta;
- o objecto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nesta situação;
- o objectivo da investigação-acção consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das acções e de toda a actividade intencional dos actores da situação;
- a investigação não se limita a uma forma de acção: pretende-se aumentar o conhecimento dos investigadores e o conhecimento ou o «nível de consciência» das pessoas e grupos”.

A opção pela metodologia de trabalho anteriormente caracterizada torna-se ainda mais relevante quando a problemática em questão é o combate à pobreza e à exclusão social, pretendendo-se, essencialmente, envolver e, ao mesmo tempo, mobilizar a população-alvo em projectos comuns visando converter a apatia e a passividade em organização, solidariedade, dinamismo, motivação, participação, investimento na mudança e transformação social, tornando a população o agente do seu próprio desenvolvimento.

2.1.1.1 – Instrumento de pesquisa

O estudo desenvolvido surge da necessidade de conhecer o contexto sócio-económico da população-alvo. Deste modo, o método adoptado caracteriza-se por uma pesquisa no terreno, ao qual se associam instrumentos de pesquisa sócio-familiar estandardizados.

O suporte para a recolha da informação foi o inquérito por questionário, por possibilitar a uniformização dos dados apurados, a comparação de realidades distintas e/ou idênticas e a capacidade de generalização dos resultados obtidos nesta comunidade.

O questionário⁴ contempla 106 perguntas, das quais 72 são fechadas e 34 abertas, permitindo elaborar um banco de dados relativo a um conjunto estruturado de variáveis pertinentes:

- composição etária e sexual do agregado familiar;
- evolução e origem social da população;
- dimensões da família e relações de parentesco;
- níveis de escolaridade/formação profissional;
- formas de ocupação do alojamento;
- permanência no Bairro;
- condições de habitabilidade, higiene e salubridade;
- índice de conforto;
- expectativas em relação ao realojamento;
- melhoramentos desejados;
- representações sociais face à casa e ao Bairro;
- expectativas em relação ao equipamento social e colectivo;
- relações de vizinhança.

A elaboração deste instrumento de trabalho foi precedida pela recolha e análise bibliográfica, bem como pelo contacto com outros inquéritos e/ou grelhas já elaborados, nomeadamente: o dossier social utilizado no âmbito do Projecto Piloto do Rendimento Mínimo Garantido; as directrizes adoptadas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas e pela Câmara Municipal de Ovar (CMO); o inquérito aos orçamentos familiares de 1989-1990, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística – Norte e, finalmente, o inquérito elaborado pelo Gabinete Pé Direito em parceria com a CMO. Posteriormente, foram seleccionados os itens a incluir e agrupados por áreas

⁴ Vide Anexos

ordenadas de forma a facilitarem a administração do questionário. Optou-se por elaborar dois inquéritos com um tronco comum: um para o representante da família que incluiu a identificação do agregado familiar, caracterização sócio-económica, educação escolar, saúde, planeamento familiar, habitação, relações de vizinhança e expectativas relativamente à situação de realojamento; outro para cada um dos restantes indivíduos do agregado familiar que inclui todas as áreas acima mencionadas com excepção da identificação do agregado familiar, habitação, relações de vizinhança e expectativas relativamente ao realojamento.

Concluído o inquérito, realizou-se um pré-teste junto de 20 indivíduos, com os seguintes objectivos: ensaiar a formulação das questões; perceber se a ordenação das questões era adequada; apreciar as reacções das pessoas ao inquérito; controlar o tempo de administração do mesmo; verificar se o inquérito permitia recolher a informação pretendida.

Depois de recolhidas as vinte opiniões, foram realizadas algumas modificações, procurando tornar a linguagem mais simples e acessível e uma maior flexibilidade e adaptabilidade ao entrevistado e à própria situação.

A administração do inquérito foi precedida de uma reunião com um líder da comunidade – arrais de uma companhia – com vista à sensibilização para os objectivos e possíveis acções do projecto, bem como para solicitar a colaboração na motivação da população e integração da equipa na comunidade. Com este propósito, foi elaborado um folheto informativo distribuído à população numa reunião de sindicato dos pescadores.

Dado que não se tratava de um inquérito de auto-preenchimento, pois assemelhava-se a uma entrevista semi-directiva, procedeu-se à aplicação do instrumento de pesquisa em regime de visita domiciliária, inquirindo-se um total de 746 indivíduos, agrupados em 185 agregados familiares, durante sensivelmente três meses. Acresce a este valor – 746 – mais 7 indivíduos, dos quais não temos dados por razões de emigração, cumprimento do serviço militar ou por se recusarem a responder.

Esta fase do processo possibilitou uma ocasião ímpar no estabelecimento de uma relação de proximidade e de diálogo com a comunidade, permitindo clarificar os objectivos do projecto e perceber os valores, as representações, as atitudes, as vivências, as expectativas das pessoas face à pobreza e às possibilidades de mudança, assim como os seus modos e estilos de vida.

Contudo, este processo caracterizou-se por alguma morosidade resultante não só da administração do inquérito (a sua aplicação demorava cerca de 60 minutos por família), mas também, pelo facto de as pessoas nem sempre se encontrarem no domicílio ou com disponibilidade para responder ao solicitado, obrigando a equipa a voltar ao mesmo local várias vezes.

2.1.1.2 – *Análise e tratamento da informação*

Após a conclusão da administração dos inquéritos, efectuou-se a codificação das questões abertas, procedendo-se a uma análise estatística, em que foram privilegiadas as correlações entre as diversas variáveis, por forma a obter instrumentos explicativos e interpretativos sobre as tendências globais que caracterizam esta população. Estes dados estatísticos encontram-se sistematizados em quadros e gráficos compostos por uma ou mais variáveis. Note-se que em virtude dos dados empíricos terem sido objecto de tratamento informático, os valores percentuais apresentados, por vezes evidenciam valores por defeito ou por excesso. No entanto, este facto não altera as conclusões obtidas.

2.2 – *Caracterização Geral*

Importa agora, com base nos dados obtidos, efectuar uma caracterização geral da situação sócio-económica da comunidade piscatória da Praia de Esmoriz. Todavia, para que esta caracterização seja devidamente contextualizada, torna-se necessário enquadrar primeiro, historicamente, esta comunidade.

2.2.1 – *Enquadramento histórico do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz*

Esmoriz está localizado na província da Beira Litoral, distrito de Aveiro e concelho de Ovar, a 20 Km do Porto, confrontando a norte com Paramos, sul com Cortegaça, poente com o Oceano Atlântico e a nascente com Oleiros, Paços de Brandão e Rio Meão. De acordo com os censos de 1991, esta cidade de clima temperado, tem uma população total de 9890 habitantes.

Todavia, Esmoriz nem sempre foi uma localidade com as características actuais. Só a partir dos fins do século XVIII é que passaram a existir povoações junto da costa nos sítios fortificados. A razão disto eram os frequentes ataques dos piratas-mouros, sobretudo argelinos, que em certas épocas do ano, quando o mar estava mais calmo, faziam desembarques na costa (Ferreira, J., 1972).

No tempo de D. Maria I, com o desenvolvimento dado à marinha de guerra e à caça feita aos piratas, o litoral tornou-se mais seguro e as praias começaram a ser povoadas. Acredita-se, portanto, que os primeiros residentes da praia de Esmoriz foram, na sua maioria, pessoas relacionadas com actividades piscatórias.

No século XIX existiam “unicamente palheiros de tabuado, dispersos” (Oliveira, E. 1985:166), construídos “sobre esteios, por forma a deixar um espaço vazio entre o soalho

das mesmas, pelo qual a areia, quando impelida pelo vento, podia circular livremente (...) para atenuar o efeito da deslocação das areias. Para dificultar o soterramento das suas construções, os pescadores e os lavradores que traziam gado nas companhas, escolhiam os sítios onde as areias tinham menos mobilidade e dispunham as suas correntezas de palheiros predominantemente na direcção dos ventos mais activos.

Acerca destas habitações, já quase inexistentes nesta praia, Raul Brandão em «Os Pescadores», refere que “aqui o pescador vive em barracas de madeira que têm o aspecto de povoações lacustres” (1989:62).

Em 1913, a Comissão Distrital de Aveiro aprova uma planta dos terrenos do areal da freguesia de Esmoriz, divididos em glebas. Esta planta, “constitui, por assim dizer, o esqueleto da maior parte da praia de Esmoriz (...) Além dos palheiros feitos de novo, com o avanço do mar, muitos outros tiveram que ser mudados ou reconstruídos, tendo as suas frontarias sido dispostas de harmonia com a planta existente” (Ferreira, J. 1972:s.p.).

No início do século XIX, encontravam-se na praia além de pescadores, outras pessoas interessadas no negócio da pesca: comerciantes; lavradores com o seu gado; as varinas, que iam buscar o peixe para o vender às aldeias do interior; vendeiros; taberneiros; as autoridades fiscais e, a partir dos meados do século XIX, os forasteiros e banhistas. “Durante o Inverno, toda essa animação e movimento desapareciam e os palheiros ficavam desertos; as gentes piscatórias nada ali podiam fazer que lhes aguentasse a vida e regressavam ao interior, procurando diversos meios de subsistência” (Oliveira, E. 1985:166).

Pensa-se que os pescadores se foram fixando de forma clandestina na praia de Esmoriz devido à falta de recursos económicos para terem acesso à habitação, procurando, no entanto, estarem assim mais próximos da sua fonte de rendimentos: o mar. A estes juntaram-se outros, muitas vezes sem qualquer ligação à pesca, mas que tinham em comum com os primeiros as dificuldades de acesso à habitação, o que originou um efeito de bola de neve, ou seja, a estas famílias foram-se juntando novas e seus descendentes.

É através do desenvolvimento destes núcleos obscuros de barracas ou palheiros que ainda hoje se processa o povoamento deste sector costeiro.

Em Fevereiro de 1941, um vendaval muito forte assolou o nosso país. Esmoriz não escapou a essa força devastadora e a “zona mais afectada talvez tenha sido a praia. Palheiros frágeis e apodrecidos, fustigados por tantas intempéries, não resistiram. E centenas de pescadores ficaram sem abrigo” (Santos, O. 1992:s.p.).

Este acontecimento agravou ainda mais a vida dos “pescadores que naquele tempo atravessavam a maior crise económica de que há memória nas artes da Xávega. Uns encontraram auxílio nas autoridades marítimas, que lhes mandaram construir palheiros onde se abrigassem, outros, para não dormirem ao relento, encastelaram os destroços das mesmas da melhor maneira que lhes foi possível e no terreno que lhes calhou”. (Ferreira, J. 1972:s.p.).

A Junta de Freguesia de Esmoriz, com a retirada que lhe fizeram do imposto da prestação de trabalho ficou impossibilitada de tomar as mais elementares providências de interesse local, concedendo facilidades de acesso aos terrenos e/ou permitindo a construção ilegal, “fechando os olhos” às irregularidades praticadas.

2.2.2 – A Pesca: da origem aos nossos tempos

Os nossos pescadores viviam nos diversos lugares de Esmoriz e nas horas vagas da agricultura desciam à praia. “Em 1800, a maior parte do nosso povo vivia da pesca” (Marques, C. 1993:83). A vida dos pescadores era humilde e carenciada. A faina piscatória era um trabalho duro e disciplinado, situação que ainda hoje não se alterou.

Todos os anos, os pescadores agradecem a superação das dificuldades sentidas, prestando homenagem, no último fim de semana de Agosto, ao Sr. dos Aflitos e à N^a S^a da Boa Viagem, companheiros inseparáveis e de auxílio nas suas jornadas. A procissão majestosa é constituída por cerca de vinte andores, saindo da igreja matriz até à Capela do Sr. dos Aflitos⁵, perto do mar. É aqui que há aproximadamente 56 anos, os pescadores vêm pedir a benção para as suas fainas.

Para praticar a faina ou actividade piscatória são necessários utensílios de pesca, frequentemente designados por «artes», ajustados às espécies que se pretendem pescar, bem como embarcações e meios de propulsão.

Característica desta zona, a Xávega é uma arte envolvente, puxada por tractores para a praia, constando essencialmente de um saco prolongado por duas asas ou mangas, aos extremos das quais amarram-se os cabos de alagem.

Os pescadores durante os meses quentes (Março até Setembro/Outubro) praticam a já referenciada arte Xávega, dedicando-se nos restantes meses à pratica da Majoeira (pesca do robalo). Esta prática não está legalizada, apesar de se aguardar a sua aprovação.

Às dificuldades já descritas unem-se a diminuição das licenças de pesca (barcos), a ameaça suscitada pelos arrastões e traineiras à pesca local e a adaptação à pesca portuguesa da regulamentação europeia de pescas.

No seguimento destas regras, surge o Decreto-Lei 278/87 de 7 de Julho, que vem normalizar o exercício da pesca e das culturas marinhas tendo em vista a conservação, gestão e exploração racional, reconhecimento e valorização dos recursos, bem como a adequação da pesca aos níveis de produtividade dos recursos disponíveis.

⁵ A primeira pedra desta Capela foi lançada em 1941, mas a sua inauguração viria a ser concretizada apenas em 1948.

A adaptação do regulamento da União Europeia n.º 3094/86, artigo 14º, foi concretizada através do Decreto Regulamentar n.º 43/87, que tem por objectivo definir “as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em zonas sob soberania e jurisdição portuguesa, (...) bem como estabelecer (...) pelas embarcações, as áreas de operação e os respectivos requisitos e características para a actividade desenvolvida nas referidas águas ou fora delas e ainda parlamentar o regime de autorização e licenciamento do exercício da pesca, da actividade das embarcações e utilização das artes de pesca”.

Neste âmbito regulamentar, a Xávega⁶ é uma arte que pode exercer a pesca em águas oceânicas e em conjunto com outras artes de pesca (redes camaroeiras ou depilado, sacados e toneiras), que são definidas e desenvolvidas no capítulo IX, artigo 39º. A Xávega integra-se na classificação e descrição das embarcações de pesca local⁷.

Existem determinadas regras de sinalização das artes de deriva⁸, para o exercício da pesca⁹ e para a indicação de áreas e períodos de interdição ou restrição àquela¹⁰, considerados necessários pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que vem corroborar o artigo 1º deste Decreto Regulamentar.

No seguimento do que anteriormente foi referido, surge o artigo 48º adaptado do artigo 5º do regulamento comunitário da U. E. e que pode ser observado nos anexos IV, V, VI do Decreto Regulamentar 43/87: a descrição do tamanho mínimo das espécies pescadas. Se estas não respeitarem o tamanho mínimo têm de ser devolvidas ao mar, não podem ser mantidas a bordo, transbordadas, desembarcadas, transportadas, armazenadas, vendidas, expostas ou colocadas à venda.

O tamanho das espécies é também restringido, embora de forma indirecta, pela determinação do vazio da malha¹¹, segundo o regulamento (U.E.) n.º 2108/84 e que pode ser observado no anexo do decreto regulamentar anteriormente referido.

Outro motivo de descontentamento e de luta por parte dos pescadores e do sindicato que os representa, é o facto do gasóleo por eles utilizado na faina não estar sujeito a um subsídio como acontece com o gasóleo agrícola.

A frota local é constituída por sete companhias distribuídas entre Esmoriz e o Furadouro. É uma pesca de sobrevivência que assume alguma importância, visto que ocupa cerca de vinte homens por embarcação. No entanto, à altura da aplicação do inquê-

⁶ Art. 3º, alínea I

⁷ Art. 62º e Art. 63º

⁸ Art. 41º

⁹ Art. 47º

¹⁰ Art. 49º

¹¹ Art. 50º

rito e de acordo com o Apêndice VI, apenas referiram ser pescadores ou pertencerem às categorias mal definidas no sector da pesca 70 pessoas, o que corresponde a metade do pessoal necessário para trabalhar nestas setes companhias. Tal deve-se ao facto destas não cumprirem os requisitos exigidos por lei. A sua remuneração tem por base uma quota sobre o pescado e um rendimento incerto, muito baixo.

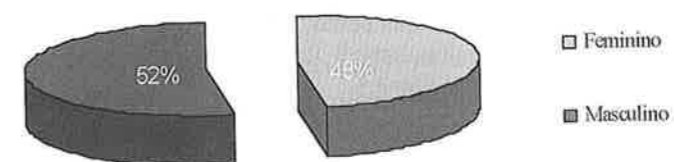
2.2.3 – Diagnóstico sócio-económico

Facilmente se percebe do exposto, o quanto a vida dos homens do mar é marcada por um trabalho duro, sujeito a uma forte disciplina e financeiramente pouco compensador.

Atentaremos agora como a estas dificuldades se sucedem outras, relacionadas, sobretudo, com um mundo de vida caracterizado por condições sócio-económicas bastante precárias.

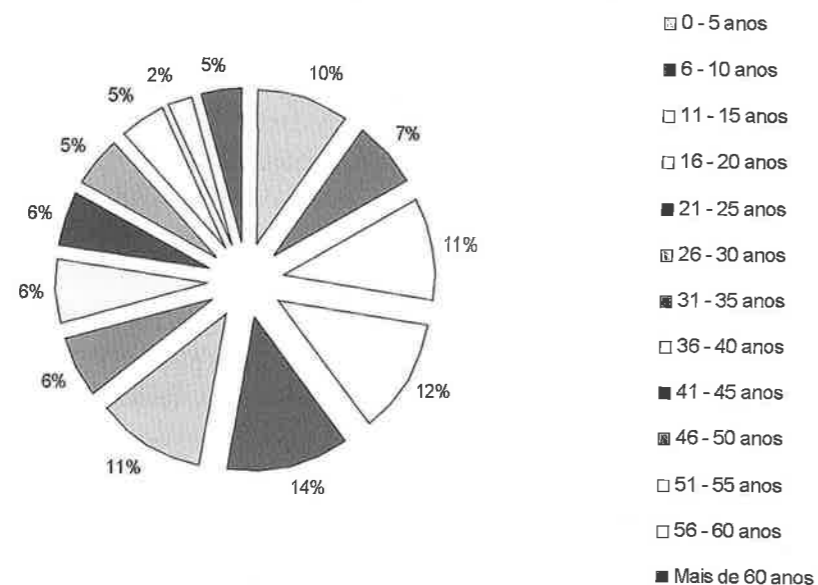
Visando estabelecer um diagnóstico sobre a situação do universo em questão, foram tomadas em linha de conta as seguintes variáveis descritivas: sexo, idade, estado civil, naturalidade, local de residência, tipo de família, habilitações literárias, ocupação, tipo de profissão, local de trabalho, situação na profissão, tipo de contrato de trabalho e rendimentos, tipo de doenças, vacinação, planeamento familiar, formação profissional e condições habitacionais.

Gráfico I – Distribuição do universo segundo o sexo



Analisando o universo populacional em questão – 746 indivíduos na sua totalidade –, verificamos que existe uma ligeira predominância de indivíduos do sexo masculino 52%, contra 48% de indivíduos do sexo feminino.

Gráfico II – Distribuição do universo segundo a idade



Relativamente à idade, a população inquirida divide-se, com algumas “nuances”, pelos diferentes escalões etários. Podemos apontar como escalões mais representativos do ponto de vista analítico os seguintes: 21-25 anos com 14% e 16-20 anos com 12%. Aliás, é de salientar a significativa predominância de inquiridos com idade até 30 anos (65%) o que nos permite pensar de certa forma que se trata de uma população bastante jovem.

Observa-se uma certa uniformidade na distribuição dos elementos por classes etárias em termos comparativos entre os dois sexos¹², notando-se algumas diferenças em determinados escalões. Assim, no escalão etário dos 11-15 anos, por exemplo, assistimos a um maior número de indivíduos do sexo feminino em detrimento do número de indivíduos do sexo masculino (43 contra 36); no escalão dos 21-25 anos mais indivíduos do sexo masculino (57 contra 40); no escalão dos 26-30 anos, 51 homens contra 34 mulheres. No entanto, se nas faixas etárias mais novas se revela uma predominância do sexo masculino, o mesmo não acontece no escalão situado com mais de 60 anos. Aqui, são as mulheres em maior número (23 mulheres contra 11 homens), o que poderá estar relacionado com as características inerentes à longevidade do sexo feminino.

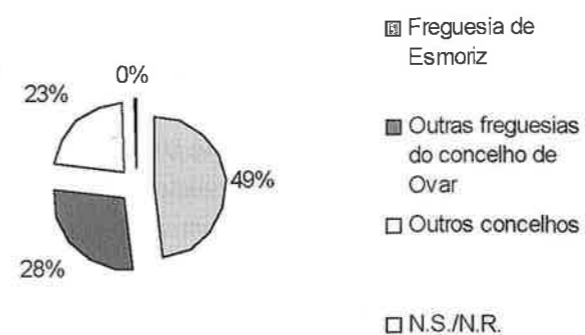
¹² Apêndice I

Quadro I – Distribuição do universo segundo o estado civil

Estado civil	Inquiridos	%
Casado	303	40,62
Solteiro	376	50,40
Divorciado	5	0,67
Viúvo	25	3,35
Casado/Separado de facto	1	0,13
Casado/Junto	1	0,13
Solteiro/Junto	29	3,89
Divorciado/Junto	1	0,13
Viúvo/Junto	2	0,27
Outras situações	0	0,00
N.S./N.R.	3	0,40
Total	746	100,00

Quanto ao estado civil, podemos apontar que o universo em questão divide-se essencialmente entre casados e solteiros. Dos 746 inquiridos, aproximadamente 51% são solteiros enquanto que cerca de 41% são casados. Assistimos pois a uma ligeira predominância dos indivíduos solteiros o que acentua a dimensão jovem do conjunto da população em análise.

Gráfico III – Distribuição do universo segundo a naturalidade



No que concerne à naturalidade, podemos dizer que quase metade dos inquiridos são naturais da freguesia de Esmoriz, 28% são naturais de outras freguesias pertencentes ao concelho de Ovar e os restantes 23% nasceram em outros concelhos.

Relativamente à nacionalidade da população¹³, verifica-se que a larga maioria dos inquiridos (98%) tem nacionalidade portuguesa.

Quadro II – Tipo de família

Tipo de família	Agregados Familiares	%
Nuclear sem filhos	23	12
Nuclear com filhos solteiros	114	61
Monoparental - mulher com filhos solteiros	7	4
Monoparental - homem com filhos solteiros	1	1
Família extensa - avós com netos solteiros	0	0
Família extensa - avó com netos solteiros	1	1
Família extensa - avô com netos solteiros	0	0
Outro tipo de família extensa - tios com sobrinhos solteiros	0	0
Monoparental extensa - mulher a viver com filhos e pais	0	0
Família alargada - com mais do que um núcleo	21	11
Monoparental alargada - mulher a viver com outra família	0	0
Isolado - vive só	7	4
Isolado - em alojamento colectivo	0	0
Outros	9	5
N.S./N.R.	2	1
Total	185	100

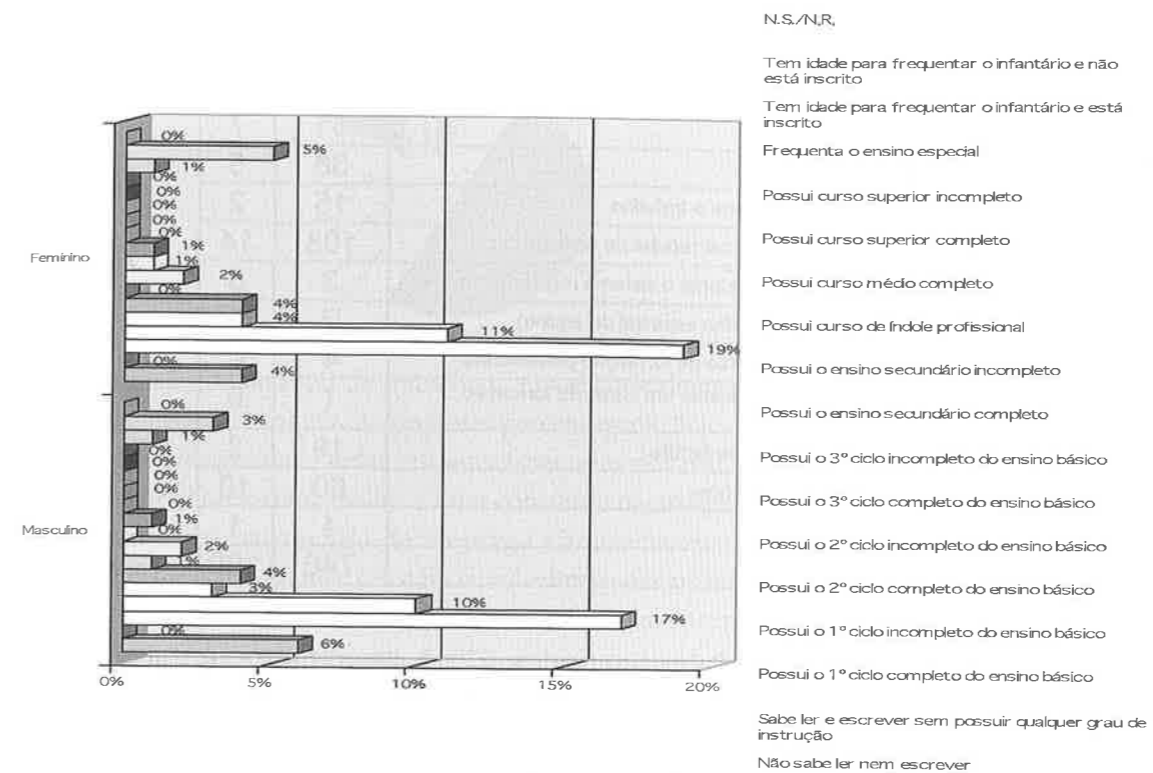
De acordo com o quadro acima apresentado, o universo estudado é constituído por 185 agregados familiares. O tipo de família existente mais frequente é a família nuclear com filhos solteiros (61%) e nuclear sem filhos (12%) residentes. Perante o quadro em questão convém salientar que 21 agregados corresponde a famílias alargadas.

A composição dos agregados familiares¹⁴, situa-se essencialmente entre 1 a 3 pessoas (44%) e 4 a 6 pessoas (44%). Dos 185 agregados familiares, 15 são compostos por 7 a 9 pessoas. Devemos referir que os agregados com 10 e mais pessoas são já pouco significativos.

¹³ Apêndice II

¹⁴ Apêndice III

Gráfico IV – Habilitações literárias segundo o sexo



Relacionando as variáveis habilitações literárias e o sexo, podemos apontar que 10% dos indivíduos não sabem ler nem escrever; 36% possuem o 1º ciclo do ensino básico completo, e 21% possuem o 1º ciclo do ensino básico incompleto, o que permite concluir que a população inquirida dispõe, regra geral, de um baixo nível de habilitações literárias. Por exemplo, em 746 inquiridos, apenas 5 possuem o ensino secundário completo, cujas idades se situam entre os 16 e os 35 anos¹⁵.

Os dados recolhidos possibilitam também afirmar a predominância de uma maior frequência escolar entre as camadas mais jovens da população.

A categoria “Curso de Índole Profissional” apresenta uma fraca expressividade, o que poderá revelar uma relativa indiferença face à formação profissional por parte desta população.

¹⁵ Apêndice IV

Quadro III - Tipo de ocupação

Ocupação	Inquiridos	%
Trabalhador	388	52
Desempregado	36	5
Doméstica	51	7
Pensionista	36	5
Incapacitado permanente para o trabalho	15	2
Estudante (frequenta o sistema regular de ensino)	108	14
Trabalhador/Estudante (frequenta o sistema regular de ensino)	2	0
Estudante (frequenta o sistema especial de ensino)	2	0
Estudante (frequenta um curso de formação profissional)	4	0
Trabalhador/Estudante (frequenta um curso de formação profissional)	1	0
Sem ocupação ou a cargo da família	19	3
Crianças com menos de 7 anos	80	10
N.S./N.R.	4	1
Total	746	100

Relativamente à ocupação* dos inquiridos, 52%* encontram-se a trabalhar, enquanto que 14% são estudantes. As restantes ocupações dividem-se essencialmente pelas categorias de doméstica (7%), de desempregados (5%) e de pensionistas (5%). Note-se, ainda, a existência de 80 crianças com menos de sete anos e 19 indivíduos sem ocupação ou a cargo da família.

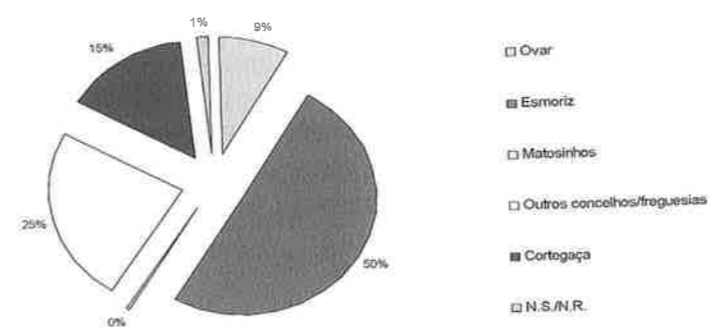
No que concerne ao tipo de ocupação segundo a idade¹⁶, na categoria Trabalhador, os escalões etários mais significativos são os seguintes e por ordem crescente de importância: 21-25 anos (11%); 26-30 anos (10%); 16-20 anos (8%); 31-35 anos (6%).

* População Activa = N.º Trabalhadores + N.º Desempregados + N.º Estudantes Trabalhadores = 427 indivíduos

* Nota: Para este valor concorreram os 388 inquiridos cuja categoria é trabalhador, mais dois trabalhadores/estudantes que frequentam o sistema regular de ensino e um trabalhador estudante que frequenta um curso de formação profissional.

¹⁶ Apêndice V

Gráfico V - Local de trabalho



Atendendo ao local de trabalho e à totalidade de inquiridos no activo, 50% trabalha na freguesia de Esmoriz. As restantes percentagens dividem-se essencialmente por outros concelhos/freguesias e pelas restantes freguesias de Ovar, particularmente por Cortegaça. A proximidade casa/trabalho é uma constante na análise efectuada, verificando-se que o investimento na procura de emprego circunscreve-se maioritariamente a Esmoriz, notando-se uma grande resistência em ultrapassar os seus limites geográficos.

No universo estudado, as profissões¹⁷ que no momento adquirem maior relevância são as relacionadas com:

Pescadores e categorias mal definidas no sector da pesca	18%
Operários da indústria têxtil	18%
Trabalhadores da construção civil	18%
Outros operários fabris	10%
Trabalhadores do sector das madeiras, cortiça e papel	6%
Carpinteiros, serralheiros e mecânicos	6%

Verificamos, no entanto, que nas profissões mais representativas, são as mulheres em maior número que se dedicam à indústria têxtil, ao passo que o sector da pesca emprega um número superior de homens: pescadores e categorias mal definidas, estas incluem os redeiros, a actividade de arrastar redes e outras.

Assim, da categoria de pescadores fazem parte 34 homens e 4 mulheres, mas nas actividades afins à pesca encontra-se a situação oposta: 28 mulheres e 4 homens. Esta é facilmente justificável pelo facto da pesca ser uma actividade essencialmente masculina, ao passo que as tarefas de apoio são muito associadas às representações do que deve ser o trabalho feminino.

É de salientar que a divisão entre pescadores e categorias mal definidas no sector da pesca foi usada apenas para se distinguir o pessoal do mar e o pessoal de terra.

¹⁷ Apêndice VI

Assim, pescadores são todas as pessoas que vão para o mar, enquanto que nas categorias mal definidas no sector da pesca são incluídos os redeiros, os tractoristas e todas as pessoas que arrastam as redes e que transportam o peixe.

Quadro IV – Situação na profissão segundo o sexo

Sexo	Inquiridos	%	Patrão	%	Trabalhador por conta própria	%	Trabalhador por conta de outrém	%	Trabalhador familiar não remunerado	%	Outras	%	N.S./N.R.	%
Feminino	156	39,90	5	1,28	11	2,81	136	34,78	0	0,00	3	0,77	1	0,26
Masculino	235	60,10	7	1,79	15	3,84	211	53,96	1	0,26	0	0,00	1	0,26
Total	391	100,00	12	3,07	26	6,65	347	88,74	1	0,26	3	0,77	2	0,52

Quanto à situação na profissão por um lado, sobressaem os trabalhadores por conta de outrém (88,74%) e os trabalhadores por conta própria e patrões (9,72%) e, por outro lado, estabelece-se que a diferença entre sexos face à situação na profissão não é significativa.

Assim, da totalidade de trabalhadores do sexo masculino (60,10%) existem 53,96% que se integram na categoria de trabalhador por conta de outrém; da totalidade dos trabalhadores do sexo feminino (39,90%), 34,78% também são trabalhadores da mesma categoria, o que revela a grande percentagem de assalariados existente nesta população. Por isso mesmo, quando observamos o quadro IV, é facilmente justificável o facto de 88,74% da população ser trabalhador por conta de outrém.

Quadro V – Tipo de contrato de trabalho segundo a idade

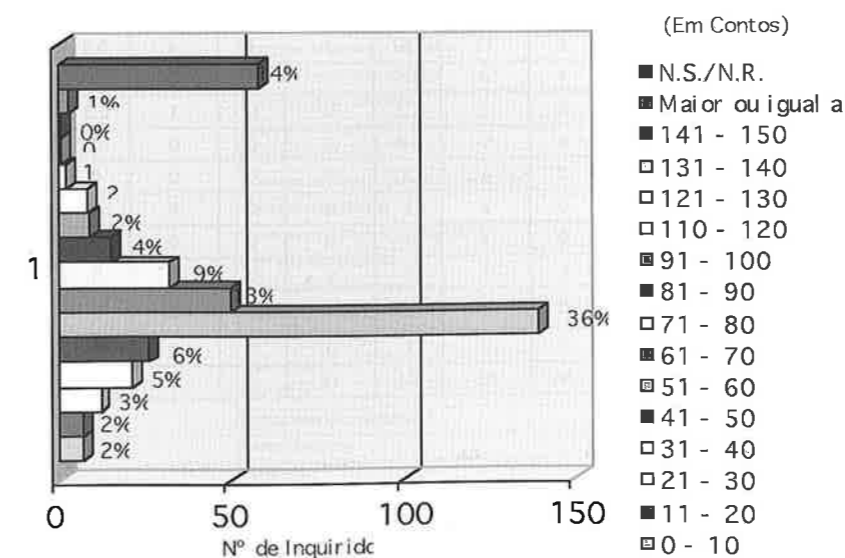
Idade	Inquiridos	%	Contrato permanente (trabalhador efectivo)	%	Contrato a termo certo, a prazo ou a tempo determinado	%	Contrato de prestação de serviços	%	Trabalho à tarefa	%	Trabalho sazonal	%	Biscates	%	Trabalho infantil	%	Outras	%	N.S./N.R.	%
11-15 anos	8	2	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	0	0	0
16-20 anos	66	17	19	5	32	8	1	0	5	1	1	0	4	1	0	0	4	1	0	0
21-25 anos	79	20	28	7	23	6	3	1	8	2	1	0	9	2	0	0	4	1	3	1
26-30 anos	71	18	32	8	16	4	4	1	4	1	8	2	6	2	0	0	1	0	0	0
31-35 anos	42	11	9	2	13	3	1	0	3	1	11	3	2	1	0	0	1	0	2	1
36-40 anos	38	10	21	5	2	1	0	0	1	0	8	2	1	0	0	0	0	0	5	1
41-45 anos	30	8	11	3	4	1	1	0	2	1	4	1	4	1	0	0	1	0	3	1
46-50 anos	29	7	10	3	3	1	1	0	1	0	12	3	0	0	0	0	0	0	2	1
51-55 anos	22	6	10	3	0	0	0	0	0	0	8	2	0	0	0	0	0	0	4	1
56-60 anos	6	2	1	0	1	0	0	0	2	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	391	100	143	37	95	24	11	3	26	7	55	14	28	7	2	1	12	3	19	5

Já no que respeita ao tipo de contrato de trabalho, a maioria dos inquiridos, (37%) dispõe de um contrato permanente de trabalho, ou seja, são trabalhadores efectivos. No entanto, devemos salientar o significativo número de trabalhadores a termo certo (24%). Devem-se juntar a estes 28% dos inquiridos que se distribuem por situação de trabalho sazonal (14%), de trabalho à tarefa (7%), biscates (7%), o que, nos remete para uma grande situação de precariedade no trabalho.

O contrato de trabalho de cariz permanente e/ou efectivo abrange essencialmente as camadas etárias 26-30 anos, 36-40 anos, 21-25 anos, 16-20 anos. Por sua vez, o trabalho sazonal localiza-se essencialmente nas camadas etárias 46-50 anos e 31-35 anos, o que eventualmente pode relacionar-se com o facto de 18% destes indivíduos se dedicarem à pesca, constituindo uma comunidade ofício. Salientando-se também que é nas camadas mais envelhecidas, com um nível baixo de escolaridade e até de não frequência, que se verificam dificuldades mais acentuadas de mobilidade profissional e de adaptabilidade às exigências crescentes do mercado de trabalho.

De qualquer forma, pode-se referir que em ambos os sexos¹⁸, a população dispõe de diversas modalidades contratuais e situações de trabalho. Destacam-se o contrato a termo certo e o trabalho sazonal como sendo os mais representativos.

Gráfico VI – Classes de rendimento proveniente de um vencimento fixo



No que respeita aos rendimentos desta população, refira-se que um número significativo (36%), vive de um rendimento proveniente de um vencimento fixo, o que andarรก entre os 51-60 contos mensais, valor muito pr3ximo do salรกrio m3nimo nacional. Note-se que mais de metade dos trabalhadores (54%) auferem um rendimento igual ou inferior a 60 contos mensais, o que 3 um indicador relevante da precariedade econ3mica desta popula33o*.

Relativamente 3 rela33o rendimento segundo as habilita33es literรกrias podemos constatar que na classe de rendimento mais representativa (51- 60 contos) encontram-se essencialmente inquiridos com habilita33es literรกrias ao n3vel do primeiro ciclo (completo e incompleto) e do segundo ciclo (completo e incompleto), perfazendo um total de 33% do universo dos trabalhadores¹⁹. O mesmo se verifica nas categorias 61-70 contos e 71-80 contos, embora com menos express3o.

Quadro VI – Distribui33o das fam3lias por classe de rendimento per capita

Rendimento em contos	Agregados Familiares %		1 a 3 pessoas %		4 a 6 pessoas %		7 a 9 pessoas %		10 a 12 pessoas %		13 a 15 pessoas %	
0 - 10	4	2	0	0	1	1	2	0.5	1	0.5	0	0
11 - 20	21	11	7	3	13	7	0	0	0	0	0	0
21 - 30	25	14	9	5	10	5	5	3	0	0	1	1
31 - 40	39	21	21	11	13	7	3	1.5	1	0.5	1	1
41 - 50	23	12	12	6	10	5	1	1	0	0	0	0
51 - 60	17	9	3	2	11	6	2	1	1	0.5	0	0
61 - 70	13	7	7	4	4	2	2	1	0	0	0	0
71 - 80	7	4	3	2	3	1.5	0	0	1	0.5	0	0
81 - 90	12	6	5	3	6	2.5	0	0	0	0	0	0
91 - 100	8	4	4	2	4	2	0	0	0	0	0	0
110 - 120	2	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0
121 - 130	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
131 - 140	3	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Maior ou igual a 141	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	11	6	9	5	2	1	0	0	0	0	0	0
Total	185	100	82	44	82	44	15	8	4	2	2	1

* Do universo dos trabalhadores, verificamos que uma percentagem significativa (14%) n3o respondeu 3 quest3o, por factores que eventualmente se relacionam com atitudes de reserva e/ou rendimentos flutuantes, situa33o an3loga ao registado nos rendimentos provenientes de fontes n3o especificadas (ap3ndice IX).

¹⁹ Ap3ndice X

As mesmas conclus3es s3o retiradas quando observamos os valores do rendimento por agregado familiar. No conjunto populacional analisado, estes s3o significativamente baixos. Observa-se, em suma, que 69% dos agregados familiares vivem com rendimentos iguais ou inferiores a 60 contos mensais.

Sa3de: Condi33es de vida

Apesar das habilita33es escolares dos inquiridos revelar um abandono precoce da escola, e da sua situa33o face ao trabalho indiciar uma precariedade laboral, j3 no que diz respeito 3 sa3de, a quase totalidade dos inquiridos (99%)²⁰ est3o inscritos no centro de sa3de.

No entanto, 43% desta popula33o afirmam ter problemas de sa3de, como se pode observar no quadro VII.

Quadro VII – Problemas de sa3de dos inquiridos

Problemas de sa3de	Respostas
Doen3as de pele	7
Doen3as al3rgicas	6
Doen3as dos ossos, m3sculos e articula33es	94
Doen3as do aparelho respirat3rio	91
Doen3as do aparelho digestivo	50
Doen3as cardio-circulat3rias	46
Doen3as genito-urinรกrias	17
Anomalias cong3nitas e do per3odo peri-natal	2
Doen3as end3crinas	14
Doen3as do sangue (leucemia, hemof3lia)	9
Doen3as neoplรกsicas	2
Doen3as psicol3gicas e psiquiátricas	26
Doen3as neurol3gicas	34
Defici3ncias f3sicas/motoras	32
H3bitos alco3licos	16
Toxicodepend3ncia	10
Tuberculose	2
HIV/ SIDA	0
Outras doen3as infecciosas	1
Outras doen3as	15
N.S./N.R.	0
Total	474
Total de inquiridos	322

²⁰ Ap3ndice XII

Assim, 94 em 322 referiram doenças dos ossos, músculos e articulações, não se verificando diferenças significativas entre sexos²¹. Os grupos etários²² onde prevalecem este tipo de doença são dos 41 aos 55 anos (44 em 322) e em pessoas com mais de 60 anos (14 em 322), o que parece ter a ver com a idade das pessoas, a proximidade do mar e com o estilo de vida relacionado com a pesca.

91 em 322 representam as doenças do aparelho respiratório. Não se registando diferenças significativas entre sexos e grupos etários, a incidência de doenças deste género poderá justificar-se mais uma vez pela proximidade do mar, pela precariedade e insalubridade de construções.

50 em 322 das doenças têm a ver com doenças do aparelho digestivo, verificando-se discrepâncias entre sexos: os homens (33 em 322) referem-nas mais do que as mulheres (17 em 322). A prevalência destas poderá estar relacionada com as carências e o tipo de dieta alimentar e, nos homens em particular, com os seus hábitos alcoólicos exagerados.

Relativamente à idade dos inquiridos, verifica-se que nos escalões etários mais baixos não existe grande prevalência destas doenças, pois no total dos grupos etários até aos 20 anos só foram dadas 4 em 322 respostas.

46 em 322 das respostas prendem-se com doenças cárdio - circulatórias. São as mulheres que referem mais este tipo de doenças (38 em 322), enquanto que os homens referem-nas muito menos (8 em 322). Verifica-se uma maior prevalência destas doenças a partir dos 41 anos, sendo mais referida em indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

34 em 322 indivíduos referem doenças neurológicas; 32 em 322 manifestam deficiências físicas e motoras; e 26 em 322 sofrem de doenças psicológicas e psiquiátricas.

Note-se que a maioria dos indivíduos que referem doenças neurológicas pertencem aos grupos etários dos 21 aos 25 anos (7 em 322) e com mais de 60 anos (8 em 322).

Salienta-se a ocorrência também no grupo etário dos 21 aos 25 anos de 8 em 322 que referem doenças psicológicas e psiquiátricas.

16 em 322 pessoas questionadas admite hábitos alcoólicos. As respostas são predominantemente dadas por homens (12 em 322). Em virtude do estigma social associado a este fenómeno, provavelmente, o número de pessoas efectivamente dependente do álcool será mais elevado do que o número de respostas.

Os grupos etários onde se insere a maioria das respostas são dos 31-35 anos (5 em 322) e dos 41-45 anos (5 em 322). Os mesmos argumentos aplicam-se a outro tipo de

²¹ Apêndice XIII

²² Apêndice XIV

toxicodependências, pois só 10 em 322 admitem ter problemas com drogas. A quase totalidade das respostas (9 em 10) foram dadas por homens, a maioria no grupo etário dos 21 a 25 anos (3 em 9) e o dos 26 a 30 anos (4 em 9). No conjunto, apenas 26 em 322 reconhece a sua situação de dependência.

Quadro VIII - Tipo de vacinas

Vacinas:	Respostas
Tétano	441
Rubéola	103
Hepatite B	59
Outras	297
N.S./N.R.	155
Total de Respostas	1055
Total de Inquiridos	648

No que concerne à vacinação, 87% referem ter as vacinas em dia; 6% dizem não estar vacinados; 7% não sabem ou não responderam²³.

As vacinas mais vezes referidas são a do tétano e a da rubéola. Contudo, é de salientar que há uma grande margem de respostas em que os inquiridos admitem ter as vacinas mas não as sabem identificar, o que acaba por reflectir a pouca informação médica desta população.

Quadro IX - Utilização de contraceptivos, por parte dos inquiridos com idade superior a 15 anos, segundo o sexo

Sexo	Inquiridos		Sim		Não		N.S./N.R.	
		%		%		%		%
Feminino	253	47	117	22	117	22	19	4
Masculino	287	53	20	4	183	34	84	16
Total	540	100	137	25	300	56	103	19

Observando o quadro IX relativo à utilização de contraceptivos, verifica-se que pouco mais de metade dos inquiridos com idade superior a 15 anos (56%) refere não utilizar contraceptivos, sendo os homens que manifestam com menor frequência a

²³ Apêndice XV

* Nota: Esta pergunta teve como alvo, a população com idade superior a 15 anos, por se considerar que os jovens com idade inferior a esta não têm ainda uma vida sexual activa.

sua utilização. Provavelmente, esta situação justifica-se pelos preconceitos ainda existentes em relação à utilização de contraceptivos e pela própria situação de inactividade sexual dos inquiridos. Já no caso das mulheres as respostas de não utilização (22%), prendem-se com situações de menopausa, laqueação ou inactividade sexual²⁴.

Nos restantes inquiridos que referem utilizar contraceptivos (25%) verifica-se maior prevalência no sexo feminino com cerca de 22% das respostas, face ao sexo masculino que continua a delegar nas mulheres a responsabilidade de evitar a gravidez.

Quadro X - Tipo de contraceptivos utilizados, por parte dos inquiridos com idade superior a 15 anos segundo a idade

Idade	Inquiridos	%	Coito interrompido	%	Pílula	%	Preservativos	%	Cone vaginal	%	Dispositivo intra-uterino	%	Métodos naturais	%	Outros	%	N.S./N.R.	%
16 - 20 anos	17	12	2	1	12	9	1	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
21 - 25 anos	31	23	1	1	26	19	2	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
26 - 30 anos	23	17	0	0	21	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
31 - 35 anos	20	15	2	1	16	12	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
36 - 40 anos	20	15	3	2	15	11	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
41 - 45 anos	13	9	1	1	10	7	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
46 - 50 anos	11	8	6	4	3	2	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
51 - 55 anos	2	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	137	100	15	11	104	76	7	5	0	0	2	1	0	0	6	4	3	2

Relativamente ao tipo de contraceptivos, a pílula é de longe o método mais utilizado (76%), distribuindo-se esta preferência pelos escalões mais jovens o que confirma a presença dos valores tradicionais de educação sexual nesta família.

Quadro XI - Desejo de ter filhos

Desejo de ter filhos	Inquiridos	%
Não pretende ter filhos	1	1
Gostaria de vir a ter 1 filho	15	8
Gostaria de vir a ter 2 filhos	27	14
Gostaria de vir a ter 3 filhos	5	3
Gostaria de vir a ter 3 a 5 filhos	0	0
Gostaria de vir a ter mais de 5 filhos	0	0
N.S./N.R.	150	76
Total	198	100

²⁴ Apêndice XVI

Quando questionados sobre o desejo de ter filhos, ³/₄ (76%) dos inquiridos com idade superior a 15 anos não soube responder à solicitação; as restantes respostas positivas oscilam entre a vontade de vir a ter dois filhos (14%) e um filho (8%), o que poderá demonstrar uma consciencialização das condições de vida precárias e das dificuldades inerentes ao sustento de famílias numerosas. Por outro lado, o facto da maioria destes inquiridos ser proveniente de agregados familiares compostos por cerca de 4 a 6 pessoas, poderá estar reflectido neste desejo de não reprodução dos seus modelos familiares: 2 a 3 filhos.

Quadro XII - Disponibilidade dos inquiridos para frequentarem acções de planeamento familiar, segundo a idade

Idade	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
16 - 20 anos	89	16	26	4	17	3	46	9
21 - 25 anos	97	19	18	3	28	4	51	9
26 - 30 anos	85	16	20	4	22	4	43	8
31 - 35 anos	48	9	14	3	15	3	19	4
36 - 40 anos	48	9	14	3	10	2	24	4
41 - 45 anos	45	8	9	2	17	3	19	4
46 - 50 anos	39	7	9	2	14	3	16	3
51 - 55 anos	37	7	0	0	19	4	18	3
56 - 60 anos	18	3	1	0	10	2	7	1
Mais de 60 anos	34	6	0	0	18	3	16	3
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	540	100	111	21	170	31	259	48

Quanto aos inquiridos, com idade superior a 15 anos, que mostraram disponibilidade em integrar acções de planeamento familiar (21%), a grande maioria são do sexo feminino (21%) e só 1% do sexo masculino evidenciaram receptividade. No entanto, esta situação é compreensível já que se trata de uma área em que, culturalmente, a mulher desempenha um papel mais activo. A maior concentração de respostas nas faixas etárias mais jovens, nomeadamente dos 16 aos 40 anos de idade com 18%, é facilmente justificável pelo facto de serem estas as idades onde há mais necessidade de informação a este nível.

Relativamente às respostas negativas, que correspondem a 31%, pensa-se que esta situação se justifica pelo facto de alguns dos inquiridos já frequentarem acções de planeamento familiar no centro de saúde da área da residência, ou então não atribuírem grande importância, devendo para isso ser sensibilizados.

Um outro aspecto interessante a salientar prende-se com um número relevante de inquiridos (15%), que a partir dos 41 anos de idade não mostra sensibilidade para esta área, quando é um período da vida em que, sobretudo as mulheres, passam por grandes alterações no foro fisiológico e que necessitam de algum acompanhamento (cancro da mama; menopausa...).

Curiosamente, verifica-se que 48% dos inquiridos não respondeu a esta questão, talvez pelas condições em que ocorreu a administração do instrumento de pesquisa – inquérito por questionário – registando-se muitas vezes a presença de vários elementos do agregado familiar, não havendo assim um ambiente de intimidade na resposta, gerando-se um certo constrangimento social.

Por outro lado, denotava-se uma certa falta de informação e/ou conhecimento face à temática do planeamento familiar/sexualidade, muitas vezes conotada de algum tabu social.

Educação e o ciclo da pobreza

Como já foi referido a população manifesta baixos níveis de escolaridade, condicionando assim os estilos de vida, dificultando a ascensão social.

A educação tem sido apontada como indicador de (des)promoção social, deste modo procuramos analisar as variáveis que caracterizam a postura desta população face à realidade. Para isso foram consideradas variáveis como: a relação com a escola; motivos que subjazem à relação problemática; o número de reprovações/retenções; perspectiva de prosseguir os estudos; idade com que abandonou o ensino; razões de abandono escolar; níveis de ensino.

Quadro XIII – Distribuição do universo segundo o tipo de relação²⁵ que mantêm com o sistema de ensino e sexo

Sexo	Inquiridos	%	Não problemática	%	Problemática	%	N.S./N.R.	%
Feminino	60	51	45	38	11	9	4	3
Masculino	57	49	33	28	22	19	2	2
Total	117	100	78	67	33	28	6	5

²⁵ Os dados apresentados neste ponto, resultam apenas das representações dos alunos e dos pais acerca da relação que têm com a escola. Em posteriores análises estes dados deverão ser confrontados com outras fontes, nomeadamente, com a opinião de professores.

Analisando a relação dos inquiridos com a escola verifica-se que, nesta comunidade frequentam o sistema de ensino 117 crianças, 60 das quais são do sexo feminino e 57 do sexo masculino. Do conjunto, apenas 28% refere ter uma relação problemática com a escola. A maior parte dos alunos (67%) afirma manter com a escola uma boa relação. Os restantes alunos (5%) não têm opinião formada sobre este assunto. São os inquiridos do sexo feminino que mais frequentemente referem não ter uma relação problemática e os do sexo masculino referem mais vezes uma relação menos boa com a escola.

Quadro XIV – Motivos pelos quais a relação com o sistema de ensino é problemática

Esta relação é problemática porque:	Inquiridos	%
Tem dificuldades de aprendizagem	18	55
Não gosta de estudar	4	12
Não gosta dos professores	3	9
Os professores "embirram" com ele	0	0
Não gosta dos colegas	0	0
alta muito	2	6
Tem más notas	0	0
Mau comportamento das aulas	4	12
Outros motivos	2	6
N.S./N.R.	0	0
Total	33	100

Relativamente aos motivos apontados para justificar a relação problemática, são referidas essencialmente as dificuldades de aprendizagem (55%); o desinteresse pelo estudo (12%); o mau comportamento manifestado nas aulas (12%) e o relacionamento negativo com os professores (9%).

Apesar de ser referido em menor número, o absentismo (16%) é outra causa que os alunos atribuem ao tipo de relação que estabelecem com a escola.

Quadro XV – Distribuição dos estudantes de acordo com o número de reprovações segundo o tipo de relação que mantêm com a escola

A relação que tem com a escola é:	Inquiridos	%	Uma vez	%	Duas vezes	%	Três vezes	%	Mais de três vezes	%	Nenhuma vez	%	N.S./N.R.	%
Não problemática	78	67	17	15	4	3	0	0	0	0	55	47	2	2
Problemática	33	28	11	9	9	8	1	1	1	1	11	9	0	0
N.S./N.R.	6	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	1	1
Total	117	100	28	24	13	11	1	1	1	1	71	61	3	3

De acordo com o quadro XV e atendendo às respostas dadas pelos jovens e pelos pais, a maioria dos inquiridos que frequenta o ensino nunca reprovou (61%). Deste grupo, uma boa parte dos inquiridos (47%) afirma que mantém uma boa relação com a escola, e só 9% dos alunos que nunca reprovaram manifestam uma relação problemática com a escola. Podemos dizer que as variáveis tipo de relação e reprovações relacionam-se positivamente, isto é, verifica-se a tendência de quem manifesta ter melhor relação com a escola, é quem tem melhores resultados escolares. Dos alunos que nunca reprovaram, são as raparigas que apresentam o número mais elevado (32%)²⁶ embora os meninos não se encontrem muito distantes deste valor (28%).

Apesar da maior parte dos alunos nunca ter reprovado, consideramos que a percentagem de alunos repetentes (37%) é reveladora e não deverá ser ignorada, uma vez que corresponde a mais de um quarto da população estudantil.

Os alunos que reprovaram uma vez são os que reúnem maior número (24%), seguindo os que reprovaram duas vezes (11%), verificando-se casos de alunos que reprovaram três ou mais vezes.

Curiosamente, dos alunos que reprovaram uma vez constituem maior número os que afirmam manter uma boa relação com a escola (15%) do que aqueles que manifestam estabelecer uma má relação com a escola (9%). Este dado vem contrariar a ideia comumente aceite de que existe uma correspondência entre as reprovações e o tipo de relação problemática que alguns alunos mantêm com a escola.

Quando a causa do insucesso escolar²⁷ não reside unicamente no tipo de relação que os alunos mantêm com a escola, outros indicadores devem ser procurados e questionados: - Os alunos com dificuldades recebem apoio educativo? ; - Qual o papel dos pais no acompanhamento escolar dos filhos?; - Estas crianças têm hábitos de estudo?; - O modelo pedagógico e cultural dos programas/conteúdos será o mais apropriado?. Embora não seja objectivo deste trabalho, pensamos que estas reflexões poderão incentivar futuras pesquisas com esta comunidade neste domínio. Julgamos que futuros diagnósticos acerca da escolaridade, deverão ter em conta todo o processo educativo, bem como o papel desempenhado pelos agentes de educação: pais, alunos e escola, que possibilitarão uma análise mais detalhada das causas de insucesso/abandono escolar e viabilizarão uma melhor articulação dos diferentes intervenientes, visando implicá-los na construção de projectos de vida.

Relativamente às diferenças sexuais²⁸, em termos de reprovações, podemos dizer que não são muito acentuadas nesta comunidade. Assim as raparigas apresentam 18%

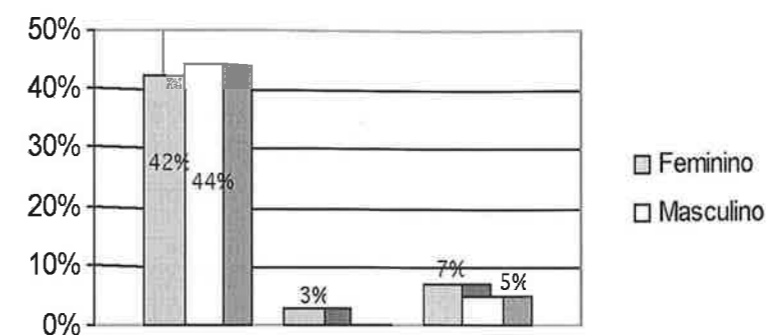
²⁶ Apêndice XVII

²⁷ Apêndice XVIII

²⁸ Apêndice XVII

de reprovações e os rapazes 20%²⁹. No entanto, se compararmos estas taxas com as nacionais (que por sinal já são altíssimas em relação às da Espanha e Itália, por exemplo) podemos dizer que as disparidades são negativamente maiores, de acordo com a UNESCO³⁰ a taxa de reprovações em Portugal (1995) para as raparigas é de 12% e para os rapazes de 16%.

Gráfico VII - Número de inquiridos que tencionam continuar a estudar segundo o sexo



O número de estudantes de ambos os sexos que pretendem continuar a estudar (86%) é francamente positivo atendendo ao número de reprovações existentes e abandono verificados nesta comunidade. Os restantes 15% dividem-se entre os que ainda não reflectiram sobre esse assunto (12%) e os que não pretendem continuar a estudar (3%).

De um modo geral, não se registam grandes diferenças nas respostas dos rapazes (43%) e das raparigas (42%), salientamos apenas que não houve nenhum rapaz que manifestasse vontade de desistir, enquanto que 3% das raparigas pretendem fazer uma ruptura com os estudos.

Os jovens que ambicionam continuar a estudar pretendem, essencialmente, tirar um curso superior (21%). Dentro dos cursos mais referidos destacamos os de: Professor do 1 e 2º Ciclo do Ensino Básico; Enfermagem; Belas Artes; Línguas; Contabilidade; Geografia; Engenharia; Medicina; Gestão de Empresas; Secretariado; Economia; Telecomunicações; Informática. Pensamos que esta tendência poderá assentar na ideia socialmente veiculada de que são estas as profissões que são mais "rentáveis", em que se "trabalha menos" e que têm maior prestígio social.

²⁹ Chamamos à atenção para o facto de no grupo dos 117 alunos haver alguns a frequentar a escola pela primeira vez, de acordo com o sistema de avaliação vigente, no primeiro ano de escolaridade não há retenções.

³⁰ In Jornal Expresso Edição do dia 28/6/97, página 15 (Henrique Monteiro)

Outro motivo que conduz estes jovens a continuar na escola é o interesse pelos estudos (15%), a necessidade de completar o 9º ano (13%), ou ainda para conseguir um emprego melhor por comparação com os jovens que não estudam ou com os pais (7%). Há ainda 6% dos inquiridos que aponta motivos não estabelecidos previamente aquando da elaboração do questionário, de entre os quais destacamos: para tirar a carta de condução; aprender mais; fazer o 7º ano; tirar um curso de formação profissional; ser costureira e para ser trolha.

Dentro dos planos de um número mais restrito de estudantes, estes pretendem atingir o 12º ano; fazer um curso de contabilidade e completar o 6º ano de escolaridade³¹.

Apesar das diferenças sexuais serem pouco significativas, é de salientar que são as alunas que pretendem menos exercer uma profissão de nível superior, mas são elas que mais ambicionam alcançar o 12º ano e que manifestam uma maior motivação para continuar a estudar³².

O facto de serem os rapazes os únicos a manifestarem vontade de concluir o 6º ano, parece apontar para a necessidade deste nível escolar para a obtenção da carta de condução e para conseguirem pelo menos os empregos dos seus pais - fábricas e construção civil.

Quadro XVI - Idade com que abandonou o ensino

Idade com que deixou de estudar desde que abandonou o ensino	Respostas	%
Menor ou igual a 9 anos	38	8
10 - 12 anos	233	47
13 - 15 anos	178	36
16 - 18 anos	32	7
19 - 21 anos	3	1
Maior ou igual a 22 anos	6	1
Total	490	100

Considerando a idade do abandono do sistema de ensino, verifica-se que a generalidade dos restantes inquiridos já não frequenta a escola, ou abandonou o ensino entre os 10 e os 12 anos (48%), entre os 13 e os 15 anos saíram 36%. Desta forma, verifica-se que o grosso dos inquiridos abandonou o ensino entre os 10 e os 15 anos

³¹ Apêndice XIX. Justifica-se a percentagem elevada do ítem NS/NR, na medida em que boa parte das respostas sobre a escolaridade terem sido dadas pelos pais dos alunos e não pelos próprios.

³² Apêndice XX

(83%), o que realça o facto desta população ser muito pouco escolarizada: 56% apenas tem o 3º ou 4º ano (antiga 3ª ou 4ª classe).

Por outro lado, dos 629 inquiridos não estudantes, há 6% que nunca frequentou a escola. Os escalões etários em que se concentram a maior parte destes sujeitos compreendem as idades dos 41 aos 60 anos ou mais, sendo os sujeitos com idades compreendidas entre os 56 aos 60 anos aqueles que apresentam a percentagem mais elevada de não frequência³³.

Do grupo de inquiridos que abandonou a escola ou que nunca frequentou, as mulheres apresentam quase sempre percentagens superiores aos homens. Isto é, são as mulheres que abandonam mais frequentemente a escola e são elas também que, em maior número, nunca tiveram oportunidade de a frequentar³⁴.

Quadro XVII - Razões que levaram ao abandono do sistema de ensino segundo a idade

Idade com que deixou de estudar desde que abandonou o ensino	Respostas	%	Não tinha possibilidades económicas para continuar a estudar	%	Para ir trabalhar	%	Não gostava de estudar	%	Dificuldades de aprendizagem	%	Outros	%	A escola não era obrigatória	%	N.S./N.R.	%
Menor ou igual a 9 anos	38	8	17	3	9	2	2	0	3	1	4	1	1	0	2	0
10 - 12 anos	233	47	81	17	84	17	37	8	13	3	12	2	2	0	4	1
13 - 15 anos	178	36	53	11	58	12	34	7	14	3	17	3	0	0	2	0
16 - 18 anos	32	7	2	0	8	2	13	3	4	1	4	1	0	0	1	0
19 - 21 anos	3	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maior ou igual a 22 anos	6	1	1	0	1	0	0	0	0	0	3	1	0	0	1	0
Total	490	100	155	31	161	33	87	18	34	8	40	8	3	0	10	2

Os inquiridos apresentam diversas razões para explicar a ruptura com a escola, sendo as duas razões mais assinaladas: a falta de recursos económicos para continuar a estudar (31%) e a necessidade de ir trabalhar (33%), motivos que obviamente estão relacionados.

Estes dados vêm reforçar o pressuposto, já anteriormente referido, de que o rendimento económico das famílias condiciona, em grande medida, o prosseguimento dos estudos por parte dos alunos. Como afirma Barreto, A. (1988) "é de salientar igualmente o facto de a percentagem de alunos provenientes de famílias de mais baixos recursos económicos [...] ir decrescendo à medida que a escolaridade avança, e que faz pressupor uma selecção em certa medida por razões económicas".

Todavia, os inquiridos explicam o abandono escolar mais pela falta de gosto de estudar (18%) do que pelas dificuldades de aprendizagem (8%), o que explica uma

³³ Apêndice XXI

³⁴ Apêndice XXII

vez mais o fraco capital educativo destes indivíduos. Com efeito, "o gosto pelo estudo" adquire-se através do contacto com bens culturais que estas famílias não proporcionam aos filhos³⁵.

Isto mesmo é comprovado nas razões apontadas pelos estudantes de todas as idades: a carência de recursos económicos e a necessidade de ir trabalhar.

Relativamente às outras duas razões com mais expressão ("não gostava de estudar" e "dificuldades de aprendizagem") verificamos que são essencialmente os sujeitos dos 10 aos 18 anos que mais as referem. Parece-nos que, neste caso, já não serão tanto as razões de ordem económica que justificam o abandono, mas as questões relativas à motivação e às dificuldades sócio-educativas. Consideramos que a falta de motivação e de estimulação dos jovens para o estudo, a ausência de acompanhamento escolar e o difícil acesso às fontes culturais (meios como jornais, informação, informática, livros,...) poderá estar na base do insucesso e do abandono precoce da escola.

Quadro XVIII - Vontade de prosseguir os estudos aquando do abandono

Se pudesse teria continuado a estudar	Inquiridos	%
Sim	176	37
Não	161	35
N.S./N.R.	129	28
Total	466	100

Dos inquiridos que abandonaram o sistema de ensino, há uma percentagem razoável que afirma que se lhes tivesse sido dada a oportunidade, não teriam abandonado a escola, o que revela uma consciencialização da necessidade de se possuir mais instrução para se ter acesso a melhores condições de vida.

³⁵ Há ainda um rol de motivos (8%) que não haviam sido previstos à altura da elaboração do inquérito e que foram referidos pelos inquiridos como alternativos aos propostos por aquele instrumento. Deste modo, os sujeitos atribuem o abandono escolar também a: problemas de saúde; à opção de não continuar a estudar; a deficiências (mentais e físicas); a problemas com os professores; ao ingresso no serviço militar; às fugas da escola; às expulsões devido ao mau comportamento; às faltas; à opção pela formação profissional; a aspectos de ordem familiar (ex: namoro); à percepção de que os estudos adquiridos seriam suficientes para a profissão pretendida; por falta de transporte; pela distância a que a escola se localiza.

Quadro XIX - Desejo de ter continuado a estudar, caso pudessem segundo a idade

Idade	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
0 - 5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - 10 anos	1	0	0	0	1	0	0	0
11 - 15 anos	21	5	3	0	12	3	6	1
16 - 20 anos	72	15	18	4	37	8	17	4
21 - 25 anos	88	19	25	5	33	7	30	6
26 - 30 anos	77	17	23	5	37	8	17	4
31 - 35 anos	45	10	18	4	9	2	18	4
36 - 40 anos	46	10	24	5	12	3	10	2
41 - 45 anos	33	7	17	4	4	1	12	3
46 - 50 anos	35	8	20	4	10	2	5	1
51 - 55 anos	27	6	18	4	3	0	6	1
56 - 60 anos	12	3	7	2	1	0	4	1
Mais de 60 anos	9	2	3	1	2	0	4	1
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	466	100	176	38	161	34	129	28

O grupo dos inquiridos que saíram do sistema de ensino sem expressar o desejo de naquela ocasião prosseguir os estudos compreende maioritariamente os escalões dos 11 aos 30 anos. Podemos concluir, que são os inquiridos mais jovens e portanto os que abandonaram o ensino há menos tempo que valorizam menos a oportunidade de seguir os estudos, relativamente aos mais velhos. Os mais velhos sentem mais os efeitos negativos da vida a que tiveram acesso.

Quadro XX - Nível de escolaridade que pretendem atingir os não estudantes que desejam continuar os estudos

Nível de escolaridade:	Inquiridos	%
Alfabetização	20	10
1º ciclo do ensino básico completo	23	12
2º ciclo do ensino básico completo	75	38
3º ciclo do ensino básico completo	31	16
11º ano	0	0
12º ano	9	5
Curso universitário	8	3
Outros níveis	10	5
N.S./N.R.	22	11
Total	198	100

Actualmente, dos inquiridos que não frequentam o sistema de ensino (629), existe um número razoável (198) que manifestou interesse em reingressar na escola. A gene-

ralidade (38%) pretende completar o 2º Ciclo do Ensino Básico; 16% o 3º Ciclo do Ensino Básico; 12% completar o 1º Ciclo do Ensino Básico, há ainda 10% que gostariam de aprender a ler e escrever.

Emprego e Formação Profissional: realidades

Anteriormente, verificamos nesta comunidade a existência de um elevado emprego precário, de factores de elasticidade da procura de emprego na população inactiva (domésticas, deficientes, adultas e jovens sem ocupação) e de emprego na economia paralela (tráfico de droga, roubo, venda de lenha, mendicidade...). Verificou-se, ainda, uma persistência do desemprego, embora este não seja muito significativo e, simultaneamente, pouca acessibilidade a cursos de formação profissional que facilitem a integração no mercado de trabalho ou a reconversão profissional.

Quadro XXI - Número de desempregados que estão inscritos no centro de emprego segundo o sexo

Sexo	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
Feminino	18	50	4	11	10	28	4	11
Masculino	18	50	6	17	11	30	1	3
Total	36	100	10	28	21	58	5	14

Com efeito, o desemprego afecta apenas 36 em 427 pessoas (8%)* da comunidade, o que pressupõe, à primeira vista, a existência de uma situação económica e social estável. No entanto, deparamo-nos com desemprego camuflado, na forma de emprego precário e actividades não remuneradas, o que vai de encontro à opinião de Fernandes A.(1991) ao referir que estes "(...) estão numa situação de desemprego ou precariedade face ao trabalho, em ocupações marginais e ocasionais, em actividades penosas e fracamente remuneradas", pelo que se conclui, por semelhança de situações, que a população-alvo se encontra nesta posição.

Da população desempregada, só 28% está inscrita no Centro de Emprego, na maioria homens. No entanto, a diferença entre o número de homens e mulheres inscritos no Centro de Emprego não é significativa (6%).

* Ver Quadro III. Não tivemos em conta as diligências concretizadas para procurar emprego pelos 36 desempregados

Os restantes (72%) não estão inscritos no Centro de Emprego e/ou não responderam à questão. As mulheres representam a maior percentagem de respostas ao item não sabe/não responde (11%).

A maior parte dos inscritos no Centro de Emprego situa-se nos escalões etários³⁶ dos 21 aos 25 anos (11%) e 46 aos 50 anos (6%); os elementos desempregados que não estão inscritos têm entre 16 e 30 anos (41%).

Quanto ao motivo do desemprego, as razões apontadas foram: rescisão de contrato por parte do trabalhador (28%); cessação do contrato de trabalho (19%); falência da empresa (8%) e despedimento (6%).

Nas categorias que apresentam maior número de registos, são os jovens com idades compreendidas entre os 21 e 25 anos, que têm maior expressão naquelas (14% e 11%, respectivamente)³⁷.

Salientamos que são as mulheres³⁸ que se despedem em maior número (17%). Todavia, ficam na situação de desempregadas mais facilmente quando se verifica o término do contrato (11%). Contudo, as diferenças sexuais em termos brutos não são significativas.

Os motivos apresentados por ambos os sexos para se despedirem resumem-se à incompatibilidade pessoal e de ordem familiar: casamento, nascimento de filhos (30% sexo feminino)³⁹. Estes indivíduos situam-se no escalão etário entre 21 e 25 anos⁴⁰, correspondendo a 50% dos desempregados.

Quadro XXII - Tempo de desemprego

Tempo de desemprego	Inquiridos	%
0 - 6 meses	13	36
7 meses - 1 ano	3	8
1 ano e um mês - 2 anos	5	14
2 anos e um mês - 3 anos	2	6
Maior ou igual a 3 anos	8	22
N.S./N.R.	5	14
Total	36	100

Quanto ao tempo de desemprego, este situa-se com maior prevalência até 6 meses (36%) ou por um período igual ou maior a 3 anos (22%), existindo portanto situa-

³⁶ Apêndice XXIII

³⁷ Apêndice XXV

³⁸ Apêndice XXIV

³⁹ Apêndice XXVI

⁴⁰ Apêndice XXVII

ções de desemprego de longa duração. Na base deste situação poderá estar a ausência de qualificações ou reduzidas habilitações literárias o que dificulta a reinserção no mercado de trabalho. Os indivíduos desempregados nos referidos períodos de tempo têm entre 21 e 25 anos⁴¹ e a grande parte é do sexo masculino⁴². Dos desempregados inscritos no Centro de Emprego⁴³, 17% recebem subsídio⁴⁴, na ordem dos 51 – 60 contos mensais⁴⁵.

A procura de um novo emprego é concretizada por 58% dos desempregados, dos quais 33% são do sexo⁴⁶ masculino com idades compreendidas entre 21 e 25 anos⁴⁷ (25%). Salientamos, que 13% não respondeu a esta questão (maioria mulheres).

Quadro XXIII – Motivo de desemprego segundo as profissões anteriormente exercidas

Indique a profissão que exercia anteriormente	Inquiridos		Acabou o contrato de trabalho		Falência da empresa		Foi despedido		Despediu-se		N.S./N.R.	
		%		%		%		%		%		%
Pessoal administrativo e similares	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Porteiros, pessoal de limpeza (dom. e outra)	4	11	1	3	0	0	1	3	1	3	1	3
Pescadores	1	3	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0
Categorias mal definidas no sector da pesca	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Trabalhadores da produção de madeiras e do fabrico de papel	4	11	4	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Trab. dos textéis, curtidores, trab. calçado	3	8	1	3	1	2	0	0	1	3	0	0
Marceneiros, carpinteiros, forjadores, serralheiros, mecânicos	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
Pintores, pedreiros e outros trab. da construção civil e naval	8	21	0	0	1	3	1	3	2	5	4	10
Condutores de máquinas, embaladores, carregadores	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Outros (Operário fabril não especificado anteriormente)	5	14	1	3	0	0	0	0	2	5	2	6
Serventes da construção civil	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
Outras	2	6	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3
N.S./N.R.	4	11	0	0	0	0	0	0	1	3	3	8
Total	36	100	7	19	3	8	2	6	10	28	14	39

Relacionando a profissão anteriormente exercida e o motivo de desemprego, os trabalhadores da produção da madeira e do fabrico do papel estão desempregados devido ao *terminus* do contrato de trabalho (10%). Dos pintores, pedreiros e outros trabalhadores da construção civil e naval, 5% despediram-se e 10% não respondeu.

⁴¹ Apêndice XXVIII

⁴² Apêndice XXIX

⁴³ Ver Apêndice XXIII

⁴⁴ Apêndice XXX

⁴⁵ Apêndice XXX

⁴⁶ Apêndice XXXII

⁴⁷ Apêndice XXXIII

Embora estes valores sejam baixos, é necessário ter em atenção que só 36 elementos da comunidade responderam que estão efectivamente desempregados, existindo, no entanto, emprego precário ou mal remunerado.

Quadro XXIV – Instituições que promovem os cursos de formação profissional frequentados pelos desempregados

Identificação do curso de formação profissional que frequentou ou está a frequentar	Inquiridos		Empresa		I.E.F.P.		Outra	
		%		%		%		%
Curso do Forpescas - carta de redeiro	1	14	0	0	1	14	0	0
Curso do Forpescas - congelação de peixe	1	14	0	0	1	14	0	0
Curso do Forpescas - carta de pescador	1	14	0	0	1	14	0	0
Curso do Forpescas - não especificado	1	14	0	0	1	14	0	0
Serralheiro Mecânico	1	14	0	0	1	14	0	0
Cabeleleiro	1	14	0	0	0	0	1	14
Outros	1	14	1	14	0	0	0	0
Total	7	100	1	14	5	70	1	14

Dos inquiridos desempregados, cerca de 81% refere nunca ter frequentado cursos de formação profissional, sendo pouco significativo o número de indivíduos que frequentam ou estão a frequentar os cursos em questão (19%)⁴⁸.

Dos inquiridos que frequentaram cursos administrados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, 56% concluíram cursos na área das pescas. A título de exemplo salientam-se: carta de redeiro, congelação de peixe, carta de pescador.

Relativamente à duração dos cursos verifica-se que é variável, ou seja, vai desde alguns meses até a um período superior a 3 anos. Mais de metade dos inquiridos desempregados frequentaram cursos de formação profissional em Esmoriz, e os restantes numa outra freguesia do concelho de Ovar, em Matosinhos e numa área não especificada.

Quadro XXV – Motivos de não frequência de cursos de formação profissional

Refira as razões porque ainda não frequentou nenhum curso	Respostas	%
Desconhece a existência destes cursos	3	20
Os cursos não se adaptam aos seus interesses	4	27
Os horários não são convenientes	2	13
O custo do curso é demasiado elevado	1	7
N.S./N.R.	5	33
Total	15	100

⁴⁸ Apêndice XXXIV

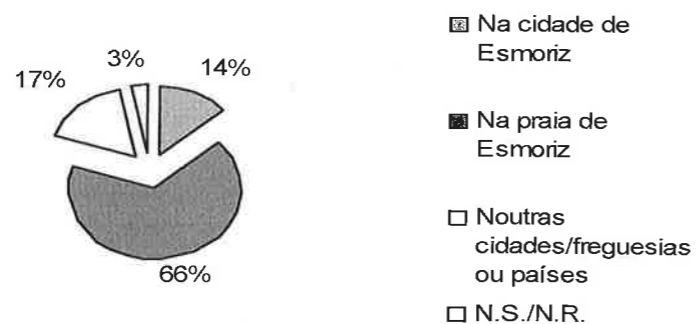
No que concerne às razões apontadas pelos inquiridos para não frequentarem os cursos de formação profissional, observou-se que cerca de 27% referem o facto dos cursos não se adaptarem aos seus interesses, seguindo-se motivos como desconhecimento da existência daqueles (20%) e os horários não serem compatíveis com a sua vida quotidiana (13%).

Habitação e realojamento social: Questões (i) materiais ⁴⁹

Às débeis situações de saúde, educação e emprego já diagnosticadas, acrescem as condições habitacionais, tendo em conta o estudo preliminar existente ⁵⁰, bem como a conceptualização do fenómeno da pobreza e de exclusão. Aquelas apresentam-se como o indicador mais visível de situação de pobreza, encontrando-se a zona geográfica de intervenção marcada pela precariedade das construções e pela proximidade do mar, constituindo este um factor de insegurança e degradação. Esta é, pois, uma área de realojamento prioritário. Daí a necessidade de se proceder a uma análise exaustiva das características físicas das construções e outros fenómenos normalmente associados: ocupação, higiene, infra-estruturas e equipamentos, entre outros.

Atendendo ao princípio – “as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, procura-se a implicação da população-alvo no seu processo de mudança. Assim, pretende-se aferir as expectativas existentes face à possibilidade de realojamento, representações do Bairro, redes de apoio (laços de vizinhança, equipamentos/serviços).

Gráfico VIII – Local de residência anterior

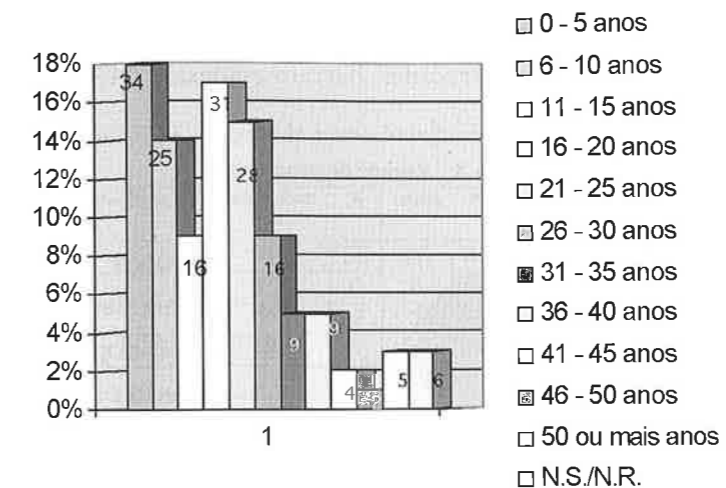


⁴⁹ Este capítulo assenta nos inquéritos administrados apenas aos representantes dos agregados familiares.

⁵⁰ Gabinete Pé Direito Arquitectos Lda./Plano de Estrutura da Praia de Esmoriz

No que concerne ao local de residência anterior, a maioria (66%) dos agregados familiares são oriundos da Praia de Esmoriz; 17% residiam em outras cidades ou freguesias (Paramos; Matosinhos; Cortegaça); 14% representam os que anteriormente moravam na cidade de Esmoriz e 3% em parte desconhecida.

Gráfico IX – Número de anos de ocupação da habitação



Analisando o número de anos de ocupação da habitação, a grande maioria dos agregados familiares (81%) permanece nesta comunidade há pelo menos 31 anos; 16% há 31 ou mais anos e os restantes 3% não sabem precisar uma data.

O grupo de agregados que regista o maior contingente é aquele que reside há pelo menos 5 anos (18%); seguindo-se os moradores de 16 a 20 anos (17%); em terceiro lugar vêm os residentes de há 21 - 25 anos (15%), surgindo, finalmente, os que ocupam este local há 6 - 10 anos (14%).

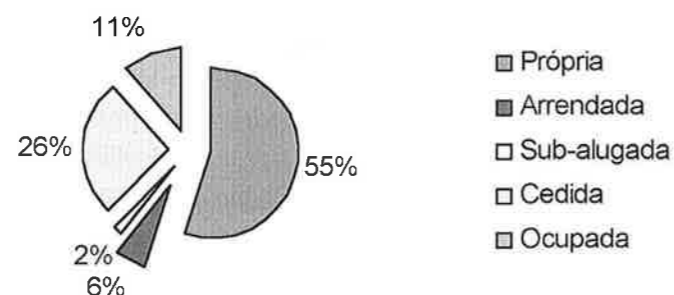
Quadro XXVI - Tipo de habitação

A sua habitação é:	Habitacões	%
Pré-fabricado	4	2
Casa unifamiliar	76	42
Parte de casa	17	9
Casa de familiares	6	3
Barraca	22	12
Construção abarracada	24	13
Anexos	36	19
Total	185	100

A equipa definiu oito tipos de habitação que caracterizam a arquitectura deste tipo de bairros: anexos; construção abarracada; barraca; casa de familiares; quarto; parte de casa; casa unifamiliar; pré-fabricado*.

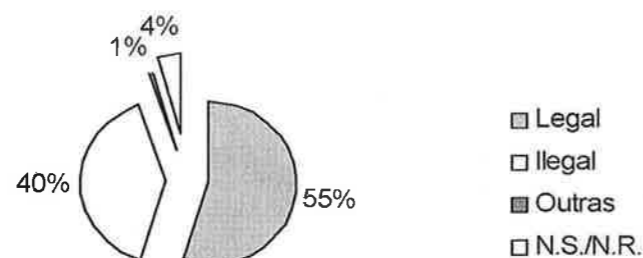
Apesar de nos aparecer um valor elevado (42%) de casas unifamiliares, há no entanto, uma boa percentagem (56%) de construções/habitações precárias (parte de casa; casa de familiares; barraca; construção abarracada e anexos). Salientamos que 9% dos agregados familiares moram em parte de casa e 3% em casas de familiares. Além disso, quase metade dos agregados familiares vivem sem condições de habitabilidade, ocupando construções abarracadas, barraca e anexos (44%).

Gráfico X - Regime de propriedade



Relativamente ao regime de propriedade, verifica-se que 55% dos agregados familiares possuem casa própria; 26% refere residir em habitações cedidas; 11% encontra-se a viver em habitações ocupadas; 6% em arrendadas e, por último, 2% a viver em regime de sub-aluguer.

Gráfico XI - Regime de ocupação da habitação



* Ver Quadro III. Não tivemos em conta as diligências concretizadas para procurar emprego pelos 36 desempregados

No que diz respeito ao regime de ocupação da habitação, um pouco mais do que metade dos representantes dos agregados familiares (55%) afirma que as habitações estão legalizadas, enquanto que 40% diz que vive em casas ilegais e os restantes não sabem ou então referem outro regime de ocupação.

Julgamos que o facto das respostas relativas ao regime de ocupação legal registarem valores bastante elevados, tem na sua essência um sentimento de defesa ou medo por parte dos residentes, no que se refere à condição de moradores. Os inquiridos respondem, tendencialmente, que a habitação é legal para salvaguardar a posse da mesma.

Quadro XXVII - Regime de ocupação segundo o regime de propriedade

Quanto ao regime de propriedade, a sua habitação é.	Habitacões		Legal		Ilegal		Outras		N.S./N.R.	
	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%
Própria	101	55	65	35	33	18	0	0	3	1
Arrendada	11	6	6	3	2	1	1	0,5	2	1
Sub-alugada	3	2	2	1	1	1	0	0	0	0
Cedida	49	26	26	14	20	11	1	0,5	2	1
Ocupada	21	11	2	1	18	10	0	0	1	1
Total	185	100	101	55	74	41	2	1	8	4

Observando o quadro XXVII que relaciona as variáveis "regime de ocupação" e "regime de propriedade", constata-se que das habitações que os inquiridos referem estar legalizadas, as que reúnem maior percentagem são as próprias (35%) e as cedidas (14%). No que se refere às ilegais, são igualmente as próprias que se encontram no topo com 18%; seguidas pelas habitações cedidas (11%); encontram-se depois as ocupadas (10%); as arrendadas (1%) e as sub-alugadas (1%). Há 4% dos 185 inquiridos que não sabe ou não quis divulgar o regime de ocupação.

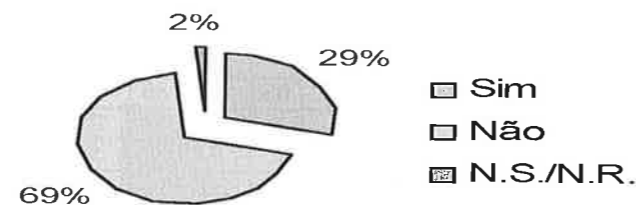
Quadro XXVIII - Regime de ocupação da habitação segundo o tipo de habitação

A sua habitação é:	Habitacões		Legal		Ilegal		Outras		N.S./N.R.	
	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%	Habitacões	%
Pré-fabricado	4	2	1	1	3	2	0	0	0	0
Casa unifamiliar	76	42	52	28	21	11	1	0,5	2	1
Parte de casa	17	9	10	5	5	3	0	0	2	1
Quarto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa de familiares	6	3	4	2	2	1	0	0	0	0
Barraca	22	12	5	3	15	8	0	0	2	1
Construção abarracada	24	13	7	4	16	9	1	0,5	0	0
Anexos	36	19	22	12	12	6	0	0	2	1
Total	185	100	101	55	74	40	2	1	8	4

Comparando as variáveis regime de ocupação e tipo de habitação, pode-se dizer que dentro do grupo das habitações legais (55%), são as casas unifamiliares aquelas que detêm maior percentagem (28%) seguidas dos anexos (12%) e das partes de casa (5%). Todas as outras apresentam percentagens muito baixas.

Curiosamente, são as casas unifamiliares que ocupam também o primeiro lugar no regime de construções não licenciadas (11%), seguindo-se as construções abarracadas (9%) e as barracas (8%). O número de anexos (6%), casa de familiares (1%), pré-fabricados (2%) e de parte de casa (3%) ilegais, é muito diminuto.

Gráfico XII - Habitações afectadas por intempéries ou invadidas pelo mar



Dos 185 agregados familiares, 29% afirma que o mar lhe invadiu as habitações ou que o mau tempo lhes provocou danos. De qualquer modo, a generalidade (69%) afirma que nunca as suas habitações foram afectadas por qualquer um dos referidos fenómenos naturais.

Lembramos que o conjunto de barracas e construções abarracadas perfazem 25% do total de habitações. Este valor poderá ter a ver com a fragilidade das construções e com o número de habitações que já foram afectadas pelo menos por um daqueles fenómenos.

Gráfico XIII - Área anexa à habitação

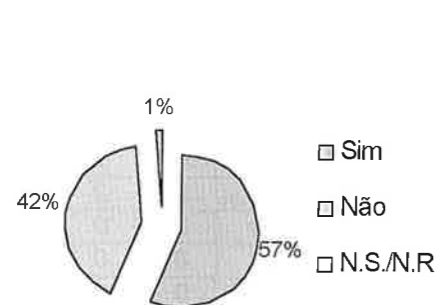
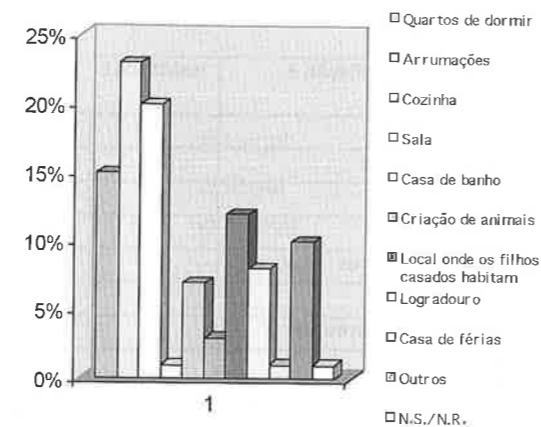


Gráfico XIV - Utilização da Área Anexa à Habitação



Mais de metade desta comunidade (57%) possui área anexa à habitação. Estes anexos destinam-se a arrumações (23%); cozinha (20%); quartos de dormir (15%); albergar os filhos casados (12%); logradouro (7%); casa de banho (7%) e outras utilizações não especificadas pelos inquiridos (10%).

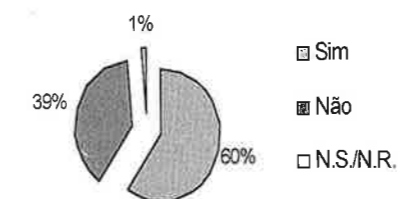
Quadro XXIX - Número de quartos existentes por habitação

A sua habitação tem (nº de quartos):	Respostas	%
1 quarto sem janelas	15	8
2 quartos sem janelas	8	4
3 quartos sem janelas	5	3
4 quartos sem janelas	3	2
5 quartos sem janelas	1	0
1 quarto	36	18
2 quartos	79	40
3 quartos	34	17
4 quartos	7	4
5 quartos	2	0
Não tem quartos	8	4
Total	198	100

No que se refere ao número de quartos existentes na habitação, das 198 respostas a este ítem, houve 4% no sentido da não existência de quartos. Predominam os quartos com janela (79%), sendo cada quarto ocupado, em média, por 4 pessoas⁵¹ e reunindo raramente o espaço apropriado e as melhores condições físicas e de salubridade.

A generalidade das respostas apontam para a existência de 2 quartos (40%), 1 quarto (18%) ou 3 (17%). Existem também algumas habitações com apenas 1 quarto sem janelas (8%), sendo pouco frequentes as habitações com 4 ou 5 quartos.

Gráfico XV - Existência de Cozinha

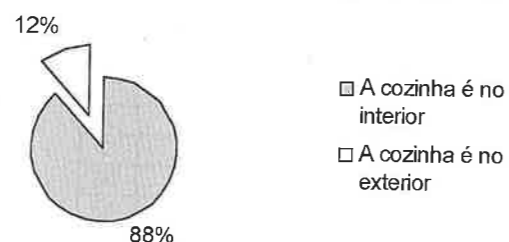


⁵¹ O cálculo foi feito a partir do total de habitantes pelo nº de quartos existentes $x = \frac{\text{nº total de habitantes}}{\text{quartos}}$

Atendendo a que não foram considerados os casais que ocupam quartos isolados, esta média elevar-se-ia mais ainda se levássemos este facto em linha de conta.

De acordo com o RGEN (1991) para haver um nível aceitável de condições higiénicas numa cozinha é necessário existir uma saída de fumos, caso contrário não se considera que esse tipo de compartimento seja uma cozinha. Partindo deste pressuposto, verificamos que 60% das habitações têm este compartimento, mas cerca de 40% ou não têm, ou esta não reúne as condições necessárias para o ser.

Gráfico XVI - Localização da Cozinha



Das habitações que possuem cozinha, a grande maioria (88%) localizam-se no interior e só 12% localizam-se no exterior. Isto significa que alguns inquiridos, para confeccionar os alimentos, se deslocam a instalações exteriores à habitação.

Quadro XXX - Equipamentos domésticos existentes

Relativamente aos equipamentos domésticos existentes, refira se possui:	Respostas	%
Fogão	169	16
Micro-ondas	7	1
Frigorífico	151	15
Arca congeladora	50	5
Aparelhos de aquecimento eléctrico	24	2
Aparelhos de aquecimento a gás ou outros	17	2
Rádio, gravador e gira-discos	125	12
Aparelhagem de alta fidelidade	30	3
Leitor de CD	22	2
Televisão	167	16
Antena parabólica	1	0
Aspirador	50	5
Máquina de lavar roupa	113	11
Máquina de secar roupa	3	0
Máquina de lavar louça	2	0
Máquina de costura eléctrica	12	1
Máquina de costura não eléctrica	10	1
Computador	1	0
Material fotográfico e similar	30	3
Material de vídeo	54	5
Total	1038	100

Analisando o quadro acima relativo aos equipamentos domésticos e considerando o número total de agregados familiares, podemos concluir que nem todas as famílias possuem fogão. Há 16 famílias que não beneficiam da utilização deste instrumento imprescindível na confecção das refeições diárias. Outro bem essencial que não é comum a todas as famílias é o frigorífico, uma vez que existem 34 famílias que não contam com electrodomésticos desta natureza. Por outro lado, há apenas um número reduzido de famílias (50) que integram nas suas habitações arcas congeladoras.

O segundo electrodoméstico mais vezes apontado é o aparelho de televisão. Apenas 18 famílias não possuem televisão própria, de qualquer modo, como ilustra o quadro XXVI há famílias que vivem em casa dos pais ou de familiares e como tal muito provavelmente acabam por usufruir deste bem.

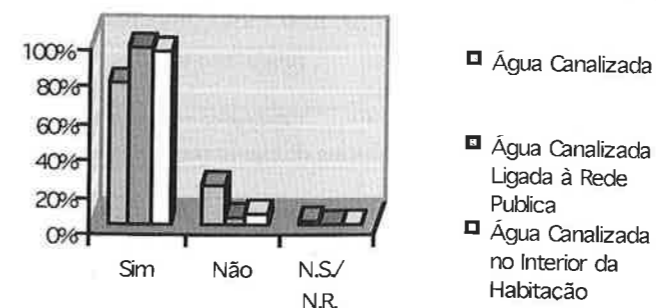
Bastante positivo é o número de máquinas de lavar roupa (113) existentes na comunidade. Assim, cerca 61% * dos agregados familiares contam com a ajuda deste instrumento nas actividades domésticas. Não podemos esquecer, contudo, que há ainda 72 famílias sem este equipamento.

Ponto fraco parece ser o que se refere ao aquecimento (eléctrico ou a gás), pois só 41 famílias manifestam a sua posse.

O facto de poucas pessoas referirem a existência de aspirador parece justificar-se devido a algumas casas repousarem em terra batida ou areia ou, por outro lado, terem soalho de madeira.

A música é uma das vertentes mais representativas, estando presente em 125 habitações sob a forma de rádios; gravadores; gira-discos, adicionando-se a estas 30 habitações que apresentam aparelhos de alta fidelidade e 22 que possuem leitores de CD. No entanto, as novas tecnologias da informação (exemplo: computador) não têm qualquer expressão nesta comunidade.

Gráfico XVII - Habitações segundo o sistema de abastecimento de água



* Ver Quadro III. Não tivemos em conta as diligências concretizadas para procurar emprego pelos 36 desempregados

O abastecimento de água é um dos indicadores mais significativos de bem-estar e conforto, além de ser o principal garante das condições higiénicas.

Nesta comunidade existem ainda 22% das habitações sem água canalizada. Das 185 famílias, 78% têm água canalizada o que, apesar de constituir mais de $\frac{3}{4}$ da população, fica aquém de cobrir toda a população, como idealmente seria desejado.

Dos agregados familiares que referem ter água canalizada, há 4% que não têm ligação à rede pública e 60% não têm água no interior das habitações.

Gráfico XVIII—Número de habitações com energia eléctrica



Beneficiam de energia eléctrica cerca de 90% das famílias, contudo há ainda 9% que não goza dela.

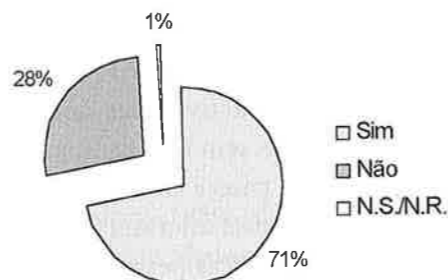
Os 9% que não usufruem de energia eléctrica estão, à partida, privados da utilização dos equipamentos domésticos que garantem um nível de vida equilibrado.

Ainda relativamente a este aspecto podemos dizer que das 90% das famílias que manifestaram ter energia eléctrica, 71% tem contador eléctrico na habitação, enquanto mais de $\frac{1}{4}$ (28%) da população, não tem contador, por isso recebe energia "puxada" de outro contador.

Quadro XXXI - Habitação com sistema de esgoto segundo o tipo de ligação

Habitações com sistema de esgoto, segundo o tipo de ligação:	Nº Habitações	%
Sistema de esgoto ligado à fossa séptica	78	42
Sistema de esgoto ligado à rede pública	55	30
Sem sistema de esgoto	52	28
Total	185	100

Gráfico XIX—Número de habitações com contador eléctrico



Analisando o tipo de ligação ao sistema de esgoto existente, é de notar que há 42% de habitações com sistema de esgoto ligado à fossa séptica e 30% com sistema de esgoto ligado à rede pública, perfazendo um total de 72%.

Existe mais do que $\frac{1}{4}$ (28%) das construções que não apresenta qualquer tipo de sistema de esgoto. Este é um dado preocupante em termos de manutenção das condições mínimas de higiene da área.

Quadro XXXII - Habitações com instalações sanitárias

Instalações sanitárias	Nº de Habitações	%
Habitação sem retrete	31	17
Habitação com retrete particular no interior	91	49
Habitação com retrete particular no exterior	23	12
Habitação com retrete de uso colectivo	38	21
NS/NR	2	1
Total	185	100

A análise dos dados relativos às instalações sanitárias vem reforçar os problemas ao nível de higiene que esta população enfrenta. Deste modo, existem 17% das habitações sem qualquer tipo de equipamentos sanitários (particulares ou colectivos).

Considerando que para haver conforto as habitações têm que reunir no interior as instalações sanitárias, podemos dizer que não chega a metade (49%) aquelas que as possuem. As restantes que beneficiam de sanitários (33%) ou só têm retrete no exterior (12%) ou então usufruem apenas de retrete colectiva (21%).

Quadro XXXIII - Habitações segundo o tipo de instalações fixas de banho ou duche

Número de habitações segundo o tipo de instalações fixas de banho ou duche		Nº de Habitações	%
Não tem instalações fixas de banho ou duche		72	39
Tem instalações fixas de banho ou duche particulares	No interior da habitação	79	43
	No exterior da habitação	10	5
Tem instalações fixas de banho ou duche colectivas	No interior da habitação	10	5
	No exterior da habitação	14	8
Total		185	100

Comparando as habitações segundo o tipo de instalações de banho ou duche, constata-se que 39% não contam com instalações fixas de banho ou duche. Das que têm instalações de banho ou duche podemos distinguir dois tipos: as particulares ou colectivas. Cada um apresenta duas sub-divisões: interior e exterior.

Há 48% das famílias que têm instalações de banho e duche particular, das quais 43% encontram-se situadas no interior das habitações, enquanto as restantes 5% se localizam no exterior. Relativamente às instalações de banho ou duche colectivas, das 13% há 5% que ficam no interior e 8% no exterior. Salienta-se ainda que 13% das famílias que usufruem de instalações de banho (colectivas ou particulares) só o fazem no exterior da habitação.

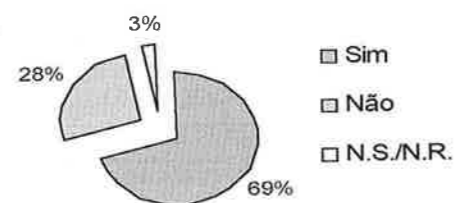
Uma análise mais profunda desta realidade sugere-nos que o número de pessoas que não têm instalações de banho é muito elevado e preocupante. Do mesmo modo, apesar de não ser muito elevado o número de famílias que partilham com outras as mesmas instalações, parece-nos significativo que existam 13% das famílias nestas condições.

Quadro XXXIV - Estado de conservação da habitação

Na opinião do inquiridor esta habitação encontra-se em:	Habitações	%
Bom estado	51	28
Razoável	54	29
Degradado no interior	24	13
Degradado no exterior	3	1
Degradado no interior e exterior	37	20
Em ruína	16	9
Total	185	100

Para caracterizar o estado de conservação da habitação definiram-se seis categorias: bom estado, razoável, degradado no interior, degradado no exterior, degradado no interior e no exterior e em ruína. De acordo com os técnicos, 29% das habitações apresentam um estado de conservação razoável (que em muitos casos se aproxima do degradado) e 28% estão em bom estado. Contudo analisando o conjunto de habitações que se encontram degradadas deparamo-nos com 34%, adicionando a este conjunto as habitações que se encontram em ruína (9%), perfazendo 43% das habitações com condições muito deficitárias de habitabilidade.

Gráfico XX - Desejo de realizar obras na habitação



Questionados sobre a vontade de fazer obras na habitação, apresenta-se como revelador o número de representantes dos agregados familiares (69%) que gostaria de fazer obras na habitação, contra apenas 28% que não o pretendem.

Considerando que as habitações que não estão em bom estado (razoável, degradado, ruína) correspondem a 73% do total, parece haver uma relação estreita entre aquela percentagem e os 69% de representantes dos agregados que pretende fazer obras.

Quadro XXXV - Tipo de obras que desejam realizar nas suas habitações

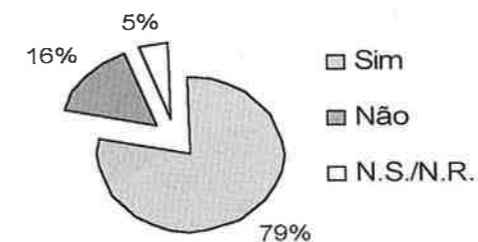
Tipo de Obras	Respostas	%
Construir uma casa de tijolos	104	51
Água canalizada	0	0
Electricidade	0	0
Janelas/portas	5	2
Casa de banho completa	14	7
Quartos de dormir	10	5
Aumentava a casa	17	8
Telhado	14	7
Arranjo interior da habitação	14	7
Arranjo exterior da habitação	16	8
Cozinha	6	3
Sala	2	1
Dispensa	0	0
Total	202	100

Observando o quadro XXXV, percebe-se que fazem parte das ambições da maioria dos inquiridos (51%) a construção de uma "casa de tijolos". Este desejo é perfeitamente justificável uma vez que se trata de uma comunidade que se vê confrontada com condições habitacionais muito precárias e fracas condições climáticas durante o Inverno.

Num plano secundário, encontramos outras urgências entre as quais destacamos a necessidade de aumentar a casa; o arranjo exterior e interior da habitação; as obras no telhado e a construção de casa- de- banho completa.

Realojamento Social

Gráfico XXI - Desejo ou vontade de permanecer no bairro



O número de representantes do agregado familiar residentes no bairro que manifesta a sua preferência por morar neste, é significativamente superior (79%) aos que preferiam morar noutra local (16%).

Os representantes que gostam e/ou preferem viver no “bairro”, apontam como aspectos positivos⁵²: a proximidade do mar e a convivência com os seus vizinhos, bem como o facto de se tratar do local onde nasceram e criaram “raízes” sócio-afectivas. Como aspectos negativos⁵³ são apontados os vizinhos, o tráfico e o consumo de estupefacientes. Parte da população refere que não existe nada negativo.

Paradoxalmente, os vizinhos são apontados como aspectos positivos (20%) e negativos (33%). Isto parece dever-se ao facto de não serem os mesmos inquiridos que indicam os vizinhos como aspectos positivos e negativos da comunidade, havendo, ainda assim, conceitos distintos do que é uma “boa vizinhança”.

Quadro XXXVI – Relação dos agregados familiares com os vizinhos

Dá-se bem com os seus vizinhos?	Inquiridos	%
Sim	163	88
Não	15	8
N.S./N.R.	7	4
Total	185	100

Mesmo assim, poder-se-à afirmar que existe um relacionamento harmonioso entre os residentes do bairro por serem solidários, educados e amigos⁵⁴. “Os vizinhos metem-se na vida dos outros” é um dos motivos apresentados para justificar uma má relação entre eles, assim como, o facto de alguns se encontrarem habitualmente embriagados.

Normalmente, os inquiridos do bairro recorrem aos seus vizinhos em caso de necessidade⁵⁵ (57%), o que vem de encontro à opinião proferida por Manuela Silva (1989), ao referir que entre os vizinhos, estabelece-se, na maior parte dos casos, um autêntico sistema de cooperação e entre ajuda, porque nem sempre as instituições públicas de assistência social dispõem do necessário apoio. Contudo, alguns inquiridos não recorrem aos vizinhos, por existir mau relacionamento.

⁵² Apêndice XXXV

⁵³ Apêndice XXXVI

⁵⁴ Apêndice XXXVII

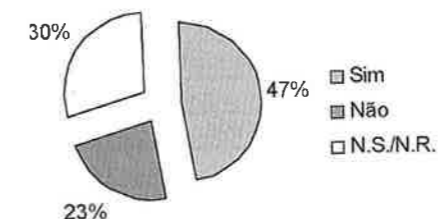
⁵⁵ Apêndice XXXVIII

Quadro XXXVII – Condições de recurso aos vizinhos

Em que situações é que recorre aos seus vizinhos?	Respostas	%
Quando precisa de comida/mercearia	44	34
Para puxar a água	6	4
Quando está doente	7	5
Quando precisa de medicamentos	4	3
Quando precisa de dinheiro	34	25
Para tomar conta dos filhos	2	1
Outros	28	21
Luz	4	3
Outros	6	4
Total	135	100

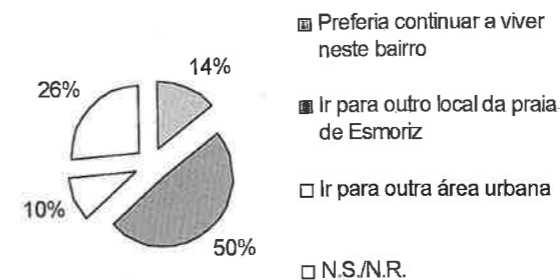
Analisando as condições em que os inquiridos recorrem aos seus vizinhos, verifica-se que estas são muito diferenciadas. Assim, é habitual recorrer aos vizinhos quando necessitam de dinheiro, ou quando estão doentes.

Gráfico XXII – Desejo manifestado em manter os vizinhos, em caso de realojamento



Apesar de manifestarem empatia com os vizinhos (88%), apenas 47% das representantes do agregado familiar gostariam de manter os seus vizinhos, contra 23% que não o desejam, 30% não respondeu à questão, talvez por ser esta uma questão sensível para eles. Pressupõe-se que os inquiridos se recusaram a responder devido a dependerem dos vizinhos em caso de necessidade e para evitarem possíveis conflitos com os mesmos.

Gráfico XXIII – Locais de preferência em caso de realojamento



Confrontados com a eventualidade de serem realojados, os inquiridos manifestam o desejo de alterar as suas condições de habitabilidade. Deste modo, 74% da população mudava⁵⁶ de habitação se pudesse. No entanto, quase todos reconhecem os seus direitos à habitação, mas não assumem quase nenhuns deveres, como por exemplo o pagamento de renda e a ocupação ilegal de habitações (Capucha, 1994).

Se a possibilidade de acesso a uma nova habitação lhes fosse colocada, preferiam residir noutro local da praia de Esmoriz, ou mesmo no bairro. Só uma minoria pretende ir para outra área urbana. Este resultado vem ao encontro das conclusões retiradas por Maia (1994) quanto à localização dos bairros sociais, os quais preferencialmente se deveriam localizar no mesmo local ou na periferia destes de forma a evitar o desenraizamento sócio-cultural. Os motivos que contribuem para o desejo de continuar a residir no bairro ou residir noutro local da praia são semelhantes⁵⁷, nomeadamente devido à presença do mar (próximo e ao mesmo tempo mais afastado), por razões familiares e profissionais, para ter mais sossego e privacidade.

Quadro XXXVIII – Razões que levam os inquiridos a mudar de casa

Razões	Respostas	%
Passava a ter uma vida melhor	18	11
Passava a ser mais feliz	15	9
Tinha melhores condições de vida	31	19
Passava a ter uma casa melhor	18	11
Os irmãos mudavam o seu comportamento	1	1
Sossego	5	3
Estaria mais afastado do mar	4	2
Não mudava nada	10	6
Privacidade	13	8
Saúde	2	1
Outros	14	8
N.S./N.R.	36	21
Total	167	100

Considerando as razões que levam os inquiridos a mudar de casa, uma parte significativa dos inquiridos (21%) não sabem explicar porque pretendem mudar de casa, o que poderá ter a ver com o facto desta situação ser para eles bastante improvável, tendo por isso dificuldade em lidar com expectativas dificilmente realizáveis.

⁵⁶ Apêndice XXXIX

⁵⁷ Apêndice XL

Quadro XXXIX – O que gostaria que existisse na sua casa nova

O que gostaria que existisse na nova casa, para poder viver melhor?	Respostas	%
Televisão	2	1
Electrodomésticos	17	7
Tudo o que precisasse	42	18
Água canalizada	9	4
Mobiliário	17	7
Sossego	2	1
Casa de banho completa	29	12
Quartos de dormir suficientes	34	14
Sala de estar/jantar	15	6
Electricidade	12	5
Quintal	8	3
Cozinha	14	6
Outros	24	10
Piscina	1	0
N.S./N.R.	12	5
Total	238	100

Face à existência de uma nova habitação, 18% dos representantes dos agregados familiares não consegue especificar o que gostaria que existisse naquela. Assim, referem que na sua habitação devia existir “tudo o que precisasse”. Segundo Pinto, T. (1994), estamos perante um efeito de absorção, o qual limita as aspirações quanto à forma da habitação. Isto significa que a população, muitas vezes, não tem qualquer representação relativamente aos modelos habitacionais em que vai ser realojada. Todavia, muitos consideram que na casa nova devia existir quartos de dormir em número suficiente e uma casa de banho completa. A valorização destes espaços, provavelmente, evidencia a sua vivência actual de subocupação e o facto de estas serem as suas necessidades mais presentes.

Quadro XL – Espaços/Serviços considerados importantes existirem próximo do local de residência

Na sua opinião, o que pensa que seria importante existir num local de residência?	Respostas	%
Farmácia	75	26
Posto médico	62	22
Nadador-salvador	1	0
Sossego	1	0
Parque infantil	24	8
Jardins/espacos verdes	27	9
Comércio	32	11
Outros	38	13
Escola primária	7	2
Infantário	5	2
Quintal	13	4
Pré-escola	1	0
Dentista	0	0
N.S./N.R.	10	3
Total	296	100

Quanto ao tipo de espaços/serviços que os representantes dos agregados familiares consideram necessário existir próximo do seu local de residência: farmácia, posto médico, outros serviços não especificados no quadro, por exemplo um posto da GNR.

A importância atribuída a estes espaços/serviços pode dever-se à distância entre a localização do bairro e o posicionamento daqueles no centro de Esmoriz.

2.2.3.1 - Considerações Finais

De acordo com o diagnóstico efectuado verificou-se:

- Uma uniformidade da população na distribuição por sexos;
- A maior parte tem idade até 30 anos, evidenciando-se assim uma população bastante jovem, o que se confirma na variável estado civil, com 51% de indivíduos solteiros; constituindo por isso um bom indicador para a reconversão e formação profissional;
- Uma predominância de famílias nucleares com filhos solteiros (61%) e quanto à composição assiste-se a uma frequência de famílias compostas por 1-3 pessoas (44%) e 4-6 pessoas (44%), o que não se afasta muito da média nacional. No entanto, é de salientar a existência de 11% de famílias com mais de 7 pessoas, o que se reflecte na subocupação das construções (na sua generalidade degradadas e sem conforto) e na falta de controlo da taxa de natalidade;
- Pouco mais de metade da população trabalha, distribuindo-se essencialmente pelo sector da pesca (18%), indústria têxtil (18%) e, da construção civil (18%). No entanto, os trabalhadores existentes encontram-se, essencialmente, numa situação de trabalho precário e só 37% têm um contrato de trabalho efectivo. Os rendimentos auferidos não ultrapassam os 60 contos mensais em 54% da população, sendo a classe de rendimento mais representativa a de 51-60 contos mensais com 36%, dificultando a sobrevivência dos agregados familiares;
- Apesar do desemprego "aparente" ser pouco significativo, não devemos esquecer o elevado índice de emprego precário, já mencionado. Nesta população subsiste a "preferência" do biscate (pesca e outros) relativamente ao trabalho estável, o que justifica um sub-investimento ao nível da orientação profissional e da formação para a aquisição de hábitos de trabalho.
- Trata-se de uma população com baixo nível literário, uma vez que 57% possuem apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (completo ou incompleto), salien-

tando-se ainda que 10% não sabe ler nem escrever. Paralelamente, constata-se um abandono precoce do sistema de ensino, que se vem propagando ao longo das gerações. Concomitantemente, o fenómeno do insucesso escolar apresenta-se-nos como uma realidade a travar;

- 56% das construções são precárias (parte de casa, casa de familiares, barraca, construções abarracadas e anexos), associando-se a esta realidade a cobertura insuficiente de saneamento, água canalizada e instalações sanitárias, ameaçando as condições mínimas de higiene e salubridade, e com implicações directas nos níveis de saúde, quando se regista um elevado número de indivíduos que identificam doenças do foro respiratório, digestivo, cardio-circulatório, genito-urinário e dos «ossos».
- Atendendo às condições infra-humanas que caracterizam o *habitat* desta população e a proximidade do mar, 74% manifesta o desejo de mudar de habitação, de preferência na zona geográfica, o que se justifica pelas raízes culturais, familiares e também pelos laços de vizinhança, tipificados por Boaventura de Sousa Santos (1990) como *Sociedade Providência*.

Capítulo III

3 – Projecto de Luta Contra a Pobreza: Objectivos e virtualidades

Com este projecto pretende-se ajudar os moradores do bairro piscatório a colmatar os principais problemas sócio-económicos e habitacionais com que se deparam, devidamente identificadas no diagnóstico apresentado. Todavia, os objectivos a seguir apresentados poderão servir também para orientar projectos semelhantes que se destinem a populações-alvo com características semelhantes à dos pescadores de Esmoriz.

Com efeito, promover a integração de uma população para níveis de vida considerados normais, passa pelo estímulo para a resolução dos seus problemas e apresentação de alternativas sócio-culturais, devendo o projecto de luta contra a pobreza funcionar como uma alavanca de apoio na dissolução dos *handicaps* e não como substituto da intervenção da própria população.

Neste contexto, os projectos de luta contra a pobreza deverão atingir cinco objectivos essenciais, dos quais, os dois últimos são estratégicos.

O objectivo primeiro é o da criação de riqueza, ou seja, a reunião dos detentores de capital com os detentores de mão de obra, tendo em vista a criação de mais postos de trabalho, maior produtividade e rendimentos. Neste sentido, é fundamental a atribuição de incentivos fiscais, subsídios às empresas (a fundo perdido), investimentos em capitais de risco, na educação e na formação profissional, com o objectivo de criar na população iniciativa e risco empresarial.

Proporcionar condições de vida dignas, despiste e eliminação de disfunções sociais e de situações colectivas e individuais de carência, é o segundo objectivo. Alcançá-lo depende da existência de educação compensatória e formação profissional, do reforço das medidas de prevenção e tratamento da doença, da melhoria das condições

habitacionais, saneamento básico e de transportes e do incentivo à autonomia material e psicológica dos clientes, através do atendimento familiar e individual.

O terceiro objectivo consiste em promover a auto-estima individual e colectiva, através da realização individual ou comunitária, para fomentar a auto-confiança, a requisição dos direitos e prestações que lhes são devidas e assim, diminuir a dependência assistencial dos serviços.

A nível comunitário, pretende-se, ainda, fomentar a coesão social, o espírito de pertença, a vontade de participar e intervir na própria comunidade, estimulando os que habitualmente se excluem ou são excluídos.

A participação integrada e coordenada de entidades e serviços que de alguma forma intervenham na comunidade, com vista a romper o ciclo de pobreza, é um objectivo estratégico.

O último objectivo, que também é estratégico, propõe a integração dos projectos em objectivos globais de desenvolvimento realizados tenham um efeito multiplicador e contínuo.

Estes objectivos orientadores dos projectos de luta contra a pobreza são um fio condutor (de auxílio), e permitem estabelecer uma adaptação ao nosso projecto e à nossa realidade.

O Projecto de Desenvolvimento Integrado do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz tem, portanto, por objectivo geral, a promoção social da população alvo, através da realização de acções integradas que possibilitem a eliminação das situações de exclusão social.

A delimitação e adaptação à realidade do bairro permite estipular especificamente quatro objectivos.

A mobilização de toda a comunidade, incentivando os indivíduos na busca de soluções para os seus problemas e na satisfação das suas necessidades, melhorando a qualidade de vida da comunidade no âmbito da habitação e infra-estruturas, da saúde, da educação e qualificação profissional, do emprego; integrar e apoiar os sub-grupos (infância, terceira idade, mulheres); incentivar a aceitação e integração dos moradores na comunidade envolvente; por último, colaborar com outras entidades no desenvolvimento local, contribuindo para a autonomia, a solidariedade, a compreensão e aceitação das diferentes comunidades.

3.1 – Coordenadas para implementação de um Projecto de Desenvolvimento Local

Objectivos Gerais	Objectivos Especificos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o realojamento da população; 	<ul style="list-style-type: none"> Propor a criação de uma associação de moradores; Formar a população para a utilização eficaz dos novos espaços habitacionais; Actualizar a situação sócio-económica das famílias que residem junto às dunas; Identificar as famílias que poderão ser realojadas, situadas na área adjacente à zona prioritária; 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões para sensibilizar a população sobre as vantagens do associativismo; Acções de formação especial (higiene, economia doméstica, entre outras); Estudo sócio-económico (faseado);
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar e remodelar as habitações precárias não contempladas no realojamento 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a conservação das habitações; Dotar as habitações das infra-estruturas básicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento das construções que podem ser objecto de recuperação; Realização de vistorias técnicas visando definir o estado de conservação e a orçamentação das obras de beneficiação;
<ul style="list-style-type: none"> Educar para a saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a saúde, prevenir e tratar a doença. 	<ul style="list-style-type: none"> Acções de sensibilização subordinadas a: <ul style="list-style-type: none"> Doenças de transmissão sexual; Planeamento familiar; Saúde materna (gravidez e parto / noções de puericultura); Saúde infantil (amamentação, alimentação do primeiro ano de vida, prevenção de acidentes, a criança e a TV, a criança e a escola, afectividade); Higiene (pessoal, casa/ambiente); Tabagismo e outras drogas; Diabetes e hipertensão; Alimentação e alcoolismo; Tuberculose. Consultas: <ul style="list-style-type: none"> Saúde materna; Saúde infantil; Planeamento familiar; Alcoologia;

Objectivos Gerais	Objectivos Especificos	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> Promover a frequência e o sucesso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições físicas que permitam o estudo; Acompanhar as actividades escolares; Desenvolver actividades de educação compensatória e outras actividades educativas, entre as quais as lúdicas; Trabalhar os métodos de estudo; Desenvolver competências sociais; Sensibilizar para a continuidade escolar; Envolver os pais na vida escolar dos filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma sala de apoio ao estudo; Implementação de ateliers; Apoio ao desenvolvimento de equipamentos para a infância; Reuniões e apoio individualizado por técnico de orientação escolar;
<ul style="list-style-type: none"> Orientar jovens/ adultos na construção de projectos de vida; 	<ul style="list-style-type: none"> Informar sobre as ofertas de formação e saídas profissionais; Sensibilizar/ mobilizar os jovens/ adultos para integrar acções do ensino recorrente: Alfabetização, 1º e 2º ciclo Identificar/avaliar e encaminhar as situações de desemprego ou sem ocupação; 	<ul style="list-style-type: none"> Sessões individuais e de grupo; Criação de um clube de emprego; Realização de cursos de formação especial;
<ul style="list-style-type: none"> Identificar/acompanhar situações de risco 	<ul style="list-style-type: none"> Auscultar as situações problema que atingem as famílias e a comunidade; Informar / encaminhar as situações de risco; Mobilizar / envolver a comunidade no seu processo de desenvolvimento; Identificar os recursos existentes e criar novas formas de resposta, adequadas ao contexto local. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um gabinete multidisciplinar de intervenção local;
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a institucionalização de uma associação sócio-recreativa. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a população para o associativismo local; Desenvolver actividades desportivas, recreativas, culturais; Comemorar efemérides locais/nacionais/ internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar um espaço de convívio, lazer e de actividades ocupacionais.
<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar para a manutenção de hábitos de limpeza na comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Informar/ formar para o tratamento dos lixos. 	<ul style="list-style-type: none"> Acções no âmbito da formação especial.

Conclusão

Ainda que muito fique por explorar, este relatório é o resultado do esforço efectuado para compreender como é que os mecanismos da pobreza e da exclusão social se perpetuam na população alvo, visando programar e desenvolver planos de acção que possibilitem o “rompimento” do ciclo de pobreza e a mobilização da população na formulação e concretização de “projectos de vida”.

Estamos convictos que apesar de todos os limites e dificuldades sentidas no terreno, conseguimos uma aproximação ao processo de investigação-acção, iniciando desta forma o processo de desenvolvimento da comunidade.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AAVV, "A Pobreza em Portugal", Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- AAVV, "Exclusão social", s.d.
- AAVV, "Perspectivas de análise de exclusão social", s.d.
- AAVV, "Investigação e Debate, Serviço Social", Revista de Serviço Social, Número 1, 1995
- AAVV, "Investigação e Debate, Serviço Social", Revista de Serviço Social, Número 3, 1996
- AAVV, "La Lucha Contra El Fracaso Escolar: Un Desafío para la Construcción Europea", COMISSÃO EUROPEIA
- AAVV, "II Seminário- A Pobreza - Mudança/ Desenvolvimento", Comissariado Regional do Sul de Luta Contra a Pobreza, Lisboa, 1992
- AAVV, "Investigação e Serviço Social: análise de algumas questões", Estudos & Documentos, Série I, CPIHTS
- AAVV, "Esmoriz" In O Malho De Esmoriz, N.º 6, Esmoriz, 1993
- AAVV, "Pobreza é com todos - Mudanças possíveis", Comissão Das Comunidades Europeias, Lisboa, 1994
- AAVV, "O Serviço Social na forma de serviço numa organização municipal", Estudos & Documentos, Série I, CPIHTS
- ALEIXO, Irene, "A Multiculturalidade dos Projectos de Luta Contra a Pobreza", In Diálogo entreculturas, n.º 10, Maio, 1994
- ALMEIDA, João Ferreira e outros, "Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal", Celta Editores, Oeiras, 1992.
- ALMEIDA, Maria S, "As representações sociais como obstáculos à democratização efectiva dos contextos de educação formal", Revista Investigação e Debate, n.º 3, ANO II, NOVEMBRO, 1996
- ALVES, Manuel José Rodrigues, "As Minorias Étnicas no Concelho de Loures. Que Comunicação?", In AAVV, Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

- ANIBAL, A. Anselmo, "Dimensões Da Pobreza", s.d.
- ARAÚJO, Nova, "Minorias e o trabalho social - educação inter-cultural", Revista Investigação e Debate, n.º 3, ANO II, NOVEMBRO, 1996
- BARBALET, J.M., "A Cidadania", Editorial Estampa, Colecção Ciências Sociais, Número 11, 1989.
- BARDIN, Laurence, "Análise e Conteúdo", Edições 70
- BARRETO, António, "A Perspectiva Socialista: Educação Para Todos", In Encontro Sobre A Democratização Da Educação, Lisboa, Julho 1988, p. 12
- BARRETO, António et Al, "Situação Social Em Portugal, 1960-1995", Livraria Leitura, Lisboa, 1996
- BRANDÃO, Raúl, "Os Pescadores", Estante Editora, 1989, p. 62
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, "Reflexões sobre os direitos sociais", In Revista Do Serviço Social, Direitos Humanos e Acção Social, Abril, 1995, n.º Especial
- CAPUCHA, Luís, "Modos de vida e cidadania num bairro social: o caso do direito à habitação", In AAVV, Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- CASTEL, Robert, "De l'indigence à l'exclusion, La désaffiliation, Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle", In Face a L'Exclusion, sem mais referências bibliográficas.
- COLE, Sally, "Mulheres Da Praia", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994
- COSTA, Alfredo Bruto da, "Pobreza Urbana Em Portugal", Caritas, nº13, Janeiro, 1989
- COSTA, Alfredo Bruto da, "Exclusão Social e Minorias Culturais", In Diálogo entreculturas n.º 10, Maio, 1994
- CORREIA, Da Costa et AL, "Pesca Artesanal na Zona Norte Da Costa Ocidental Portuguesa - Subsídio Para o Conhecimento Do Seu Estado Actual", Lisboa, INIP, 1985, p. 62
- DELORS, Jacques, "Donner un nouvelle dimension à La lutte contre L'exclusion", In Trabalho Final da Comissão Das Comunidades Europeias, s.d.
- FERNANDES, António Teixeira, "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", In Sociologia, Faculdade de Letras, Número 1, 1991, Porto.
- FERREIRA, António Fonseca, "Por Uma Nova Política De Habitação", 1987, Porto, Edições Afrontamento
- FERREIRA, Claudino, "Pobreza Cidadania e Desqualificação Social, Uma abordagem sociológica da exclusão social em Portugal", Faculdade De Economia Da Universidade de Coimbra, 1994, Documento Não Publicado
- FERREIRA, José Sá, "Vários Textos Policopiados, Documentos Não Publicados, 1972
- GHIGLIONE, Rodolphe et Al, "O Inquérito Teoria e Prática", Celta Editora, 1992
- GROS, Marielle, "Luta Contra Exclusão Social: Assistencialismo ou Desenvolvimento Local?", AAVV, Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1993
- GUERRA, Isabel, "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", In Sociedade e território, Porto, 1994, nº20

- HESPANHA, Pedro, "Os direitos humanos e a cidadania social nas sociedades contemporâneas", In Revista Do Serviço Social Direitos Humanos e Acção Social, Abril, 1995, n.º Especial
- LEFRANÇOIS, Richard, "Formação Social e Redução dos Excluídos", In Les cahiers de Recherche en Travail Social, n.º 2-3, 1982
- LEITE, Elvira et Al, "Trabalho De Projecto: Um Aprender Por Projectos Centrados Em Problemas", Colecção Ser Professor, Edições Afrontamento, 1994
- LOUREIRO, Denise Gomes, "Esmoriz - Origem e Evolução Histórica" Escola Superior de Educação Jean Piaget - Arcozelo, Trabalho Não Publicado, 1993
- MAIA, Hortense Lopes, "Contribuições para um Estudo das Representações Sociais da Pobreza em Meio Urbano", In AAVV, Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- MARIA, António, "Esmoriz - Um Pouco Da Sua História" Esmoriz, Grupo De Dança e Cantares De Sta. Maria de Esmoriz, 1992
- MARQUES, Carla Sofia, "Esmoriz - Hoje", In GRAÇA, J. M.ª Fernandes, "Ovar e o Seu Concelho", Ovar, Tipografia Ideal, 1985, p. 81-91
- MARTINS, Alcina, "Investigação e Serviço Social: análise de algumas questões", Lisboa, Centro Português de Investigação em História e trabalho social, série I, n.º 7, 1995
- MENDONÇA, Helena, "Retratos de Vidas em Mudança", In O Programa Pobreza III em Portugal, s.d.
- MOREIRINHAS, Maria Luísa F. N. Cerqueira, "Solidariedade E Sobrevivência Na Ria De Aveiro - Os Pescadores Do Chinchorro Da Torreira", Universidade Nova De Lisboa-Faculdade De Ciências Sociais E Humanas, Lisboa, 1994, Trabalho Não Publicado
- NOËL, Jean-François, "L'insertion en attente d'une politique", In Face a L'Exclusion, sem mais elementos bibliográficos.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga De, "«Palheiros» Do Litoral Central", In GRAÇA, J. M.ª Fernandes, "Ovar e o Seu Concelho", Ovar, Tipografia Ideal, 1985, p. 165-172
- PINTO, T. Costa, "A Apropriação Do Espaço Em Bairros Sociais - O Gosto Pela Casa E O Desgosto Pelo Bairro", In Sociedade E Território, N.º 20, 1994
- RAFAELA, Generosa, "Programa De Luta Contra A Pobreza: Uma Experiência No Meio Rural, «Segurança Social E Educação»", In Investigação E Debate N.º I, Maio, 1995
- RIBEIRO, Manuel João, "Inquérito Sociológico e Reabilitação Urbana", In AAVV, Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1993
- RODRIGUES, Fernanda et Al, "Enfrentar A Mudança Económica E Social A Nível Das Comunidades Locais", s.d.
- ROMAN, Joël, GAUCHET Marcel, "La société d'insécurité, Les effets sociaux de l'individualisme de masse", In Face a L'Exclusion, sem mais elementos bibliográficos.
- SILVA, Joaquim Paulo, "Os Caminhos da Cidadania" Revista Investigação e Debate, n.º 3, Ano II, Novembro, 1996

- SILVA, Manuela et. Al, "A Pobreza urbana em Portugal", Colecção Caritas N.º13, 1989
- THIOLENT, Michel, "Metodologia da Pesquisa - acção", 4ª edição, Editora autores associados
- TORRES, Anália, "Direitos Humanos e Acção Social/Aspectos Sociológicos", In Revista Do Serviço Social Direitos Humanos e Acção Social, Abril, 1995, n.º Especial
- VIDAL, João Evangelista De Lima "Aveiro - Suas Gentes, Terras e Costumes", Aveiro, Edição Da Junta Distrital De Aveiro, 1967, p. 135-142

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1992

DECRETO DE LEI N.º148/81

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO N.º 46/86

DECRETO DE LEI N.º 278/87 DE 7 DE Julho, I Serie

DECRETO REGULAMENTAR N.º 43/87 , De 17 De Julho, I Serie nº162

DECRETO REGULAMENTAR N.º 3/89 , De 28 De Janeiro, I Serie nº24

Glossário

Anexos: Ocupados como habitações ilegalmente e que obedeçam às condições mínimas exigidas na portaria n.º 243/84 de 17 de Abril.

Barraca: barracas em madeira, tenda ou similar, sem divisões ou divididas com madeira ou tecido. Construção de acaso destinada a ser habitada, feita geralmente com materiais velhos e usados sem plano determinado e efectivamente habitada.

Casa de familiares: similar a ocupação precária: habitação emprestada, desde que devidamente comprovada pela junta de freguesia, sendo neste tipo de habitação os agregados pontuados pela situação que efectivamente possuem.

Casa unifamiliar: similar a prédio ou moradia: prédios destinados à habitação, e, como tal designados, ainda que com algumas falhas em termos de infra-estruturas e condições de salubridade.

Similar a alojamento clássico, considerado pelo INE: divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando a servir para outros fins.

Construção Abarracada: construção que não sendo prédio ou moradia, e ainda que, em alvenaria ou similar, não possui quaisquer condições de habitabilidade, não dividida ou só com separação de cozinha.

Parte de casa: compreende uma ou mais construções permanentes habitadas por um grupo de pessoas, geralmente numeroso, que vivem em conjunto, compartilhando habitualmente as refeições, com um objectivo comum ou interesse geral e geralmente governadas por uma autoridade interior ou exterior a esse grupo.

Similar a ocupação partilhada do alojamento: situação que ocorre quando o alojamento familiar é ocupado como residência habitual, por mais do que uma família clássica.

Pré-fabricado: é uma habitação que se diferencia da barraca pelo facto de ser construída obedecendo a um plano determinado e utilizando madeira aparelhada, oferecendo melhores condições de habitabilidade que as barracas.

Quarto: Divisão da habitação: espaço, numa unidade de alojamento, delimitado por paredes com pelo menos 2 metros de altura na maior parte da sua área e 4 m² de superfície.

Apêndices

Apêndice I – Escalão etário/sexo

Sexo	Inquiridos	%	0 - 5 anos	%	6 - 10 anos	%	11 - 15 anos	%	16 - 20 anos	%	21 - 25 anos	%	26 - 30 anos	%	31 - 35 anos	%
Feminino	355	48	32	4	27	4	43	6	41	5	40	5	34	5	23	3
Masculino	391	52	42	6	26	3	36	5	48	6	57	8	51	7	25	3
	746	100	74	10	53	7	79	11	89	11	97	13	85	12	48	6

Sexo	Inquiridos	%	36 - 40 anos	%	41 - 45 anos	%	46 - 50 anos	%	51 - 55 anos	%	56 - 60 anos	%	Mais de 60 anos	%	N.S./N.R.	%
Feminino	355	48	23	3	23	3	20	3	16	2	10	1	23	3	0	0
Masculino	391	52	25	3	22	3	19	3	21	3	8	1	11	1	0	0
	746	100	48	6	45	6	39	6	37	5	18	2	34	4	0	0

Apêndice II – Nacionalidade

Nacionalidade	Inquiridos	%
Portuguesa	733	98
Outras	9	1
N.S./N.R.	4	1
	746	100

Apêndice III – Agregados familiares

Consigo habitam as seguintes pessoas (número):	Inquiridos	%
1 a 3 pessoas	82	44
4 a 6 pessoas	82	44
7 a 9 pessoas	15	8
10 a 12 pessoas	4	2
13 a 15 pessoas	2	1
16 a 18 pessoas	0	0
19 a 21 pessoas	0	0
	185	100

Apêndice IV - Distribuição do universo segundo as habilitações/idade

Idade	Inquiridos		Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau de instrução %	Possui o 1º ciclo completo do ensino básico %		Possui o 1º ciclo incompleto do ensino básico %		Possui o 2º ciclo completo do ensino básico %		Possui o 2º ciclo incompleto do ensino básico %		Possui o 3º ciclo completo do ensino básico %		Possui o 3º ciclo incompleto do ensino básico %		Possui o ensino secundário completo %		
	%		%			%		%		%		%		%		%		%		
0 - 5 anos	74	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - 10 anos	53	7	2	0	0	0	2	0	42	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
11 - 15 anos	79	11	0	0	0	0	17	2	11	1	8	1	27	4	2	0	12	2	0	0
16 - 20 anos	89	12	1	0	0	0	30	4	14	2	12	2	10	1	4	1	8	1	2	0
21 - 25 anos	97	13	3	0	0	0	47	6	15	2	22	3	6	1	0	0	1	0	1	0
26 - 30 anos	85	11	3	0	0	0	46	6	13	2	10	1	5	1	0	0	6	1	1	0
31 - 35 anos	48	6	2	0	1	0	32	4	4	1	3	0	5	1	0	0	0	0	1	0
36 - 40 anos	48	6	3	0	0	0	29	4	8	1	2	0	6	1	0	0	0	0	0	0
41 - 45 anos	45	6	7	1	1	0	28	4	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46 - 50 anos	39	5	2	0	1	0	20	3	15	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51 - 55 anos	37	5	11	1	0	0	15	2	11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56 - 60 anos	18	2	12	2	0	0	2	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	34	5	27	4	1	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	746	100	73	10	4	1	268	36	150	20	58	8	60	8	7	1	27	4	5	1

Idade	Possui o ensino secundário incompleto %	Possui curso de indole profissional %	Possui curso médio completo %		Possui curso médio incompleto %		Possui curso superior completo %		Possui curso superior incompleto %		Frequenta o ensino especial %	Tem idade para frequentar o infantil e está inscrito %	Tem idade para frequentar o infantil e não está inscrito %	N.S./N.R.						
			%		%		%		%					%						
0 - 5 anos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	1	59	8	2	0			
6 - 10 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	0	0	0		
11 - 15 anos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0		
16 - 20 anos	6	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
21 - 25 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
26 - 30 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
31 - 35 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
36 - 40 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
41 - 45 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
46 - 50 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
51 - 55 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Mais de 60 anos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	9	1	2	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3	0	13	2	62	8	2	0

Apêndice V - Ocupação/idade

Idade	Inquiridos		Trabalhado		Desempregado		Doméstica		Pensionista		Incapacitado permanente para o trabalho %		Estudante (frequenta o sistema regular de ensino) %		Trabalhador/Estudante (frequenta o sistema regular de ensino) %	
	%		%		%		%		%		%		%		%	
0 - 5 anos	74	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - 10 anos	53	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	6	0	0
11 - 15 anos	79	11	8	1	0	0	2	0	0	0	0	0	55	7	0	0
16 - 20 anos	89	12	63	8	4	1	3	0	0	0	0	0	8	1	2	0
21 - 25 anos	97	13	79	11	13	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0
26 - 30 anos	85	11	71	10	6	1	5	1	2	0	0	0	1	0	0	0
31 - 35 anos	48	6	42	6	3	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0
36 - 40 anos	48	6	38	5	3	0	6	1	0	0	1	0	0	0	0	0
41 - 45 anos	45	6	30	4	2	0	9	1	2	0	2	0	0	0	0	0
46 - 50 anos	39	5	29	4	3	0	6	1	1	0	0	0	0	0	0	0
51 - 55 anos	37	5	22	3	2	0	9	1	1	0	3	0	0	0	0	0
56 - 60 anos	18	2	6	1	0	0	5	1	5	1	2	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	34	5	0	0	0	0	4	1	24	3	5	1	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	746	100	388	52	36	5	51	7	36	5	15	2	108	14	2	0

Idade	Estudante (frequenta o sistema especial de ensino) %	Estudante (frequenta um curso de formação profissional) %	Trabalhador/Estudante (frequenta um curso de formação profissional) %		Sem ocupação ou a cargo da família %		Crianças com menos de 7 anos %		N.S./N.R.	
			%		%		%		%	
0 - 5 anos	0	0	0	0	0	0	72	10	2	0
6 - 10 anos	1	0	0	0	1	0	8	1	0	0
11 - 15 anos	1	0	1	0	11	1	0	0	1	0
16 - 20 anos	0	0	3	0	5	1	0	0	0	0
21 - 25 anos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
26 - 30 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31 - 35 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36 - 40 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41 - 45 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46 - 50 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51 - 55 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	4	1	19	3	80	11	4	1

Apêndice VI - Distribuição do universo segundo o tipo de profissão

Profissão exercida no momento	Inquiridos	%
Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares:	1	0
Pessoal administrativo e similares	1	0
Pessoal do comércio e vendedores	1	0
Gerentes e proprietários do comércio por grosso e a retalho	6	2
Produtores e seguros, agentes imobiliários, vendedores e caixeiros	2	1
Vendedor ambulante e feirante	3	1
Gerentes de hotéis, cafés e restaurantes	1	0
Cozinheiros, empregados de mesa e outros da indústria hoteleira	7	2
Empregadas domésticas, amas e vigilantes de crianças	5	1
Porteiros, pessoal de limpeza (dom. e outra)	12	3
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	5	1
Sapateiros, costureiras e outros serviços	7	2
Agricultores e criadores de animais, donos ou chefes das explorações	1	0
Jardineiros	1	0
Pescadores	38	10
Categorias mal definidas no sector da pesca	32	8
Encarregados e trabalhadores similares	1	0
Trabalhadores da produção de madeiras e do fabrico de papel	23	6
Trab. dos textéis, curtidores, trab. calçado	71	18
Marceneiros, carpinteiros, forjadores, serralheiros, mecânicos	22	6
Mecânicos, eletricistas	1	0
Canalizadores, caldeiros, serralheiros civis	4	1
Tipógrafos, encadernadores	1	0
Pintores, pedreiros e outros trab. da construção civil e naval	69	18
Condutores de máquinas, embaladores, carregadores	2	1
Outros (Operário fabril não especificado anteriormente)	38	10
Serventes em geral	5	1
Serventes da construção civil	15	4
Carregadores/descarregadores	1	0
Categorias mal definidas, em geral	2	1
Biscateiros	1	0
Outras	8	2
N.S./N.R.	4	1
	391	100

Apêndice VII - Distribuição do universo segundo o tipo de profissão/sexo/idade

Profissão exercida no momento	Inquiridos	%	11 - 15 anos		16 - 20 anos		21 - 25 anos		26 - 30 anos	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares:	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal administrativo e similares	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal do comércio e vendedores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gerentes e proprietários do comércio por grosso e a retalho	6	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Produtores e seguros, agentes imobiliários, vendedores e caixeiros	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Vendedor ambulante e feirante	3	1	0	0	0	0	0	0	2	1
Gerentes de hotéis, cafés e restaurantes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cozinheiros, empregados de mesa e outros da indústria hoteleira	7	2	0	0	0	1	0	1	3	1
Empregadas domésticas, amas e vigilantes de crianças	5	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Porteiros, pessoal de limpeza (dom. e outra)	12	3	0	0	0	0	0	0	2	1
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	5	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Sapateiros, costureiras e outros serviços	7	2	0	0	0	1	0	0	2	1
Agricultores e criadores de animais, donos ou chefes das explorações	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jardineiros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pescadores	38	10	0	0	0	0	0	0	3	1
Categorias mal definidas no sector da pesca	32	8	2	1	0	0	1	0	0	1
Encarregados e trabalhadores similares	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Trabalhadores da produção de madeiras e do fabrico de papel	23	6	0	0	0	0	1	0	3	1
Trab. dos textéis, curtidores, trab. calçado	71	18	1	0	0	9	2	3	14	4
Marceneiros, carpinteiros, forjadores, serralheiros, mecânicos	22	6	0	0	0	2	1	5	1	1
Mecânicos, eletricistas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canalizadores, caldeiros, serralheiros civis	4	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Tipógrafos, encadernadores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pintores, pedreiros e outros trab. da construção civil e naval	69	18	0	0	1	0	0	10	3	0
Condutores de máquinas, embaladores, carregadores	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros (outros operários fabris não especificados anteriormente)	38	10	1	0	1	10	3	9	2	4
Serventes em geral	5	1	0	0	0	0	0	2	1	0
Serventes da construção civil	15	4	0	0	0	0	0	4	1	0
Carregadores/descarregadores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Categorias mal definidas, em geral	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Biscateiros	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Outras	8	2	1	0	0	2	1	0	0	0
N.S./N.R.	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	391	100	5	1	3	1	28	7	38	10

Profissão exercida no momento	31 - 35 anos		36 - 40 anos		41 - 45 anos		46 - 50 anos	
	%	%	%	%	%	%	%	%
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares:	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal administrativo e similares	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal do comércio e vendedores	1	0	0	0	0	0	0	0
Gerentes e proprietários do comércio por grosso e a retalho	0	0	0	2	1	0	0	0
Produtores e seguros, agentes imobiliários, vendedores e caixeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendedor ambulante e feirante	0	0	0	0	0	0	0	0
Gerentes de hotéis, cafés e restaurantes	1	0	0	0	0	0	0	0
Cozinheiros, empregados de mesa e outros da indústria hoteleira	0	0	0	1	0	0	0	0
Empregadas domésticas, amas e vigilantes de crianças	0	0	0	0	0	2	1	0
Porteiros, pessoal de limpeza (dom. e outra)	2	1	0	0	0	1	0	0
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	0	0	0	0	0	0	0	0
Sapateiros, costureiras e outros serviços	1	0	0	0	1	0	0	0
Agricultores e criadores de animais, donos ou chefes das explorações	0	0	0	0	0	0	1	0
Jardineiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Pescadores	1	0	9	2	1	0	5	1
Categorias mal definidas no sector da pesca	3	1	0	0	4	1	1	0
Encarregados e trabalhadores similares	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores da produção de madeiras e do fabrico de papel	2	1	0	0	1	0	4	1
Trab. dos têxteis, curtidores, trab. calçado	4	1	3	1	4	1	2	1
Marceneiros, carpinteiros, forjadores, serralheiros, mecânicos	0	0	2	1	0	0	2	1
Mecânicos, electricistas	0	0	0	0	0	0	0	0
Canalizadores, caldeiros, serralheiros civis	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipógrafos, encadernadores	0	0	0	0	0	0	0	0
Pintores, pedreiros e outros trab. da construção civil e naval	0	0	7	2	0	0	5	1
Condutores de máquinas, embaladores, carregadores	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros (outros operários fabris não especificados anteriormente)	3	1	2	1	0	0	2	1
Serventes em geral	0	0	0	0	0	1	0	0
Serventes da construção civil	0	0	0	0	0	0	0	0
Carregadores/descarregadores	0	0	0	0	0	1	0	0
Categorias mal definidas, em geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Biscateiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	1	0	0	0	0	0
	18	5	24	6	14	4	24	6

Profissão exercida no momento	51 - 55 anos		56 - 60 anos		Mais de 60 anos	
	%	%	%	%	%	%
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares:	0	0	0	0	0	0
Pessoal administrativo e similares	0	0	0	0	0	0
Pessoal do comércio e vendedores	0	0	0	0	0	0
Gerentes e proprietários do comércio por grosso e a retalho	0	0	0	0	0	0
Produtores e seguros, agentes imobiliários, vendedores e caixeiros	0	0	0	0	0	0
Vendedor ambulante e feirante	1	0	0	0	0	0
Gerentes de hotéis, cafés e restaurantes	0	0	0	0	0	0
Cozinheiros, empregados de mesa e outros da indústria hoteleira	0	0	0	0	0	0
Empregadas domésticas, amas e vigilantes de crianças	0	0	0	0	0	0
Porteiros, pessoal de limpeza (dom. e outra)	0	0	1	0	0	0
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	0	0	1	0	0	0
Sapateiros, costureiras e outros serviços	0	0	0	0	0	0
Agricultores e criadores de animais, donos ou chefes das explorações	0	0	0	0	0	0
Jardineiros	0	0	0	0	0	0
Pescadores	2	1	7	2	0	0
Categorias mal definidas no sector da pesca	2	1	0	0	2	1
Encarregados e trabalhadores similares	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores da produção de madeiras e do fabrico de papel	0	0	0	0	0	0
Trab. dos têxteis, curtidores, trab. calçado	0	0	1	0	0	0
Marceneiros, carpinteiros, forjadores, serralheiros, mecânicos	0	0	0	0	0	0
Mecânicos, electricistas	0	0	0	0	0	0
Canalizadores, caldeiros, serralheiros civis	0	0	0	0	0	0
Tipógrafos, encadernadores	0	0	0	0	0	0
Pintores, pedreiros e outros trab. da construção civil e naval	0	0	4	1	0	0
Condutores de máquinas, embaladores, carregadores	0	0	0	0	0	0
Outros (outros operários fabris não especificados anteriormente)	0	0	0	0	0	0
Serventes em geral	0	0	0	0	0	0
Serventes da construção civil	0	0	0	0	0	0
Carregadores/descarregadores	0	0	0	0	0	0
Categorias mal definidas, em geral	0	0	0	0	0	0
Biscateiros	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	2	1	0	0
N.S./N.R.	0	0	1	0	0	0
	5	1	17	4	2	1

Apêndice VIII - Contrato/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Contrato permanente (trabalhador efectivo)	%	Contrato a termo certo, a prazo ou a tempo determinado	%	Contrato de prestação de serviços	%	Trabalho à tarefa	%	Trabalho sazonal	%	Biscates	%	Trabalho infantil	%	Actividade marginal	%	Outras	%	N.S./N.R.	%
Feminino	156	40	54	14	45	12	5	1	8	2	26	7	4	1	1	0	0	0	3	1	10	3
Masculino	235	60	89	23	50	13	6	2	18	5	29	7	24	6	1	0	0	0	9	2	9	2
	391	100	143	37	95	24	11	3	26	7	55	14	28	7	2	1	0	0	12	3	19	5

Apêndice I X – Rendimento de fontes não especificadas

Rendimento auferido proveniente de outras fontes, em contos	Inquiridos	%
0 - 10	1	13
11 - 20	2	25
21 - 30	2	25
31 - 40	0	0
41 - 50	0	0
51 - 60	3	38
61 - 70	0	0
71 - 80	0	0
81 - 90	0	0
91 - 100	0	0
110 - 120	0	0
121 - 130	0	0
131 - 140	0	0
141 - 150	0	0
Maior ou igual a 151	0	0
	8	100

Apêndice X – Rendimento/habilitações

Rendimento total do inquirido, em contos	Inquiridos		Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau de instrução		Possui o 1º ciclo completo do ensino básico		Possui o 1º ciclo incompleto do ensino básico		Possui o 2º ciclo completo do ensino básico		Possui o 2º ciclo incompleto do ensino básico		Possui o 3º ciclo completo do ensino básico	
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
0 - 10	7	2	0	0	0	0	2	1	4	1	1	0	0	0	0	0
11 - 20	7	2	2	1	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	1	0
21 - 30	13	3	1	0	0	0	10	3	2	1	0	0	0	0	0	0
31 - 40	21	5	1	0	0	0	13	3	4	1	0	0	3	1	0	0
41 - 50	24	6	0	0	0	0	16	4	3	1	1	0	1	0	1	0
51 - 60	142	36	5	1	0	0	70	18	22	6	25	6	12	3	1	0
61 - 70	50	13	2	1	0	0	32	8	5	1	6	2	3	1	0	0
71 - 80	34	9	3	1	0	0	17	4	6	2	4	1	1	0	0	0
81 - 90	15	4	0	0	0	0	4	1	4	1	2	1	2	1	0	0
91 - 100	9	2	1	0	1	0	2	1	1	0	2	1	1	0	0	0
110 - 120	8	2	0	0	0	0	6	2	0	0	1	0	0	0	0	0
121 - 130	2	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
131 - 140	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
141 - 150	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maior ou igual a 151	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	54	14	0	0	1	0	29	7	10	3	4	1	7	2	1	0
	391	100	15	4	2	1	207	53	64	16	47	12	30	8	4	1

Rendimento total do inquirido, em contos	Possui o 3º ciclo incompleto do ensino básico		Possui o ensino secundário completo		Possui o ensino secundário incompleto		Possui curso de índole profissional		Possui curso superior completo		Possui curso superior incompleto	
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
0 - 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 - 20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21 - 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31 - 40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41 - 50	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51 - 60	6	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
61 - 70	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
71 - 80	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
81 - 90	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
91 - 100	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
110 - 120	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
121 - 130	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
131 - 140	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
141 - 150	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maior ou igual a 151	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
N.S./N.R.	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	3	3	1	2	1	2	1	1	0	1	0

Apêndice XI – Ocupação/rendimento

Rendimento total do inquirido, em contos	Inquiridos		Trabalhador		Trabalhador/Estudante (frequenta o sistema regular de ensino)		Trabalhador/Estudante (frequenta um curso de formação profissional)	
		%	%	%	%	%	%	%
0 - 10	7	2	7	2	0	0	0	0
11 - 20	7	2	7	2	0	0	0	0
21 - 30	13	3	13	3	0	0	0	0
31 - 40	21	5	21	5	0	0	0	0
41 - 50	24	6	24	6	0	0	0	0
51 - 60	142	36	141	36	1	0	0	0
61 - 70	50	13	49	13	1	0	0	0
71 - 80	34	9	34	9	0	0	0	0
81 - 90	15	4	15	4	0	0	0	0
91 - 100	9	2	8	2	0	0	1	0
110 - 120	8	2	8	2	0	0	0	0
121 - 130	2	1	2	1	0	0	0	0
131 - 140	1	0	1	0	0	0	0	0
141 - 150	1	0	1	0	0	0	0	0
Maior ou igual a 151	3	1	3	1	0	0	0	0
N.S./N.R.	54	14	54	14	0	0	0	0
	391	100	388	99	2	1	1	0

Apêndice XII - Inscrição no centro de saúde

Está inscrito no centro de saúde?	Inquiridos	%
Sim	741	99
Não	1	0
N.S./N.R.	4	1
	746	100

Apêndice XIII - Problemas de saúde/sexo

Sexo	Inquiridos		Respostas		Doenças de pele		Doenças alérgicas		Doenças dos ossos, músculos e articulações		Doenças do aparelho respiratório		Doenças do aparelho digestivo		Doenças cardio-circulatórias		Doenças genito-urinárias	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Feminino	164	51	246	52	4	1	4	1	48	10	46	10	17	4	38	8	11	2
Masculino	158	49	228	48	3	1	2	0	46	10	45	9	33	7	8	2	6	1
	322	100	474	100	7	1	6	1	94	20	91	19	50	11	46	10	17	3

Sexo	Anomalias congénitas e do período peri-natal		Doenças endócrinas		Doenças do sangue (leucemia, hemofilia)		Doenças neoplásicas		Doenças psicológicas e psiquiátricas		Doenças neurológicas		Deficiências físicas/motoras		Hábitos alcoólicos		Toxicod dependência	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Feminino	1	0	10	2	6	1	1	0	10	2	19	4	17	4	4	1	1	0
Masculino	1	0	4	1	3	1	1	0	16	3	15	3	15	3	12	3	9	2
	2	0	14	3	9	2	2	0	26	5	34	7	32	7	16	4	10	2

Sexo	Tuberculose		HIV/ SIDA		Outras doenças infecciosas		Outras doenças	
	%	%	%	%	%	%	%	%
Feminino	2	0	0	0	0	0	7	1
Masculino	0	0	0	0	1	0	8	2
	2	0	0	0	1	0	15	3

Apêndice XIV - Problemas de saúde/idade

Idade	Inquiridos		Respostas		Doenças de pele		Doenças alérgicas		Doenças dos ossos, músculos e articulações		Doenças do aparelho respiratório		Doenças do aparelho digestivo		Doenças cardio-circulatórias	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
0 - 5 anos	16	5	15	3	0	0	1	0	0	0	8	2	0	0	2	0
6 - 10 anos	14	4	17	4	1	0	0	0	1	0	5	1	2	0	0	0
11 - 15 anos	20	6	22	5	0	0	0	0	2	0	9	2	0	0	1	0
16 - 20 anos	27	8	29	6	1	0	1	0	2	0	11	2	2	0	1	0
21 - 25 anos	37	11	51	11	1	0	2	0	4	1	9	2	5	1	2	0
26 - 30 anos	30	9	41	9	0	0	0	0	8	2	7	1	3	1	1	0
31 - 35 anos	26	8	32	7	1	0	0	0	5	1	7	1	6	1	1	0
36 - 40 anos	25	8	35	7	0	0	0	0	6	1	10	2	7	1	1	0
41 - 45 anos	25	8	40	8	0	0	2	0	10	2	6	1	3	1	4	1
46 - 50 anos	23	7	44	9	0	0	0	0	14	3	7	1	5	1	7	1
51 - 55 anos	31	10	53	11	1	0	0	0	20	4	4	1	8	2	6	1
56 - 60 anos	18	6	28	6	1	0	0	0	8	2	3	1	4	1	6	1
Mais de 60 anos	30	9	67	14	1	0	0	0	14	3	5	1	5	1	14	3
	322	100	474	100	7	1	6	1	94	20	91	19	50	11	46	10

Idade	Doenças genito-urinárias		Anomalias congénitas e do período peri-natal		Doenças endócrinas		Doenças do sangue (leucemia, hemofilia)		Doenças neoplásicas		Doenças psicológicas e psiquiátricas		Doenças neurológicas		Deficiências físicas/motoras	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
0 - 5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0
6 - 10 anos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	2	0
11 - 15 anos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	4	1
16 - 20 anos	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	3	1	1	0
21 - 25 anos	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	8	2	7	1	3	1
26 - 30 anos	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3	1	5	1	2	0
31 - 35 anos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0
36 - 40 anos	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0
41 - 45 anos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0	3	1
46 - 50 anos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	1
51 - 55 anos	1	0	0	0	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0	6	1
56 - 60 anos	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	2	0	0	0	5	1	3	1	1	0	0	0	8	2	5	1
	17	4	2	0	14	3	9	2	2	0	26	5	34	7	32	7

Idade	Hábitos alcoólicos %	Toxicodepen- dência %	Tuberculo- se %	Outras doenças infecciosas %	Outras doenças %
0 - 5 anos	0	0	0	0	1
6 - 10 anos	0	0	0	0	1
11 - 15 anos	0	0	0	0	2
16 - 20 anos	0	1	0	0	0
21 - 25 anos	2	3	1	0	1
26 - 30 anos	1	4	1	1	2
31 - 35 anos	5	1	1	0	1
36 - 40 anos	0	1	0	0	1
41 - 45 anos	5	1	0	0	1
46 - 50 anos	2	0	0	0	1
51 - 55 anos	1	0	0	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	4
	16	3	10	2	15

Apêndice XV - Vacinas

Está vacinado?	Inquiridos	%
Sim	648	87
Não	48	6
N.S./N.R.	50	7
	746	100

Apêndice XVI - Não utilização de contracepção/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Desconhece a sua existência	%	Não sabe como utilizá-los	%	Outros motivos de saúde	%	Pretende engravidar	%	Outros motivos	%	N.S./N.R.	%
Feminino	117	39	1	0	1	0	11	4	2	1	99	33	3	1
Masculino	183	61	0	0	0	0	0	0	0	0	177	59	6	2
	300	100	1	0	1	0	11	4	2	1	276	92	9	3

Apêndice XVII - Distribuição do universo que frequenta o sistema de ensino segundo o número de reprovações /sexo

Sexo	Inquiridos	%	Uma vez	%	Duas vezes	%	Três vezes	%	Mais de três vezes	%	Nenhuma vez	%	N.S./N.R.	%
Feminino	60	51	11	9	8	7	0	0	1	1	38	32	2	2
Masculino	57	49	17	15	5	4	1	1	0	0	33	28	1	1
	117	100	28	24	13	11	1	1	1	1	71	61	3	3

Apêndice XVIII - Distribuição do universo segundo a relação problemática/número de reprovações

Esta relação é problemática porque:	Inquiridos	%	Uma vez	%	Duas vezes	%	Três vezes	%	Mais de três vezes	%	Nenhuma vez	%	N.S./N. R.	%
Tem dificuldades de aprendizagem	18	55	5	15	5	15	1	3	1	3	6	18	0	0
Não gosta de estudar	4	12	3	9	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Não gosta dos professores	3	9	1	3	1	3	0	0	0	0	1	3	0	0
Os professores "embirram" com ele	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não gosta dos colegas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta muito	2	6	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
Tem más notas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mau comportamento das aulas	4	12	1	3	2	6	0	0	0	0	1	3	0	0
Outros motivos	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	33	100	11	33	9	27	1	3	1	3	11	33	0	0

Apêndice XIX - Motivos pelos quais desejam continuar a estudar

Indique os motivos da sua resposta.	Inquiridos	%
Pretende tirar um curso de contabilidade	4	3
Pretende fazer o 6º ano de escolaridade	3	3
Pretende fazer o 12º ano	5	4
Pretende fazer o 9º ano	15	13
Pretende exercer uma profissão que exige o curso superior	24	21
Não tenciona continuar a estudar porque tem uma relação problemática com os colegas	2	2
Gosta de estudar	17	15
Para ter um trabalho melhor	8	7
Não gosta de estudar	2	2
Outras	7	6
N.S./N.R.	30	26
	117	100

Apêndice XX - Motivos pelos quais pretendem continuar a estudar/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Respostas	%	Pretende tirar um curso de contabilidade	%	Pretende fazer o 6º ano de escolaridade	%	Pretende fazer o 12º ano	%	Pretende fazer o 9º ano	%	Pretende exercer uma profissão que exige o curso superior	%
Feminino	58	50	60	51	2	2	0	0	3	3	7	6	15	13
Masculino	59	50	57	49	2	2	3	3	2	2	8	7	9	8
	117	100	117	100	4	3	3	3	5	4	15	13	24	21

Sexo	Inquiridos	%	Não tenciona continuar a estudar porque tem uma relação problemática com os colegas	%	Gosta de estudar	%	Para ter um trabalho melhor	%	Não gosta de estudar	%	Outras	%	N.S./N.R.	%
Feminino	58	50	2	2	10	9	4	3	1	1	3	3	13	11
Masculino	59	50	0	0	7	6	4	3	1	1	4	3	17	15
	117	100	2	2	17	15	8	7	2	2	7	6	30	26

Apêndice XXI - Idade com que grupo abandonou o sistema de ensino/idade

Idade	Inquiridos	%	Menor ou igual a 9 anos	%	10-12 anos	%	13-15 anos	%	16-18 anos	%	19-21 anos	%	Maior ou igual a 22 anos	%	Nunca frequentou a escola	%	N.S./N.R.	%
0-5 anos	74	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74	12
6-10 anos	9	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1
11-15 anos	22	3	0	0	8	1	13	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
16-20 anos	75	12	2	0	30	5	26	4	13	2	1	0	0	0	1	0	2	0
21-25 anos	96	15	4	1	42	7	31	5	8	1	2	0	1	0	0	0	8	1
26-30 anos	84	13	4	1	36	6	29	5	6	1	0	0	2	0	1	0	6	1
31-35 anos	48	8	1	0	25	4	17	3	2	0	0	0	0	0	1	0	2	0
36-40 anos	48	8	3	0	21	3	22	3	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
41-45 anos	45	7	2	0	19	3	12	2	0	0	0	0	0	0	5	1	7	1
46-50 anos	39	6	6	1	18	3	9	1	1	0	0	0	1	0	1	0	3	0
51-55 anos	37	6	7	1	13	2	6	1	0	0	0	0	1	0	3	0	7	1
56-60 anos	18	3	4	1	5	1	3	0	0	0	0	0	0	0	6	1	0	0
Mais de 60 anos	34	5	4	1	3	0	0	0	0	0	1	0	1	0	18	3	7	1
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	629	100	37	6	221	35	168	27	30	5	4	1	6	1	37	6	126	20

Apêndice XXII - Idade com que grupo abandonou o sistema de ensino/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Menor ou igual a 9 anos	%	10-12 anos	%	13-15 anos	%	16-18 anos	%	19-21 anos	%	Maior ou igual a 22 anos	%	Nunca frequentou a escola	%	N.S./N.R.	%
Feminino	295	47	21	3	119	18	72	11	9	1	3	0	3	0	24	4	50	8
Masculino	334	53	16	3	108	17	96	15	21	3	1	0	3	0	13	2	76	12
	629	100	37	6	221	35	168	27	30	5	4	1	6	1	37	6	126	20

Apêndice XXIII - Desempregados inscritos no centro de emprego/idade

Idade	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
0-5 anos	0	0	0	0	0	0	0	
6-10 anos	0	0	0	0	0	0	0	
11-15 anos	0	0	0	0	0	0	0	
16-20 anos	4	11	0	0	3	8	1	
21-25 anos	13	36	4	11	8	22	1	
26-30 anos	6	17	1	3	4	11	1	
31-35 anos	3	8	1	3	1	3	1	
36-40 anos	3	8	0	0	2	6	1	
41-45 anos	2	6	1	3	1	3	0	
46-50 anos	3	8	2	6	1	3	0	
51-55 anos	2	6	1	3	1	3	0	
56-60 anos	0	0	0	0	0	0	0	
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	
	36	100	10	28	21	58	5	

Apêndice XXIV - Motivo de desemprego/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Acabou o contrato de trabalho	%	Acabou o trabalho (não tinha contrato)	%	Passou a ser "disponível"	%	Falência da empresa	%	É retornado, refugiado ou emigrante	%	Foi despedido	%	Despediu-se	%	N.S./N.R.	%
Feminino	18	50	4	11	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	6	17	7	
Masculino	18	50	3	8	0	0	0	0	3	8	0	0	1	3	4	11	7	
	36	100	7	19	0	0	0	0	3	8	0	0	2	6	10	28	14	

Apêndice XXV - Motivos de desemprego/idade

Idade	Inquiridos	%	Acabou o contrato de trabalho	%	Falência da empresa	%	Foi despedido	%	Despediu-se	%	N.S./N.R.	%
0 - 5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - 10 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 - 15 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16 - 20 anos	4	11	1	3	0	0	0	0	0	0	3	8
21 - 25 anos	13	36	4	11	2	6	0	0	5	14	2	6
26 - 30 anos	6	17	1	3	0	0	0	0	2	6	3	8
31 - 35 anos	3	8	1	3	0	0	0	0	1	3	1	3
36 - 40 anos	3	8	0	0	0	0	0	0	1	3	2	6
41 - 45 anos	2	6	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3
46 - 50 anos	3	8	0	0	1	3	1	3	0	0	1	3
51 - 55 anos	2	6	0	0	0	0	1	3	0	0	1	3
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	36	100	7	19	3	8	2	6	10	28	14	39

Apêndice XXVI - Motivo de se ter despedido/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Ganhava pouco	%	Incompatibilidades pessoais	%	Motivos de ordem familiar (casamento, nascimento de filhos)	%	Outros motivos	%
Feminino	6	60	0	0	1	10	3	30	2	20
Masculino	4	40	1	10	1	10	1	10	1	10
	10	100	1	10	2	20	4	40	3	30

Apêndice XXVII - Motivo de se ter despedido/idade

Idade	Inquiridos	%	Ganhava pouco	%	Incompatibilidades pessoais	%	Motivos de ordem familiar (casamento, nascimento de filhos)	%	Outros motivos	%
16 - 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21 - 25 anos	5	50	0	0	2	20	2	20	1	10
26 - 30 anos	2	20	1	10	0	0	1	10	0	0
31 - 35 anos	1	10	0	0	0	0	0	0	1	10
36 - 40 anos	1	10	0	0	0	0	1	10	0	0
41 - 45 anos	1	10	0	0	0	0	0	0	1	10
46 - 50 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51 - 55 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	100	1	10	2	20	4	40	3	30

Apêndice XXVIII - Tempo desemprego/idade

Idade	Inquiridos	%	0-6 meses	%	7 meses - 1 ano	%	1 ano e um mês - 2 anos	%	2 anos e um mês - 3 anos	%	Maior ou igual a 3 anos	%	N.S./N.R.	%
16 - 20 anos	4	11	1	3	1	3	0	0	1	3	0	0	1	3
21 - 25 anos	13	36	7	19	0	0	2	6	0	0	3	8	1	3
26 - 30 anos	6	17	3	8	1	3	1	3	0	0	0	0	1	3
31 - 35 anos	3	8	1	3	0	0	1	3	0	0	0	0	1	3
36 - 40 anos	3	8	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	1	3
41 - 45 anos	2	6	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3	0	0
46 - 50 anos	3	8	1	3	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0
51 - 55 anos	2	6	0	0	1	3	0	0	0	0	1	3	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	36	100	13	36	3	8	5	14	2	6	8	22	5	14

Apêndice XXIX - Tempo de desemprego/sexo

Sexo	Inquiridos	%	0-6 meses	%	7 meses - 1 ano	%	1 ano e um mês - 2 anos	%	2 anos e um mês - 3 anos	%	Maior ou igual a 3 anos	%	N.S./N.R.	%
Feminino	18	50	6	17	1	3	3	8	2	6	2	6	4	11
Masculino	18	50	7	19	2	6	2	6	0	0	6	17	1	3
	36	100	13	36	3	8	5	14	2	6	8	22	5	14

Apêndice XXX - Subsídio de desemprego recebido

Valor do subsídio de desemprego, em contos	Inquiridos	%
0 - 10	0	0
11 - 20	0	0
21 - 30	0	0
31 - 40	0	0
41 - 50	1	17
51 - 60	5	83
61 - 70	0	0
71 - 80	0	0
81 - 90	0	0
91 - 100	0	0
110 - 120	0	0
121 - 130	0	0
N.S./N.R.	0	0
	6	100

Apêndice XXXI - Grupo que recebe subsídio de desemprego/sexo

Sexo	Sim	%
Feminino	2	33
Masculino	4	67
	6	100

Apêndice XXXII - Desempregados que procuram novo emprego/sexo

Sexo	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
Feminino	18	50	9	25	5	14	4	11
Masculino	18	50	12	33	5	14	1	3
	36	100	21	58	10	28	5	14

Apêndice XXXIII - Desempregados que procuram novo emprego /idade

Idade	Inquiridos	%	Sim	%	Não	%	N.S./N.R.	%
0 - 5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - 10 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
11 - 15 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
16 - 20 anos	4	11	2	6	1	3	1	3
21 - 25 anos	13	36	9	25	3	8	1	3
26 - 30 anos	6	17	3	8	2	6	1	3
31 - 35 anos	3	8	2	6	0	0	1	3
36 - 40 anos	3	8	1	3	1	3	1	3
41 - 45 anos	2	6	1	3	1	3	0	0
46 - 50 anos	3	8	2	6	1	3	0	0
51 - 55 anos	2	6	1	3	1	3	0	0
56 - 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S./N.R.	0	0	0	0	0	0	0	0
	36	100	21	58	10	28	5	14

Apêndice XXXIV - Número de desempregados que frequentam cursos de formação Profissional

Frequência de cursos de formação profissional	Inquiridos	%
Sim	7	19
Não	15	42
NS/NR	14	39
Total	36	100

Apêndice XXXV - Aspectos positivos

Quais são para si os aspectos positivos deste bairro?	Respostas	%
Os vizinhos	42	20
É o local onde nasceu e foi criado	29	14
É aqui que está a família	13	6
A proximidade do mar	44	21
A pesca	2	1
É aqui que tem a sua casa	6	3
Não precisa de pagar renda	1	0
Não existem	12	6
Sossego	8	4
Quintal	1	0
É tudo positivo	8	4
Outros	5	2
N.S./N.R.	37	18
	208	100

Apêndice XXXVI - Aspectos negativos

E os aspectos negativos:	Respostas	%
Os vizinhos	76	33
A proximidade do mar	9	4
O mar no Inverno	5	2
Tráfico/toxicodependência	15	7
Furtos	12	5
Alcoolismo	11	5
Não existem	23	10
Tudo no bairro é negativo	6	3
Lixo	10	4
Outros	33	14
Falta de higiene	4	2
N.S./N.R.	25	11
	229	100

Apêndice XXXVII – Razões que justificam o tipo de relacionamento com os vizinhos

Indique as razões da sua resposta	Inquiridos	%
Dá-se bem com os seus vizinhos porque eles são amigos e solidários uns com os outros	26	15
Dá-se bem com os seus vizinhos porque são boas pessoas e educados	52	29
Dá-se bem com os seus vizinhos porque existe um bom relacionamento	43	24
Não se dá bem com os seus vizinhos porque eles são alcoólicos	3	2
Não se dá bem com os seus vizinhos porque eles se metem na vida dos outros	11	6
Outros	13	7
N.S./N.R.	30	17
	178	100

Apêndice XXXVIII – Recorrem aos vizinhos em caso de necessidade

Costuma recorrer aos seus vizinhos em caso de necessidade?	Inquiridos	%
Sim	105	57
Não	75	41
N.S./N.R.	5	3
	185	100

Apêndice XXXIX – Interesse em mudar de habitação

Se pudesse mudava de casa?	Inquiridos	%
Sim	136	74
Não	45	24
N.S./N.R.	4	2
	185	100

Apêndice XL – Razões manifestadas pelos inquiridos para viver em determinados locais, em caso de realojamento

Indique as razões da sua resposta	Respostas	%
Preferia continuar a viver neste bairro porque gosta dos vizinhos	1	1
Preferia continuar a viver neste bairro porque é um local sossegado	1	1
Preferia continuar a viver neste bairro porque é aqui que está a sua casa e gosta de morar	9	6
Preferia continuar a viver neste bairro por razões familiares/profissionais	11	7
Preferia continuar a viver neste bairro porque gosta de viver perto do mar	6	4
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz porque gosta de viver perto do mar	27	18
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz por razões familiares/profissionais	25	17
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz para evitar a proximidade do mar	10	7
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz para ter melhores condições habitacionais	4	3
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz por motivos de saúde	1	1
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz para ter mais sossego e mais privacidade	14	10
Preferia ir viver noutra local da praia de Esmoriz por se dar bem com os vizinhos	1	1
Preferia ir viver noutra área urbana porque neste bairro não há condições de vida	4	3
Preferia ir viver noutra área urbana para evitar a proximidade do mar	3	2
Preferia ir viver noutra área urbana porque não gosta de viver no bairro	3	2
Outros	7	5
N.S./N.R.	20	14
	147	100

Índice

Agradecimentos	5
Introdução	9
Capítulo I	
1 – Os Fenómenos de pobreza e de exclusão social no contexto actual	11
1.1 – Mecanismos (re)produtores da Situação de pobreza e de exclusão social	14
1.1.1 – Saúde: condições de vida	14
1.1.2 – Educação e o ciclo de pobreza	15
1.1.3 – Emprego e formação profissional: realidades	19
1.1.4 – Habitação e realojamento social: Questões imateriais	23
Capítulo II	
2 – Bairro Piscatório da praia de Esmoriz: Modos de vida e práticas sócio-culturais	31
2.1– Processo de investigação-acção: Aproximação à realidade Empírica	31
2.1.1 – Considerações Metodológicas	31
2.1.1.1 – Instrumento de pesquisa	33
2.1.1.2 – Análise e tratamento da informação	35
2.2 – Caracterização Geral	35
2.2.1- Enquadramento histórico do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz	35
2.2.2- A Pesca: da origem aos nossos tempos	37
2.2.3- Diagnóstico sócio-económico	39
2.2.3.1- Considerações Finais	82
Capítulo III	
3 – Projecto de Luta Contra a Pobreza: Objectivos e virtualidades	85
3.1– Coordenadas para implementação de um Projecto de Desenvolvimento Local	87
Conclusão	89
Bibliografia	91
Glossário	95
Apêndices	97